



**PELO DIREITO DE VIVER
COM DIGNIDADE**



RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Homicídios de adolescentes em cumprimento
de Medida Socioeducativa de Internação

São Paulo – 2011



Pelo Direito de Viver com Dignidade Homicídios de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação

RELATÓRIO FINAL

Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED
Rua Barão de Itapetininga, 225 – cj 1104
CEP: 01042-001 - São Paulo / SP - Brasil
www.anced.org.br / anced@anced.org.br

Equipe Técnica

Coordenação Técnica e Produção do Relatório Final:

Liliane Maria Alberto da Silva

Pesquisadores Locais:

Ana Lúcia dos Santos Silva (PA), Bárbara Elisa Zwetsch (RS), Bruna Melo de Souza Anjos (PE), Carla A. da Silva Santos (BA), Keila Zeneide Silva Cutrim (MA), Maria de Fátima Ramalho (RO), Maria José Duarte Utsch (MG), Marina Aires (CE), Natália Cristina Corrêa Castelo Branco (RJ), Tatiane Aparecida Silva Cardoso (SP), Vitor Silva Alencar (DF)

Fotografias

Banksy

www.banksy.co.uk

Diagramação e ilustração do folder

Igor Kenji

ikenji01@gmail.com

Parceria

Secretaria de Direitos Humanos – SDH
ICCO & KERK IN ACTIE

Brasil – 2011

EQUIPE ANCED

Coordenação Colegiada ANCED

2009-2010

Projeto Legal / Rio de Janeiro - Antônio Pedro Soares

Cedeca Interlagos / São Paulo - Fernanda Bastos Lavarello

Cedeca Ceará / Ceará - Margarida Marques

2011-2012

IAJ (RS) - Francisco Lemos

Cedeca DF (DF) - Perla Ribeiro

Cedeca Glória de Ivone (TO) - Mônica Brito

Equipe Administrativa

Evânia Vieira - Gerente Administrativa

Vivian Mendes - Assessora de Comunicação

Márcia Pinheiro - Assistente de Logística

Gildásio Januário - Assistente Financeiro

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO ANCED.....</u>	<u>5</u>
<u>APRESENTAÇÃO SDH.....</u>	<u>6</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>10</u>
<u>CAPÍTULO 01</u> <u>PERCURSOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA</u>	<u>18</u>
<u>CAPÍTULO 02</u> <u>ENTREVISTAS.....</u>	<u>28</u>
<u>CAPÍTULO 03</u> <u>VÍTIMAS DE HOMICÍDIO. MAS, NÃO SÓ.</u>	<u>42</u>
<u>CAPÍTULO 04</u> <u>ISSO NÃO (?) IMPEDE DE EXISTIR</u>	<u>63</u>
<u>CAPÍTULO 05</u> <u>HÁ MAIS</u>	<u>89</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>100</u>
<u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</u>	<u>105</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>108</u>

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 01	Questionário
ANEXO 02	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ANEXO 03	Carta de apresentação do Pesquisador Local
ANEXO 04	Roteiro para Coleta de Dados
ANEXO 05	Ofício - modelo



APRESENTAÇÃO ANCED

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que atua na defesa dos direitos humanos da infância brasileira e se faz presente em 15 Estados e no Distrito Federal a partir da ação desenvolvida pelos 34 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs) filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes, apresenta o relatório sobre homicídios de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, uma das linhas de ação do projeto pelo Direito de Viver com Dignidade, realizado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e ICCO&Kerk in Actie.

A pesquisa sobre homicídios de adolescentes que cumprem medidas socioeducativa de internação é uma experiência pioneira, a despeito da verificação desta problemática ao longo de toda a trajetória da política de atendimento a criança e adolescente na história brasileira. Neste sentido, a invisibilidade social deste fenômeno recrudesce a geracionalidade da violência e interpõe aos esforços e energias envidados, tanto pelo governo como pela sociedade civil, para reordenar o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) numa perspectiva de garantir aos adolescentes em cumprimento de medidas a garantia de uma política pública que efetive os direitos à dignidade e à vida, dentre outros.

Neste diapasão a pesquisa se postula como um instrumento técnico-político para iluminar e dar visibilidade a este fenômeno onde localmente pouco se avança, contextualizando os fatores nodais que a reproduzem, com vistas a realizar um grande chamamento de todas forças vivas do estado brasileiro para o seu enfrentamento.

A relevância desta ação política da ANCED para além de fortalecer exercício pleno do controle social, do fortalecimento da proteção jurídica social, da implementação/estruturação de políticas públicas, da priorização de recursos públicos, incide efetivamente nos princípios basilares da dignidade humana, da não discriminação, da emancipação, da diversidade, da participação, no reconhecimento de identidades e autonomias, como lastros e paradigmas indispensáveis para a consolidação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

APRESENTAÇÃO SDH

A pesquisa “Pelo Direito de Viver com Dignidade”, realizada em parceria pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED), cujos resultados aqui são apresentados, é uma iniciativa inédita e ousada, que se propõe a abordar um tema de difícil enfrentamento e cujas estratégias ainda não se encontram claramente definidas por parte dos poderes públicos: o fato de que existem adolescentes vítimas de homicídio durante o cumprimento de medida socioeducativa dentro de unidades de internação.

A partir da aprovação da Resolução nº 119/2006 do Conselho nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que instituiu o documento referencial intitulado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, foram obtidos diversos avanços em relação a essa política, de natureza essencialmente intersetorial. Registramos, nesse sentido, a importância do SINASE ao estabelecer, desde a formulação de padrões arquitetônicos mais adequados para as unidades de internação, até o investimento na qualificação dos programas pedagógicos e das equipes técnicas que atuam junto aos adolescentes, por meio de cursos de formação presenciais e à distância, tendo em vista a garantia integral dos direitos desse segmento, bem como o respeito à condição de sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento.

Há ainda, todavia, muito a ser feito, uma vez que, infelizmente, não são raras as denúncias de maus-tratos, condições inadequadas de habitação, garantia da convivência familiar e comunitária e, ainda, falta de alternativas pedagógicas para o cumprimento das medidas socioeducativas em conformidade com o que dispõe o ECA, especialmente em relação aos espaços de privação de liberdade de adolescentes.

Nesse sentido, reconhecendo-se os avanços, mas também os desafios a serem enfrentados pela gestão pública na área da adolescência em conflito com a lei, a proposta da pesquisa ora apresentada foi, mais do que proceder a uma quantificação das mortes ocorridas, lançar luzes sobre essa problemática, retirando da invisibilidade as vítimas dessa tragédia. Procurou-se, outrossim, conhecer sua trajetória e os caminhos que as levaram a um fim tão precoce. Desse modo, foram realizadas entrevistas com diversos sujeitos, dentre os quais familiares, atores envolvidos com o atendimento de adolescentes e até mesmo gestores de estabelecimentos de internação. Isso, por si só, já representou

um grande desafio aos pesquisadores envolvidos, dado que em algumas localidades, não foi possível obter informações oficiais acerca dos homicídios, indicando que o número de mortes pode ser ainda maior.

Se o estudo aponta uma série de questões que se relacionam às causas dessas mortes que ainda precisam ser mais bem aprofundadas, cumpre reconhecer também que o estudo aponta, objetivamente, para a falta de providências pelo poder público que assegurem a integridade física e psicológica dos internos de sistemas de meio fechado como uma das causas mais relevantes. Daí a necessidade de adoção de medidas mais contundentes voltadas ao enfrentamento de situações como a superlotação de unidades de internação, posto que alguns bizarros resultados dessas situações são, via de regra, conflitos, precarização do atendimento (inclusive com prejuízo às atividades de pedagógicas, de educação, saúde, cultura e lazer) e mortes.

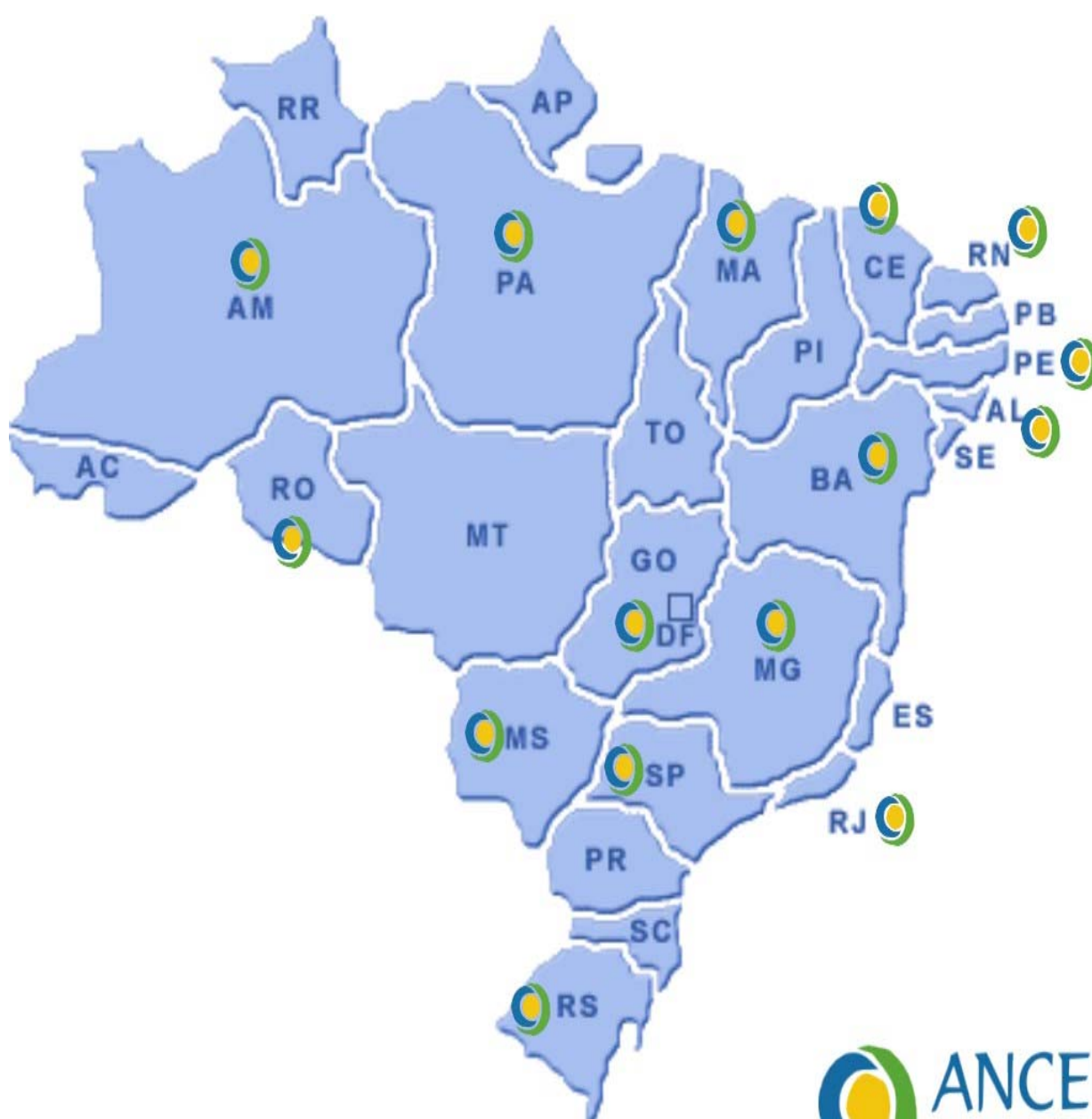
Vivemos um momento em que diversas pesquisas apontam para o crescimento da letalidade entre adolescentes e jovens brasileiros – o Mapa da Violência 2011 informa que mais de 60% das mortes na população jovem (15 a 24 anos) são por causas violentas, e dessas, quase 40% são homicídios. Os dados do Índice de Homicídios na Adolescência, por outro lado, avaliou 267 municípios do Brasil com mais de 100 mil habitantes e chegou a um prognóstico alarmante de que o número de adolescentes de 12 a 18 anos assassinados entre 2006 e 2012 ultrapasse a marca de 33 mil mortos.

Nesse diapasão, o presente trabalho contribui para a formulação de uma política ampla de enfrentamento da violência letal. Essa deve levar em consideração os adolescentes privados de liberdade e que se encontram sob a tutela estatal, já marcados por uma trajetória de vida de violações de direitos.

Daí porque necessárias se fazem ações de efetivo enfrentamento, que contemplem a dimensão da responsabilização de gestores pelas mortes ocorridas e estratégias de prevenção de novas vítimas. Busca-se, assim, garantir o direito de cada adolescente à sua integridade física e emocional, e para que a ação de responsabilização dos adolescentes por atos infracionais cometidos seja um processo que marque o início de uma nova trajetória de vida, mais saudável, emancipatória e repleta de perspectivas.

Carmen Silveira de Oliveira

Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente





INTRODUÇÃO

No Brasil, tomar o **direito à viver com dignidade** como prioridade na defesa dos direitos de adolescentes que se encontram internados em cumprimento de medida socioeducativa principia por lançar luzes sobre a ocorrência do assassinato destes; dar visibilidade, para então estabelecer ações de enfrentamento.

Um trabalho como este precisa expor problemas político-sociais, tanto quanto considerar quais *recursos* cada um destes adolescentes, como sujeitos que são, encontraram em sua história com os quais poderiam, talvez, ter escrito outra história. Dar-lhes alguma voz. Não permitir que suas vidas permaneçam obscurecidas por estatísticas sobre a violência contra a juventude brasileira. Apartados do processo de cidadania, quantos teriam daí escapado se tivessem encontrado o quê? Quem? Qual ponto poderia sustentar o desejo de viver destes meninos? Qual o grau de responsabilidade da sociedade e do Estado em tais mortes?

Segundo Koerner (2003) o estabelecimento de foros multilaterais no enfrentamento às violações dos direitos humanos, desde o início da década de 1990, tem permitido que planos de ações e tratados internacionais obtenham instrumentos e *recursos* políticos e econômicos no cenário mundial, fortalecendo as estratégias de garantia de direitos humanos. Mais do que objeto ou pressuposto das atividades de grupos e instituições, os direitos humanos deverão ser a marca indelével do laço social.

Seria possível apostar em uma sociedade mais justa e igualitária, sem recair em ingênuos sonhos civilizatórios e sem colarmo-nos no ideal de uma sociedade plena e sem conflitos?

É fundamental que a infância e a juventude encontrem uma sociedade que aposte no potencial de vida que os anima. Que o equívoco cometido por qualquer um deles seja considerado como tal, não mais. Nem menos.

Os documentos consensuais entre organizações e Estados, produzidos em conferências internacionais, que servem de parâmetro ao trabalho de defesa e promoção de direitos humanos, buscam tomados como referência no trabalho de defesa dos direitos de crianças e adolescentes da ANCED, absorver a complexidade das relações sociais e diversidade cultural ao estabelecerem critérios a partir dos quais planos e ações se organizem nos seguintes sentidos:

- levar em consideração os múltiplos fatores dos temas em suas interconexões;

- promover a interação das diversas esferas de resolução de problemas (local, nacional, regional e global);
- enfatizar a participação não apenas de governos mas também de agentes sociais diversificados na formulação de propostas;
- abordar temas de forma interdisciplinar, sistêmica, não compartimentada, de modo que as deliberações de uma conferência influencie e seja retomada pelas demais (Alves, 2001, p. 34)

Com tais estratégias pretende-se assegurar os atributos da indivisibilidade, da inter-relação e da interdependência dos direitos humanos que a Conferência de Viena instituiu.

O Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE ao considerar a necessidade de vínculo entre os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento humano, em que o sujeito central é a pessoa e não o Estado, lógica dos tratados internacionais de que o Brasil é signatário, estabelece que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deverá ter garantido todos os seus direitos, a começar pelo de viver com dignidade.

Têm sido significativos os esforços no avanço da melhoria do atendimento socioeducativo no Brasil. Entretanto, o percurso até aqui realizado não foi suficiente para impedir que adolescentes continuem a ser mortos no interior das unidades de internação.

Uma vez inscritos como Lei, os direitos não devem perder seu caráter irrevogável de interpelação a cada sujeito. Os responsáveis por qualquer violação de direitos devem responder por isto, implicarem-se com as escolhas que resultaram no esquecimento da natureza humana daquele a quem foi negado o que lhe era de direito.

A instalação no Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, representou um marco significativo na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. Entretanto a invisibilidade da amplitude das violências a que são estas e estes são submetidos ainda é um elemento significativo o suficiente para comprometer a eficácia das ações de enfrentamento e o estabelecimento de políticas públicas que confirmem materialidade aos direitos garantidos por lei.

Estas questões são especialmente significativas no que diz respeito à mortalidade da juventude brasileira. Segundo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2004) a população jovem no Brasil aumentou nos últimos 20 anos (figura 01), entretanto o índice de mortalidade deste mesmo grupo (figura 02) aponta que estas vidas não se encontram devidamente protegidas.

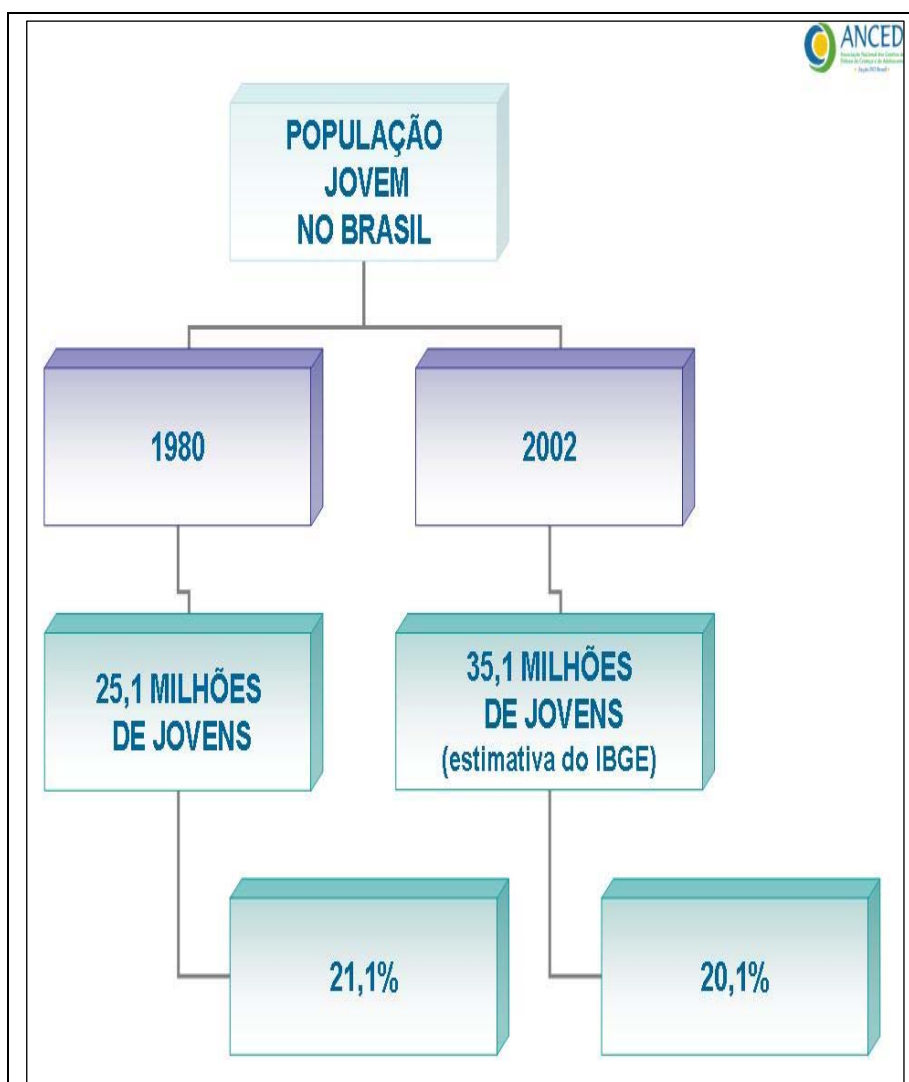


Figura 01: População jovem do Brasil

Fonte: UNESCO, 2004

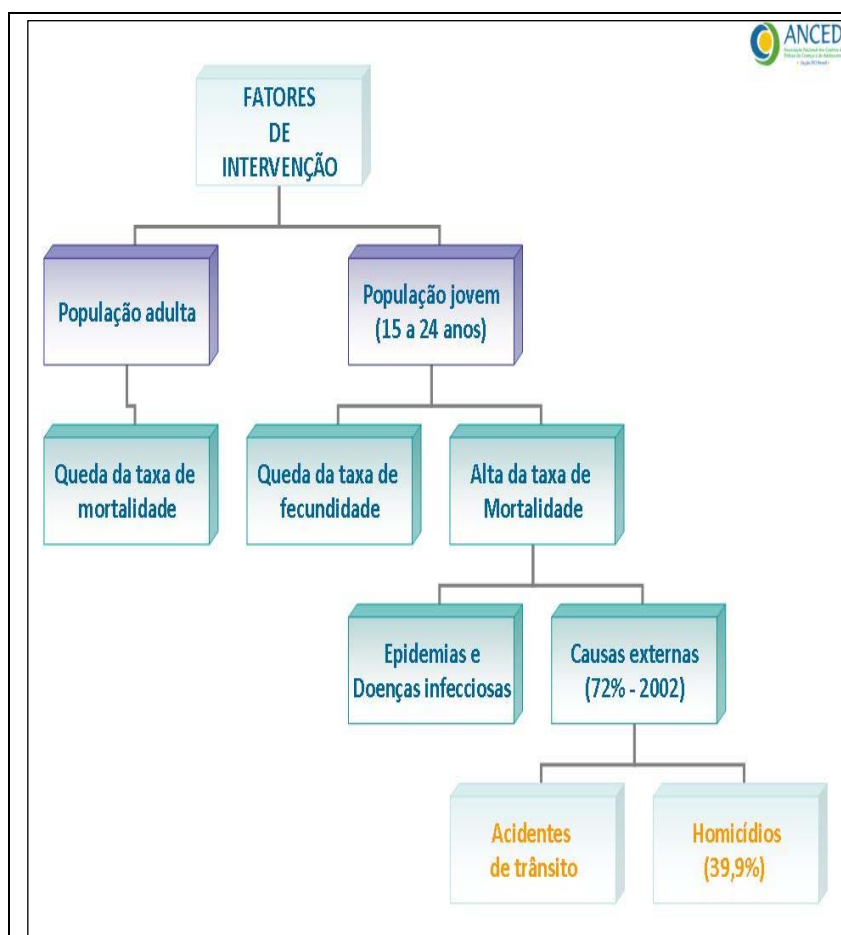


Figura 02: Mortalidade na população jovem do Brasil
Fonte: UNESCO, 2004

Como é possível observar os casos de homicídios constituem o principal fator de mortalidade entre os jovens. Os estudos sobre violência letal no Brasil indicam que a grau de pobreza e desigualdade social continuam a compor um teia de violências que tem como resultado comum o homicídio.

Próximo de completar 20 anos sob a influência da nova legislação da infância e adolescência no Brasil, a Doutrina da Proteção Integral, mudança de paradigma enunciada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, produziu muitos alentos ao sistema socioeducativo, principalmente pelo reconhecimento da *situação peculiar de desenvolvimento* e a visão da criança e do adolescente como *sujeitos de direitos*.

Neste sentido, houve uma grande mobilização nacional, com articulação das diferentes esferas de governo e da sociedade, para a construção de um “amplo pacto social” em torno do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo¹ (SINASE), que

¹ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Resolução nº 119](#), de 11 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

esteve em discussão por mais de nove anos e foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em junho de 2006.

Vale destacar que o SINASE propõe uma política nacional com articulação em rede e de integração de políticas intersetoriais. Passados mais de três anos de sua aprovação muitos daqueles princípios declarados ainda não foram incorporados às práticas, especialmente pelos centros de internação e internação provisória. Dentre estes, destacam-se o respeito aos Direitos Humanos, em especial aqueles relativos à pessoa em desenvolvimento, e o direito à *integridade física e à segurança* (art. 124 e 125 do ECA).

Ao tomar sob nossas lentes os adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, são muito frequentes as denúncias de torturas e outras violações que ferem não só a dignidade, como a própria vida desses e dessas adolescentes. A mortalidade por homicídio entre estes jovens constitui, deste modo, um fator de grande preocupação para o movimento de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Daí a ANCED ter incluído entre as ações do Projeto Prioridade Absoluta uma pesquisa exploratória que lançasse alguma luz sobre os contextos institucionais e sociais em que adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa foram vítimas de homicídio.

Segundo levantamento nacional realizado pelo SINASE em 2009, são 236 as unidades de internação, em todo o território brasileiro, com 15.372 adolescentes (de ambos os sexos) em cumprimento de medida socioeducativa, na modalidade internação e internação provisória. Como esta pesquisa não recortou *a priori* um dos sexos como sujeito da coleta de dados, mantemos o dado do levantamento como o universo em que foi buscado identificar casos de adolescentes que tenham sido vítimas de homicídio, no interior da unidade de internação.

O número de adolescentes internados, em 2009, especificamente nos Estados que compõem esta pesquisa podem ser observados na tabela 01 abaixo:

Tabela 01: Nº de adolescentes internados – 2009
Fonte: SEDH, 2010

População de adolescentes internados nos Estados em 2009		
Estado	Adolescentes do sexo masculino	Adolescentes do sexo feminino
DF	511	15
SP	5480	246
PA	196	12
RO	202	12
RJ	460	25
PE	1268	64
CE	837	25
MG	946	40
BA	290	12
RS	847	32
MA	79	4

Em termos percentuais, em todos os Estados são mais de 90% de adolescentes do sexo masculino. Daí, talvez, ter sido possível identificar e documentar um único caso de homicídio de adolescente do sexo feminino, na presente pesquisa. A distribuição percentual pode ser observada na figura 03 abaixo:

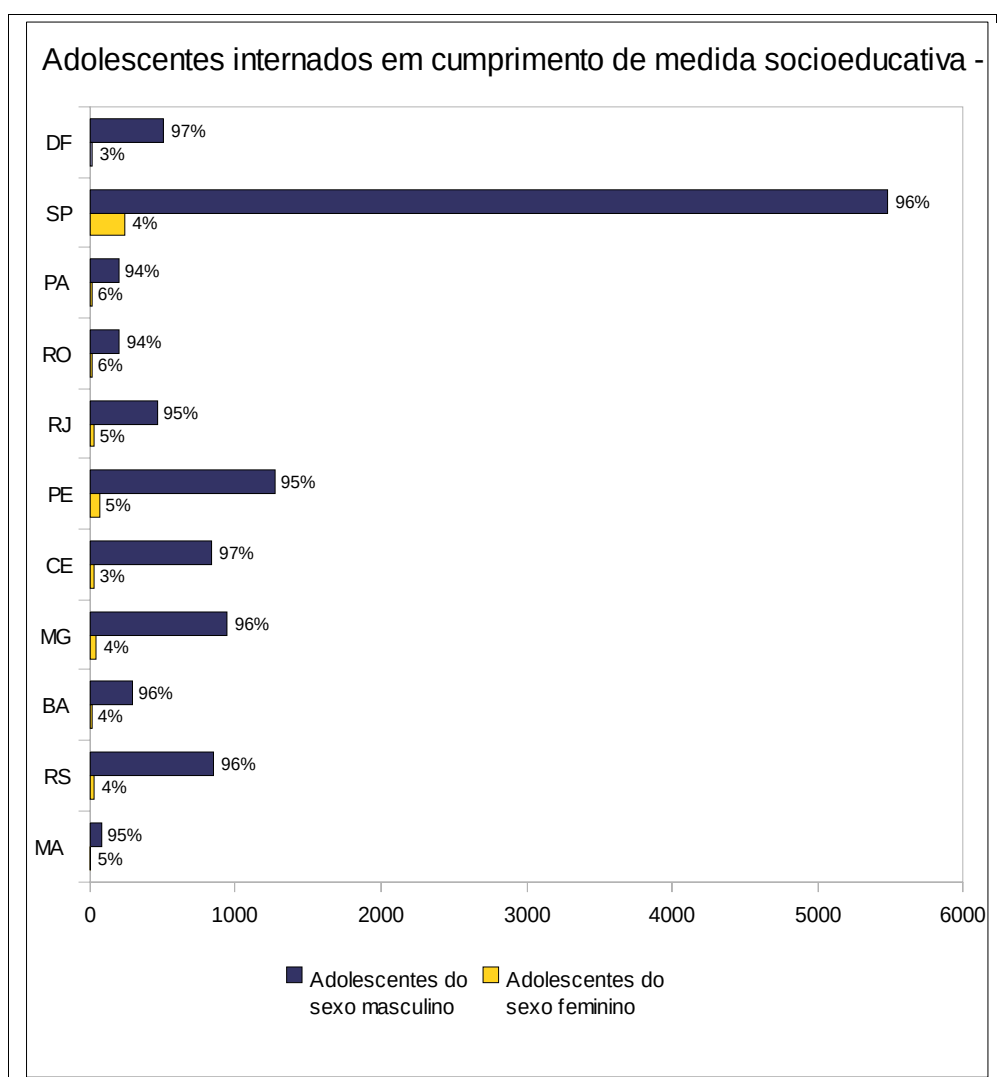


Figura 03: Distribuição percentual entre adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino internados em 2009

Fonte: SEDH, 2010

É preciso inscrever no espaço público brasileiro os casos de homicídio de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, interpelar os responsáveis diretos ou indiretos por tais acontecimentos, encarar o desafio de construir dispositivos que se façam resistência a um mesmo fim a mais outros adolescentes.



PERCURSOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA

Ao longo dos dois últimos anos ficou patente que dentre as violações denunciadas pela mídia e pela rede local de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a ocorrência de homicídios de adolescentes internados em cumprimento de medidas socioeducativas representava um fenômeno tão significativo quanto pouco conhecido. Apesar das denúncias na mídia ou dos processos jurídicos instaurados ainda não há estudos de âmbito nacional que sistematizem estas informações e permitam ações de enfrentamento diretas e efetivas. Não é possível nem mesmo avaliar qual o grau de participação destes homicídios nas estatísticas de mortes de jovens no Brasil.

Tal ausência de dados sistematizados sobre o fenômeno específico de homicídio de adolescentes internados foi identificado pela ANCED como campo de ação fundamental, daí a escolha de recortar este fenômeno como objeto principal da presente pesquisa, como parte do Projeto Prioridade Absoluta.

Sobre a metodologia:

A presente pesquisa teve por lógica ético-metodológica a pesquisa-ação, na medida em que se propôs a não apenas coletar números acerca dos homicídios de adolescentes internados sob custódia do Estado, no Sistema Socioeducativo, mas também a buscar a compreensão dos percursos particulares destes sujeitos e do contexto institucional, familiar e comunitário em que tais mortes se deram. Também possui como objetivo mais amplo desencadear ações de enfrentamento a este fenômeno.

Uma pesquisa se apresentar, também, como ação de enfrentamento ao fenômeno em estudo é resultado de o conhecimento produzido nestes moldes também poder ser pensado como um instrumento de transformação de uma dada realidade. O saber forjado, em cada um que aí esteve pode não produzir dados estatísticos relevantes ou provas irrefutáveis, o que não prejudica o seu potencial transformador.

A inexistência, na literatura, de dados sistematizados acerca do objeto desta pesquisa evidencia o caráter exploratório do presente estudo.

Problema

Quantos adolescentes perderam suas vidas nas unidades de internação ou internação provisória, sob a tutela do Estado, nos últimos 36 meses em cada Região

brasileira.

Entender essa situação pode gerar importantes subsídios para:

- O questionamento da efetividade e da eficiência das ações aplicadas pelos órgãos do sistema socioeducativo;
- A criação de um sistema de monitoramento do fenômeno, e de políticas públicas intersetoriais para a erradicação do problema;
- A construção de estratégias de responsabilização dos sujeitos violadores dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

Objetivo geral:

- Realizar um levantamento sobre a violação do direito à vida, através da investigação do número total de homicídios, de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativa de internação e os acautelados provisoriamente, sob responsabilidade do Poder Público, de janeiro de 2007 a janeiro de 2010, bem como das causas destes homicídios.

Objetivos específicos:

- Diagnosticar o fenômeno do homicídio de adolescentes internados no Sistema Socioeducativo brasileiro;
- Mapear as ações de enfrentamento do Estado e da sociedade civil organizada a este fenômeno
- Identificar o impacto destes homicídios na unidade de internação em que ocorreu;
- Identificar o impacto destes homicídios nas famílias e na comunidade de origem do adolescente;
- Diagnosticar outras formas de violação ao Direito à Viver com Dignidade perpetrada nas Unidades de Internação;
- Iniciar um processo de mobilização e articulação política das redes locais de defesa de direitos de crianças e adolescentes.

Operacionalização da coleta dos dados

Cada Estado contou com um pesquisador treinado especificamente para este trabalho nos instrumentais criados para este fim.

Os dados foram coletados através de dois instrumentais: questionários e diários de bordo. Os primeiros se destinavam a quatro grupos: gestão da unidade de internação em que tenha havido pelo menos um caso de homicídio de adolescente, ator social da rede de defesa e proteção, adolescente que tenha convivido com o adolescente da pesquisa e a família deste último. Os diários de bordo foram confeccionados pela equipe de pesquisadores no processo de coleta de dados e neles foram registradas informações que extrapolassem o formato e objetivo direto do questionário.

A ANCED, que se encontra presente em 15 Estados brasileiros, selecionou 11 Estados (figura 04) a partir dos seguintes critérios:

- cada Região brasileira possuir pelo menos um representante na pesquisa;
- o Estado compor a Rede ANCED;
- o Estado ter apresentado aumento da população adolescente internada no período entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010;
- haver notícias de casos de adolescentes vítimas de homicídios em pelo menos uma de suas unidades de internação.

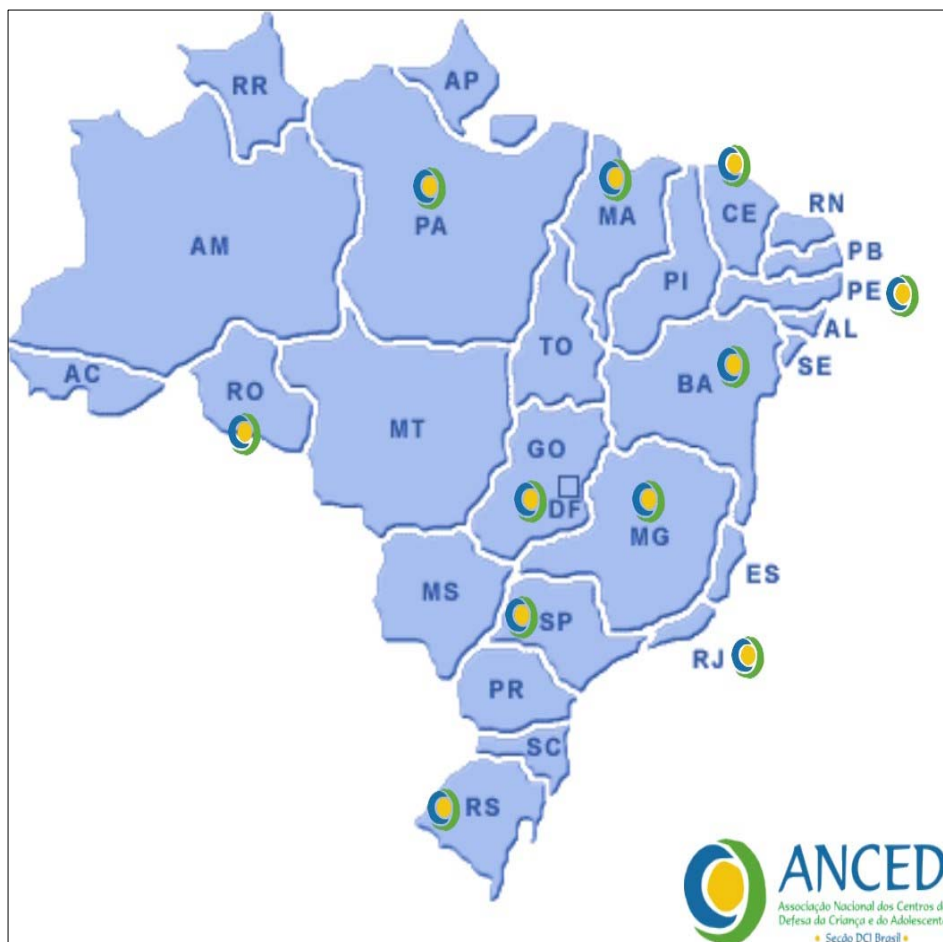


Figura 04 Estados da Rede ANCED em que a pesquisa foi realizada

Escolhidos os Estados que serviriam de campo de coleta de dados, foi selecionado o grupo de pesquisadores.

Composto por profissionais de diferentes áreas (Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social, Direito). A lógica da interdisciplinaridade pôde se manter tendo em vista que no grupo havia tanto pessoas com percurso no trabalho de defesa de direitos de crianças e adolescentes/pesquisa, trabalho de defesa de direitos de crianças e adolescentes/movimento social, pesquisa, trabalho de defesa de direitos de crianças e adolescentes.

A principal preocupação na escolha e construção dos instrumentos de coleta de dados foi a de dar voz ao adolescente vítima de homicídio enquanto este cumpria medida socioeducativa; não se restringir à sua morte, mas antes compreender algo daquilo que na história deste adolescente e no cotidiano na instituição em que se encontrava internado tornou possível que seu homicídio acontecesse.

De modo a garantir o rigor metodológico e ético, bem como monitorar a coleta de

dados e tratá-los foram construídos os seguintes instrumentais (figura 05):

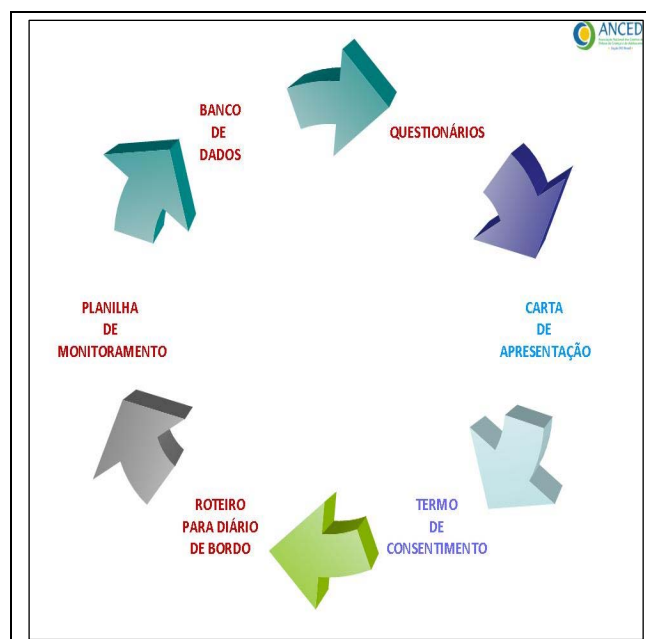


Figura 05: Instrumentais da pesquisa.

A rotina dos pesquisadores em campo visou potencializar o tempo de dois meses para a coleta de dados e agilizar o processo de tratamento dos dados e produção do relatório final, sob responsabilidade da coordenação técnica.

Todo o processo foi acompanhado pela coordenação técnica da pesquisa via e-mail e telefone, bem como pela coordenação colegiada da ANCED. O processo de agendamento de entrevistas contou, em alguns casos, com ofícios protocolados junto ao ator social. Somados foram 70 ofícios encaminhados a atores da rede de defesa e proteção social e gestão de unidades de internação.

A tabulação de dados se deu em bancos de dados individuais compartilhados com a coordenação técnica na internet. Esta tabulação foi orientada através de um Roteiro para Coleta de Dados e acompanhada via internet pela supervisão da tabulação tanto do coordenador quanto do pesquisador local.

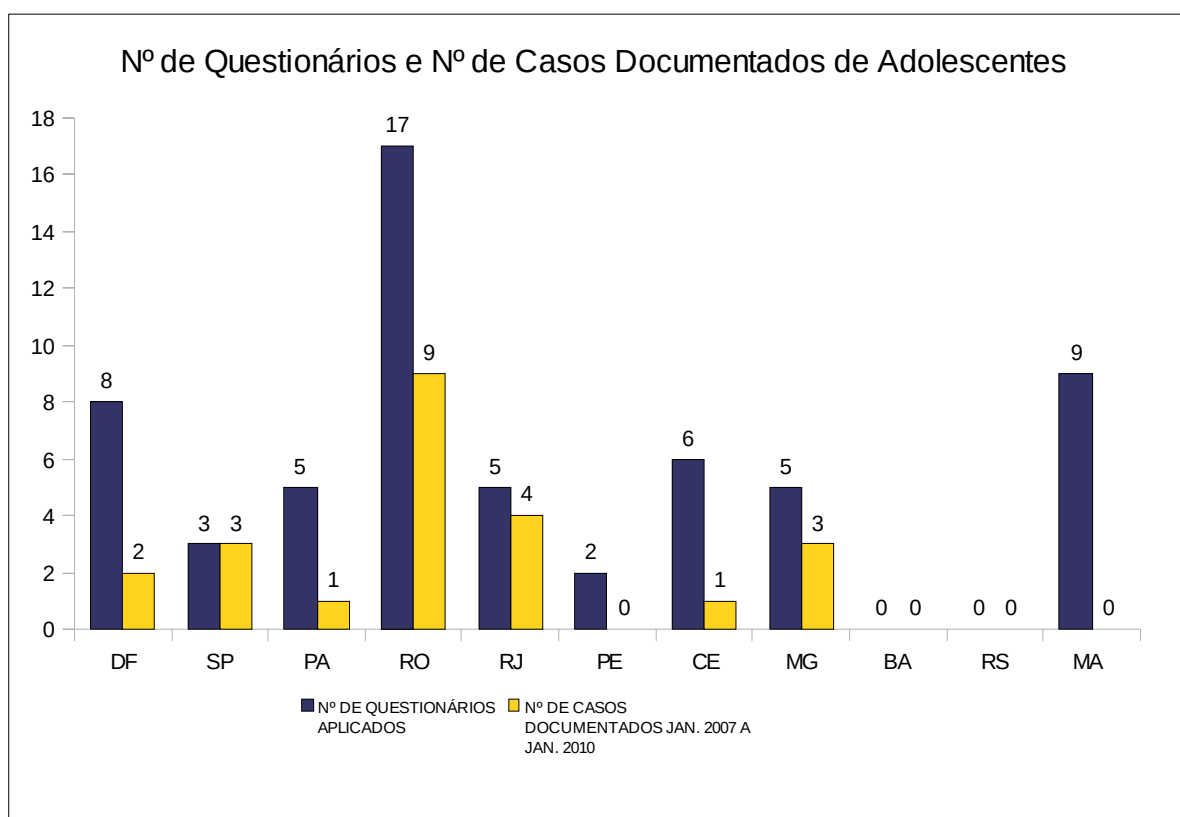
Foram produzidos dois relatórios parciais referentes aos meses de Julho e Agosto, onde se descrevem as ações realizadas pela equipe, os obstáculos encontrados, os recursos utilizados e os resultados obtidos.

Quanto aos dados obtidos com os questionários

O adolescente que foi vítima de homicídio foi escolhido como unidade amostral da pesquisa, de modo que todas as informações coletadas estivessem diretamente relacionadas a ele. Tal escolha constituiu uma estratégia ético-metodológica importante, pois desloca a análise dos dados da lógica da quantificação vazia que uma análise puramente quantitativo-estatística poderia vir a causar.

No que diz respeito aos questionários, ao final dos dois meses de coleta de dados foi possível registrar 60 questionários e documentar o caso de 23 adolescentes que foram vítimas de homicídio quando cumpriam medida socioeducativa e se encontravam internados em uma Unidade de Internação (figura 06).

Figura 06: Relação entre número de questionários aplicados e casos documentados de adolescentes vítimas de homicídios em Unidades de Internação



Como é possível identificar na figura acima, há cinco Estados sem registro de casos de adolescente: o Pernambuco, a Bahia, o Rio Grande do Sul e o Maranhão.

Os Estados do Pernambuco e Pará documentaram casos, que entretanto extrapolam o período da coleta de dados desta pesquisa, que se encerrava em janeiro de 2010. Tais dados serão, entretanto apresentados à parte, neste relatório, no grupo intitulado “casos não documentados”.

Quanto aos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, nestes não foram realizadas

entrevistas, apesar dos pesquisadores locais terem buscado a rede local de defesa, notícias na mídia e Unidades de Internação local.

Quanto ao Estado do Maranhão, apesar lá de terem sido realizadas 09 (nove) entrevistas, não foi possível incluir os dados obtidos neste relatório final, em função de dúvidas quanto à padronização do método de coleta destes. Por uma questão de rigor metodológico optou-se pela não utilização destes questionários na análise.

Nos Estados do Pernambuco, do Ceará e de Minas Gerais ocorreram entrevistas que não resultaram na identificação e documentação de casos particulares de adolescentes vítimas de homicídios. A expectativa inicial de que o entrevistado pudesse informar acerca do adolescente como sujeito e não apenas em termos estatísticos, gerais e impessoais não se mostrou realista. Entretanto, estes mesmos questionários trazem informações do contexto institucional local do sistema socioeducativo, por isto, tais dados foram mantidos neste relatório, ainda que apresentados à parte daqueles que tratam direta e particularmente do adolescente vítima.

Foi necessário, portanto, distinguir entre dois tipos de questionários:

1. os que atendiam ao objetivo maior desta pesquisa e que documentaram, com maior ou menor riqueza de informações, casos particulares de adolescentes que foram vítimas de homicídio
2. os que trazem informações gerais acerca do universo da pesquisa.

Os questionários do tipo 1 foram nomeados como “*questionários documentais*” e os dos tipo 2 como “*questionários contextuais*”.

A relação entre estes dois tipos de questionários e os casos identificados pode ser observada na figura abaixo (figura 07):

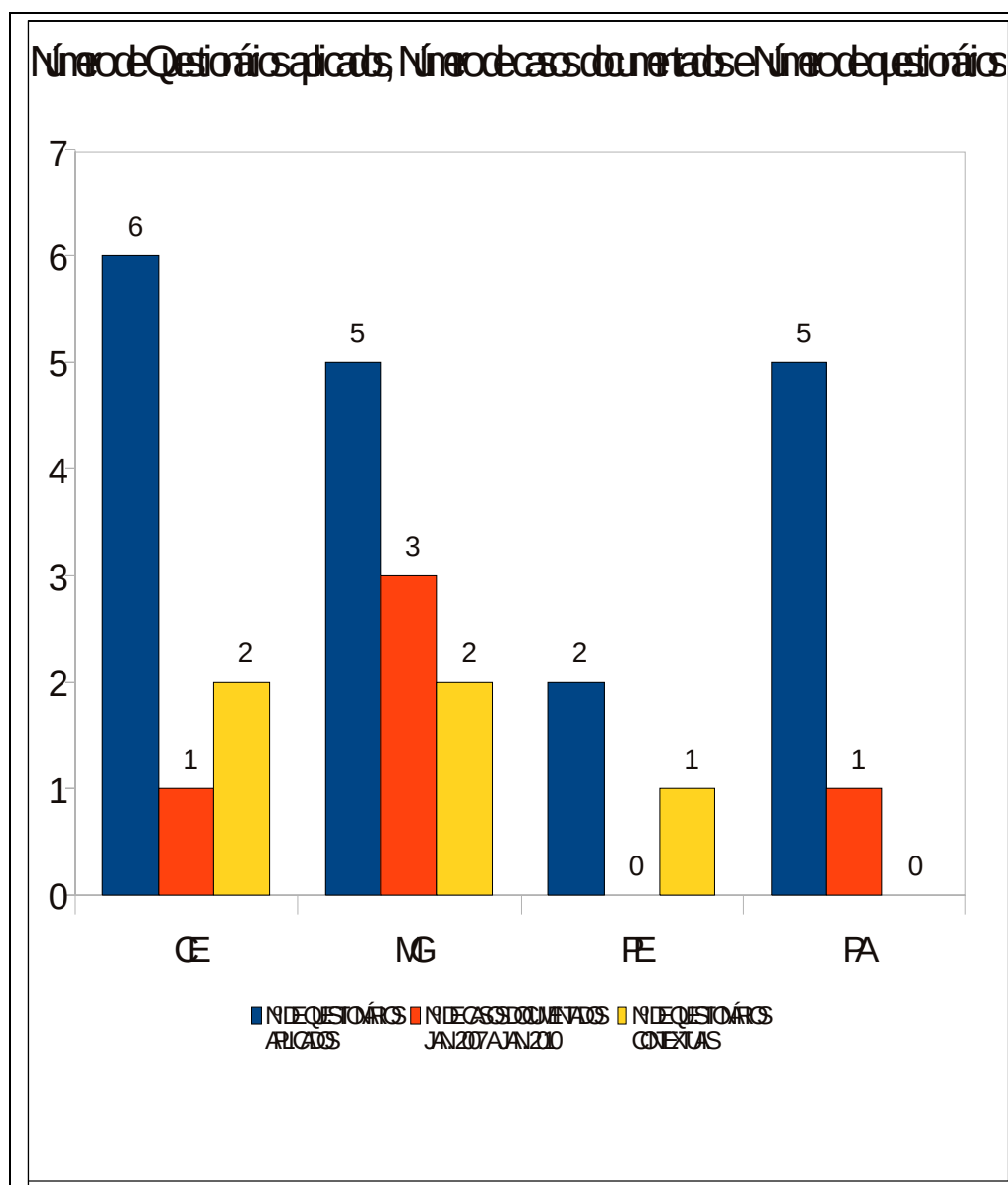


Figura 07: Relação entre questionários aplicados e documentos contextuais

Ainda há mais uma situação específica, que foram os registros de casos, mas não o preenchimento de questionários especificamente para cada adolescente vítima. Este grupo foi nomeado como “casos *não documentados*”.

Dentre os quatro atores sociais passíveis de serem entrevistados (gestão da unidade, ator social da rede de defesa e proteção, adolescente que conviveu com o adolescente da pesquisa e a família) foram obtidas entrevistas com três deles (figura 08).

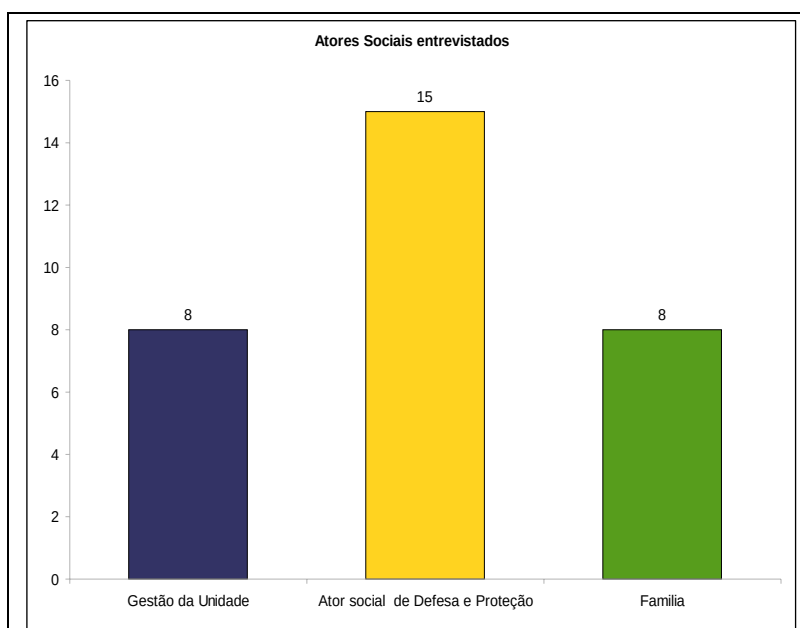


Figura 08: Atores sociais entrevistados

Aconteceu de uma mesma pessoa entrevistada, representante da gestão da unidade ou da rede de defesa e proteção, relatar informações sobre mais de um adolescente. Como a unidade de medida desta pesquisa é exatamente o adolescente, para que os dados de cada adolescente deveriam ser distinguidos e singularizados (no mesmo relatório ou preenchendo somente a parte específica aos seus dados) e tabulados individualmente, foi necessário tomar a seguinte medida:

- sempre que uma mesma pessoa informou sobre mais de um adolescente, cada caso informado se transformou no Banco de Dados em um questionário individual. Isto acarretou a situação de um mesmo entrevistado ter seus dados pessoais e/ou institucionais inseridos mais de uma vez no Banco de Dados Geral.
- foi construído um banco de dados específico em que um questionário se encontrava tabulado uma única vez. De modo a manter a fidelidade dos dados no que dizia respeito às análises referentes ao perfil da pessoa que relatou as informações e da instituição entrevistada (unidade de internação ou rede de defesa e proteção).

Feitas estas considerações, serão agora apresentados os entrevistados, de modo individual e/ou institucional. É importante lembrar que todas as informações daqui em diante foram obtidas nos questionários documentais e que os questionários contextuais serão apresentados à parte, em outro momento deste relatório.



CAPÍTULO 02

ENTREVISTAS.

Quanto às pessoas entrevistadas

Composto em sua maioria por atores da rede de defesa e proteção (figura 09 acima), ainda assim o grupo de entrevistados apresenta alguma diversidade, inclusive no interior desta categoria mais presente.

A idade mínima foi 28 anos e a máxima 71, sendo que o maior grupo é o que se encontra entre 28 a 33 anos (figura 09).



Figura 09: Faixa etária do grupo de entrevistados

Significativamente, as mulheres respondem pela maior parte dos dados aqui apresentados: são 70 %. Isto pode ser um elemento significativo ao se pensarem estratégias de intervenção, tendo em vista que, mesmo no grupo das famílias, a mulher aparece como a pessoa que mais respondeu aos questionários.

Quanto à cor e/ou raça deste grupo, optou-se por manter as categorias tais quais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE utiliza: branco, amarelo, pardo, negro, indígena. Não foi sugerido nenhuma das categorias e registrada resposta da

peessoa. Este elemento das características dos entrevistados se mostrou interessante, tendo em vista que a maioria (39%) se declarou pardo fazendo com que os que se declararam brancos ficassem em segundo lugar (33%). Ora, em um país que, historicamente, prefere ser nomeado oficialmente como não branco apenas nas artes em geral, é uma notícia nova que uma maioria (e com um grau mínimo de educação formal, como se verá em breve) se apresente diferente do que a tradição histórica brasileira nos apontava com provável.

No que diz respeito ao estado civil, o grupo com maior representatividade é casado (41%), vindo logo em seguida os solteiros (31%), os que vivem em união estável (16%) e, por último, aqueles que são divorciados (13%).

Já quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados (figura 11), o grupo de maior representatividade neste grupo é o Ensino Superior completo (27%), seguido do grupo que possui o Ensino Médio Completo (21%), Pós-Graduação Completa (15%), Ensino Fundamental incompleto (12%), Pós-Graduação em andamento (9%) e com a mesma porcentagem (3%) aqueles que possuem Ensino Médio incompleto e Ensino Fundamental completo.

Ao considerar-se o trabalho de enfrentamento à continuidade de homicídios no interior das unidades de internação não é sem efeito a informação de que a rede conta com um corpo técnico cada vez mais especializado (figura 10). O que isto traz de *recursos* e/ou de obstáculos precisará ser avaliado pela própria rede, em função da particularidade do percurso ético que cada sujeito empreendeu em sua formação intelectual e profissional.

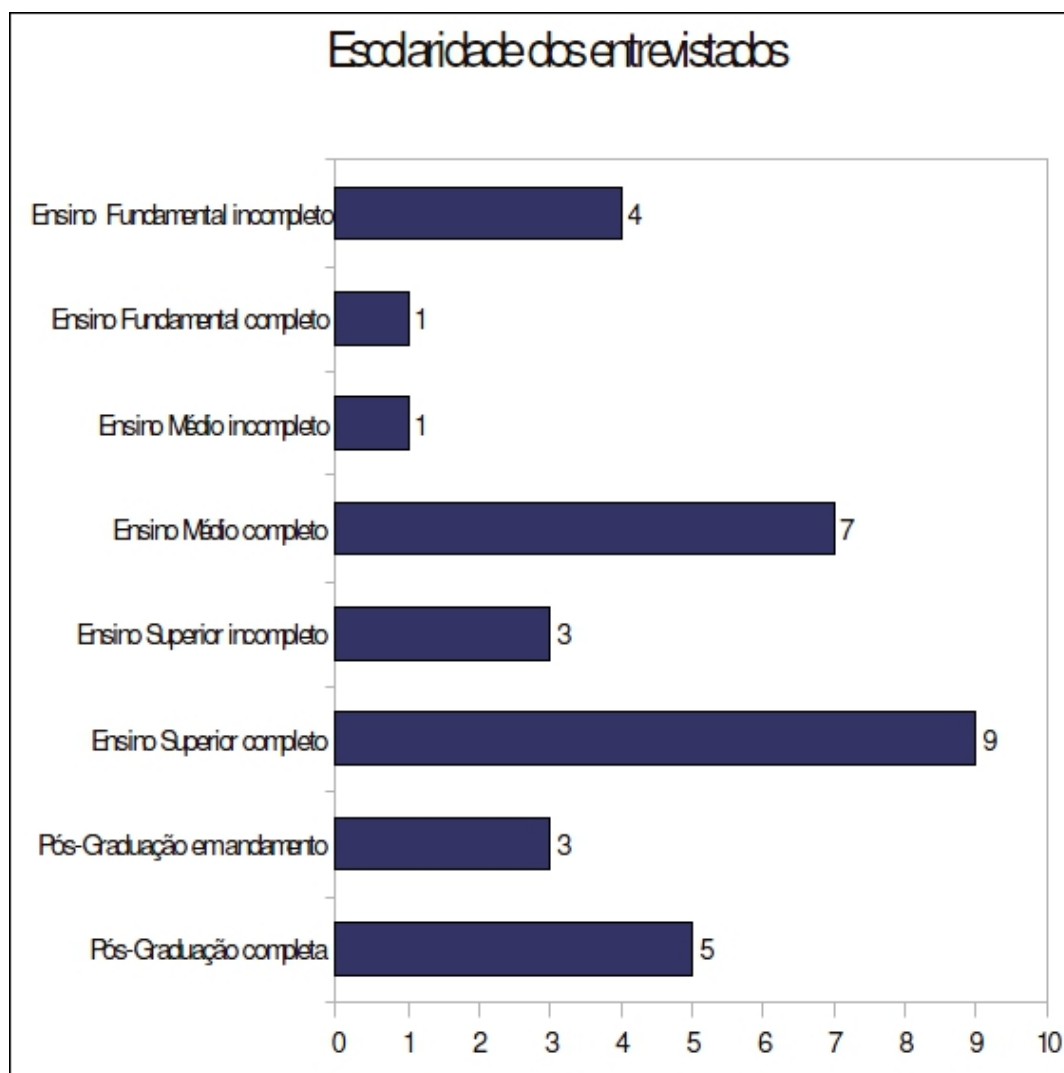


Figura 10: Escolaridade dos Entrevistados.

A situação dos familiares entrevistados possuírem menor escolaridade do que os atores sociais presentes nesta pesquisa, se reproduzirá na história dos adolescentes, pois eles possuíam no máximo o Ensino médio incompleto. Mais grave: entre eles aparece uma categoria que no grupo dos entrevistados permaneceu zerada, o de analfabeto. Estas informações serão apresentadas e analisadas no capítulo que trata especialmente dos.

As categorias profissionais entrevistadas encontram-se identificadas na figura 11:

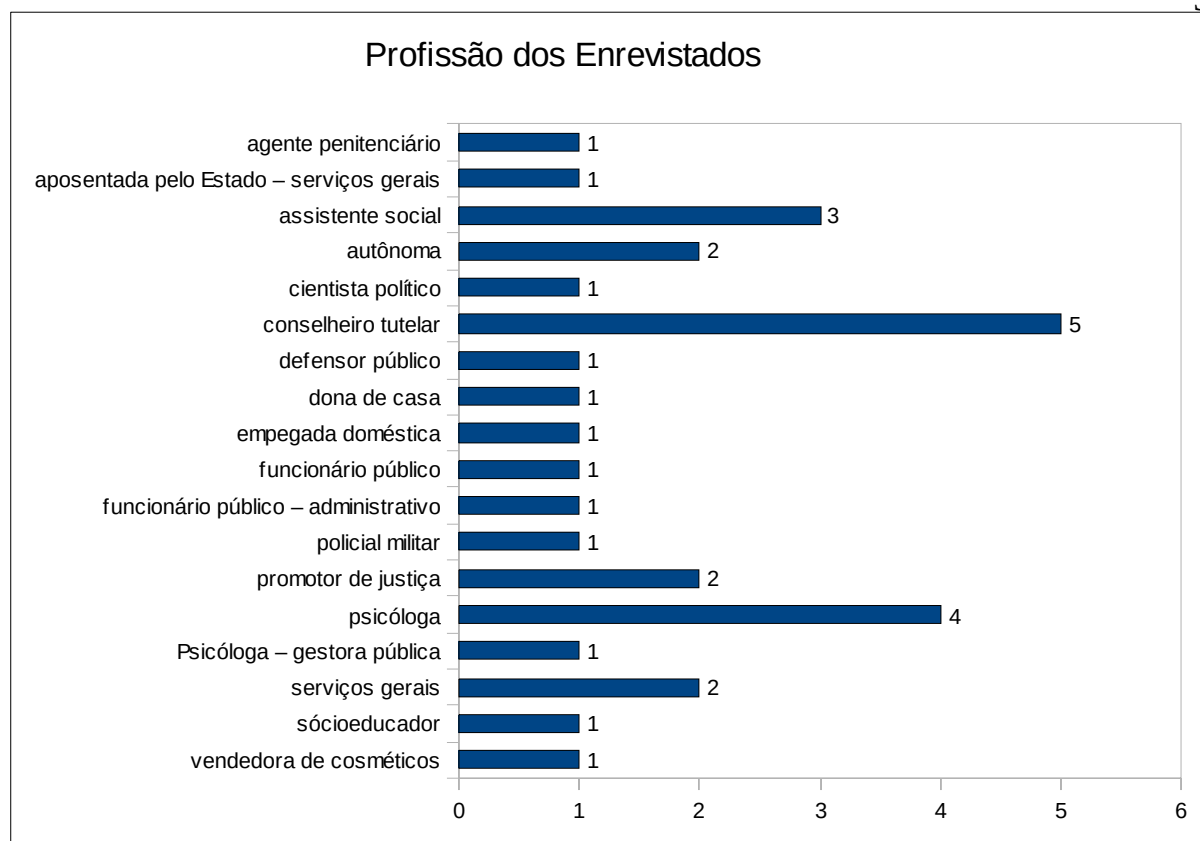


Figura 11: Profissão dos Entrevistados

Aparecem de modo destacado três categorias: o serviço social, o conselho tutelar e a psicologia. De fato, é bastante comum que estes três profissionais estejam inseridos no cotidiano dos adolescentes que cometeram um ato infracional e se encontrem em cumprimento de medidas socioeducativas.

Também é importante apontar que algumas das profissões com menor renda mensal (figura 12) são exercidas pelas pessoas das famílias entrevistadas. Outro elemento significativo neste dado acerca da renda mensal é desigualdade entre os salários no interior da rede de defesa e proteção, pois enquanto pelo menos 41% deles recebem entre 2 e 3,5 salários mínimos, há um grupo (6%) cuja renda mensal é de 30 a 40 salários mínimos.

Ora, tal desigualdade certamente produzirá seus efeitos na tessitura e funcionamento de uma rede de defesa e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Aponta também, que os investimentos orçamentários públicos nesta área ainda são insuficientes. Um grupo com o mesmo nível de formação educacional (são 27 % dos entrevistados com pós-graduação completa ou em andamento e 53% com pelo menos a graduação realizada), responsabilidade técnica e demanda de trabalho não pode ser assim distinto no retorno financeiro obtido. Os movimentos de rotatividade nas

equipes, inclusive nas equipes de funcionários públicos, podem encontrar um de seus motivos.

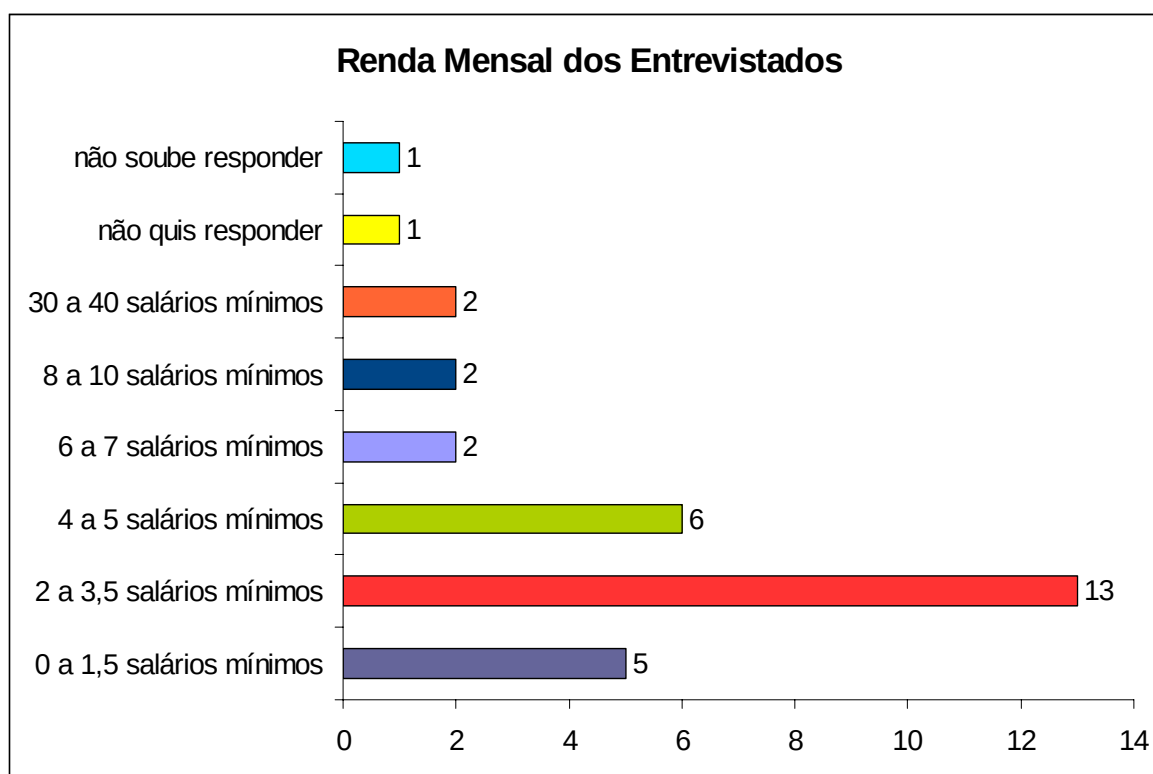


Figura 12: Renda Mensal dos Entrevistados.

Quanto às instituições entrevistadas

A busca pela identificação dos casos de homicídios de adolescentes nas unidades de internação teve como premissa, por todo o percurso, fazer aparecer o adolescente em sua história, em seu cotidiano. Que as pessoas e os lugares fizessem ecoar nos dados algo do caminho percorrido pelo adolescente.

Desde quando, era esta *a parte que lhe cabia neste latifúndio*²?

Foram realizadas 10 entrevistas com a gestão de unidades de internação. Entre os casos documentados, os Estados que conseguiram acesso às unidades foram Rondônia, Minas Gerais, Ceará e Distrito Federal.

Estas unidades possuem estruturas físicas e técnicas bastante diversificadas (figura 13).

² Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto

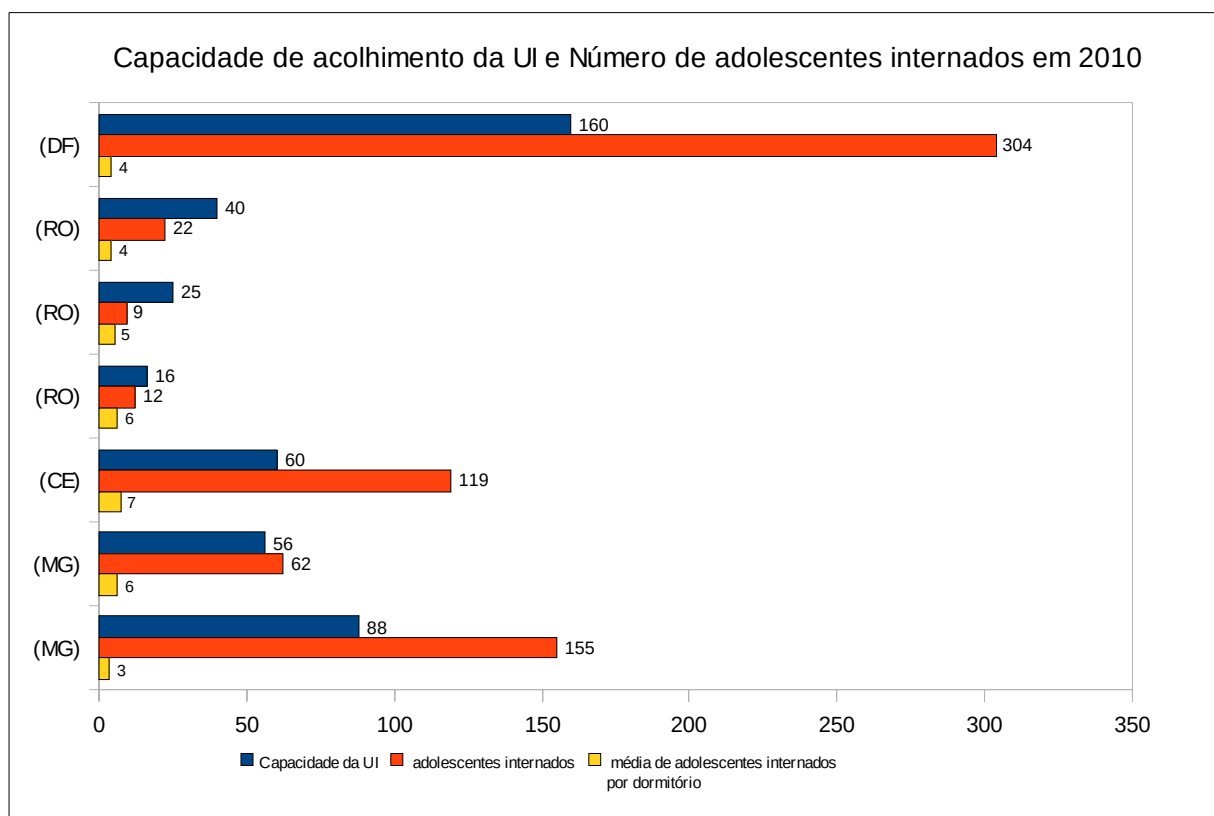


Figura 13: Relação entre a Capacidade de acolhimento das Unidades de Internação Entrevistadas e as informações sobre a atual lotação

Nota-se que em apenas três unidades a atual lotação (segundo semestre de 2010) é menor do que o número de vagas que a unidade possui.

No Distrito Federal a informação é neste momento, há 304 adolescentes sob sua responsabilidade, apesar de sua capacidade de abrigamento ser de 120 adolescentes. Também nos Estados de Rondônia, Ceará e Minas Gerais há mais adolescentes internados do que as estruturas físicas e técnicas comportariam.

Também é preciso dar relevo ao fato que as três unidades que possuem menos adolescentes internados do que a capacidade permitiria estão localizadas em um único Estado, o de Rondônia. Apesar disto, Rondônia é o Estado em que mais casos de homicídio foram documentados, com 09 adolescentes mortos no período entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010.

A superlotação tem sido motivo de rebeliões em unidades por todo o Brasil, tendo em vista que as condições mínimas de viver com dignidade se tornam muito frágeis em um espaço assim ocupado. O levantamento realizado pela SEDH em 2010 (figura 14) permite se perguntar se os dados obtidos por esta pesquisa não estariam presentes

também nos demais Estados pesquisados, pois se foi possível entrevistar as unidades de internação em quatro dos onze Estados, as informações produzidas por outros documentos, tais como o Relatório “Direitos Humanos – Um retrato das unidades de internação de Adolescentes em conflito com a Lei” (2006) publicado pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Conselho Federal de Psicologia. No Estado de São Paulo, por exemplo, são 5480 adolescentes do sexo masculino e 246 do sexo feminino. Em 2006, 1300 destes se encontravam internados no complexo Tatuapé que possui 17 unidades. As unidades visitadas por esta equipe não se mostraram adequadas às normas do ECA e em condições de atender ao caráter pedagógico da medida socioeducativa.

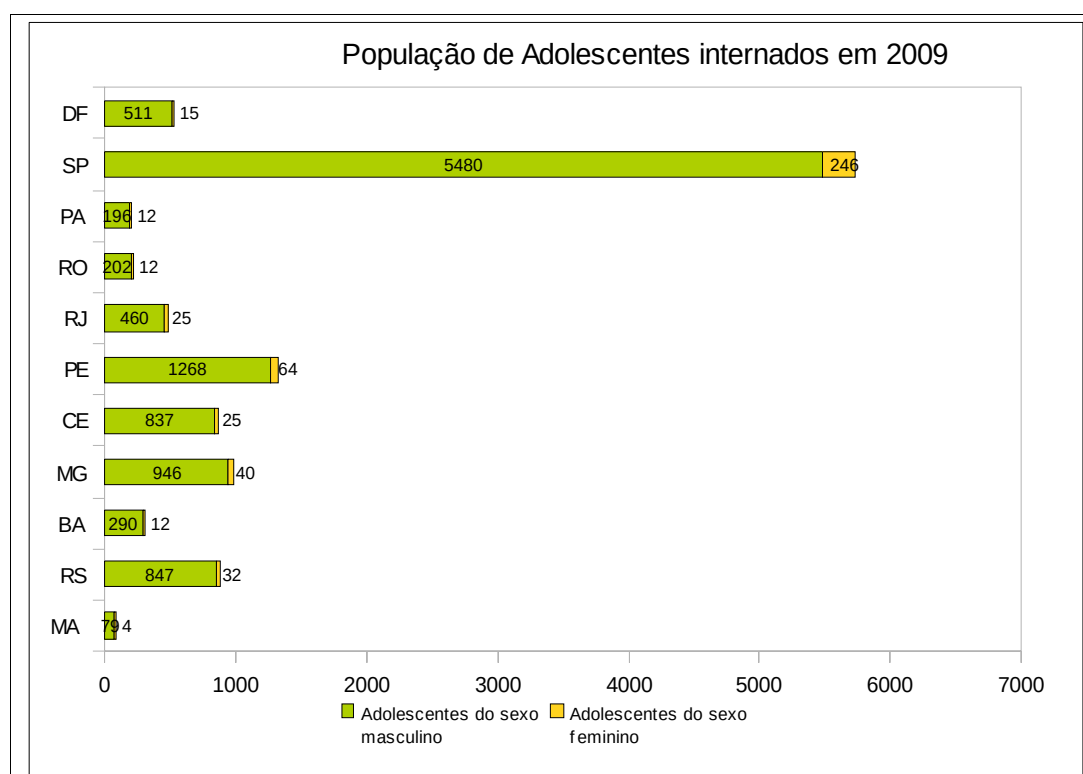


Figura 14: Número de Adolescentes internados nas Unidades de Internação em 2009
Fonte: SEDH, 2010

Quais soluções poderiam aparecer aí? Há duas naturezas na medida socioeducativa de internação que precisam ser consideradas para que este debate ocorra: seu caráter de excepcionalidade e pedagógico. Ao tomar estes parâmetros, logo se percebe que não é admissível a construção de mais unidades nos Estados ser uma solução privilegiada. Por outro lado, quais *recursos* o Estado têm providenciado de modo a atenuar esta situação de extrapolação da capacidade de acolhimento?

É importante salientar que todos os entrevistados do questionário tipo 1 – gestão

da unidade, bem como um entrevistado do tipo 2 – ator social da rede de defesa e proteção, afirmaram que as unidades são fiscalizadas por parte do Sistema de Garantia de Direitos.

Os atores sociais citados como aqueles que realizam a fiscalização na unidade se encontram relacionados na figura 15:

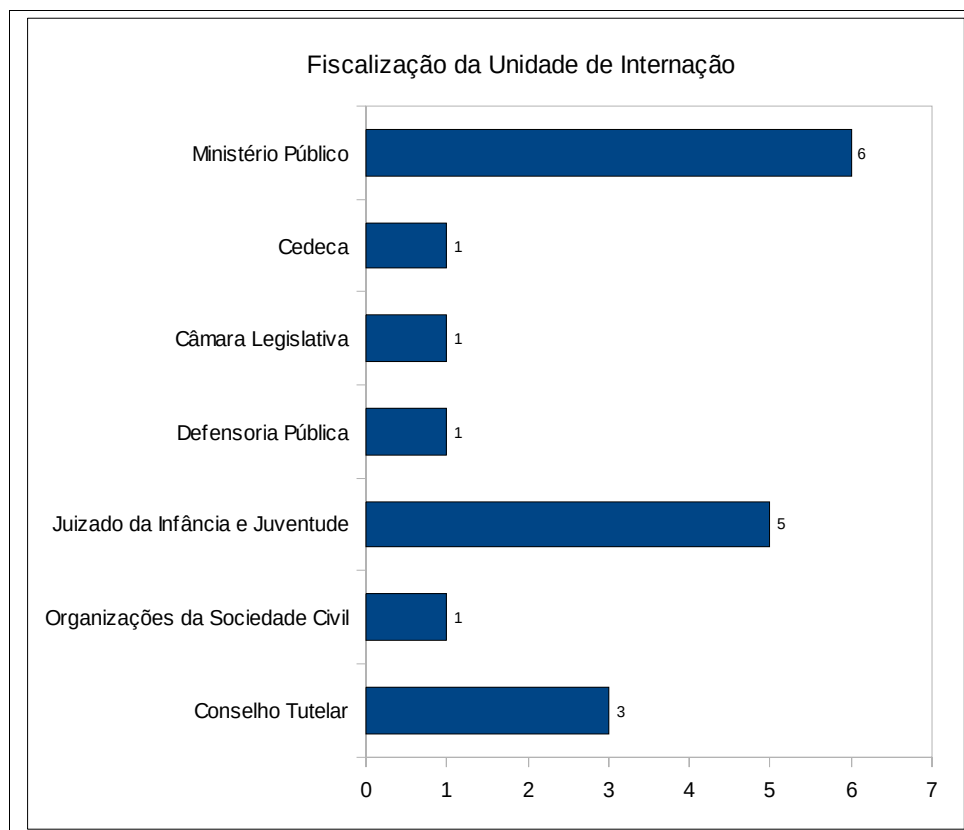


Figura 15: Atores Sociais nomeados como aqueles que realizam a fiscalização das Unidades de Internação

Quanto à presença ou ausência de cultura, lazer e esporte, as dez unidades afirmaram possuí-las (figura 16).

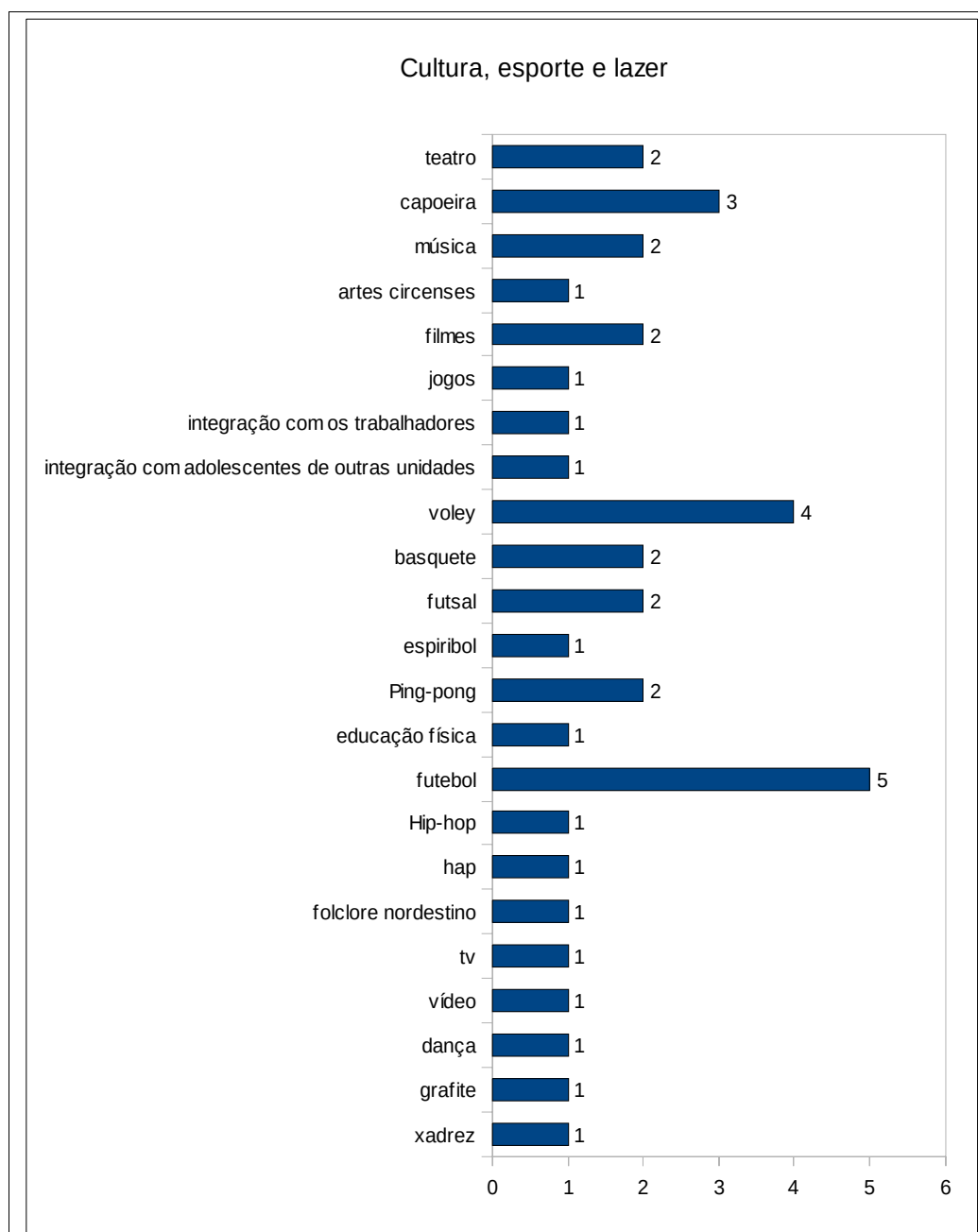


Figura 16: Atividades de Esporte, Cultura e Lazer

Estas atividades acontecem com periodicidades variadas, algumas mais de uma vez na semana, outras quinzenais. Nem todos os adolescentes participam, ainda que algumas vezes estejam convidados.

No que diz respeito às atividades pedagógicas com temáticas em torno das questões de raça, gênero e sexo, com exceção de Rondônia que em uma das unidades não existe este tipo de trabalho, nos demais Estados elas fazem parte da rotina dos adolescentes. Foram citadas: palestras, rodas de conversas, filmes documentários, atividades escolares, oficinas sobre sexualidade, oficina de conversação mista.

Todas as unidades nos três Estados possuem atendimento à saúde, que se realiza em sua maioria no interior da própria unidade. Entretanto, todas também afirmaram que quando se trata de um atendimento especializado é buscada a rede pública local. Além disto esta também é acessada em situações de urgência, caso não haja nenhum médico presente, ou a necessidade ocorra no período da noite. Algumas vezes foram citadas as áreas de atendimento, outras, o procedimento técnico específico a uma profissão, e, ainda houve apenas a nomeação de um serviço público sem identificar qual o serviço técnico específico procurado aí. A figura 17 apresenta todos estes casos sob a nomenclatura “atendimentos realizados”, tal qual foi solicitado ao entrevistado.

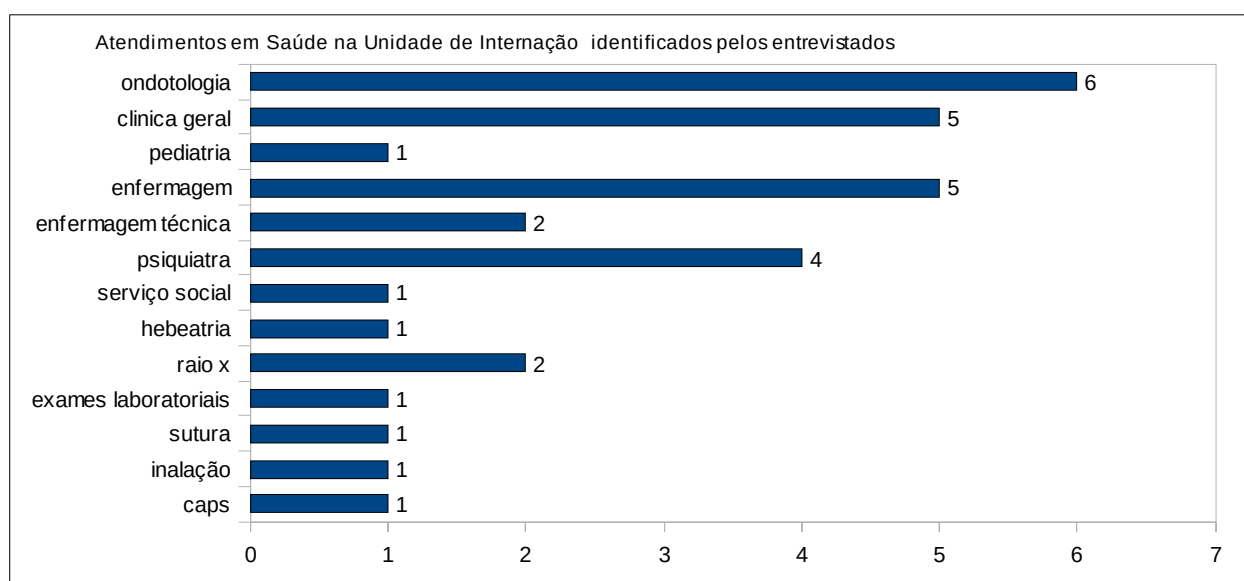


Figura 17: Atendimentos em saúde na Unidade de Internação identificados pelos entrevistados

Alguns itens interessantes nestes gráfico podem ser apontados, umas respostas se fazem enigmáticas pela sua presença e a outras por sua ausência.

As primeiras são os atendimentos de, “raio x”, “exames laboratoriais” “sutura” e “inalação” terem sido considerados tão relevantes ao entrevistado, que mereceram ser nomeados junto às categorias profissionais.

A enigmática ausência é a do profissional psicólogo nomeado como tal. Esta ausência é interessante, tendo em vista que aparece como resposta à solicitação acerca dos “atendimentos em saúde na unidade”. Além disto, esta categoria profissional foi, juntamente com o assistente social, a segunda mais representada entre os entrevistados. Poder-se-ia argumentar que os serviços especializados são buscados na rede pública (e dela foi citado como atendimento oferecido pela unidade, o CAPS). Entretanto, o

psiquiatra (por exemplo) foi citado como tal e identificado se seu atendimento ocorria no interior da unidade ou fora desta.

Quanto ao acesso à escola, o ensino fundamental e o médio estão presentes em todas as unidades; seja na modalidade e estratégias diversificadas, sempre no interior da própria unidade. No Distrito Federal os entrevistados afirmaram haver acesso à escola, mas não souberam informar quais níveis são oferecidos. Em Rondônia e Minas Gerais há apenas o ensino fundamental, e no Ceará além deste, também é oferecido o ensino médio.

Quanto ao ensino profissionalizante, ele acontece no Ceará, no Distrito Federal, em Rondônia e em Minas Gerais. Os cursos nomeados e quantas vezes foram citados pelos entrevistados podem ser observados na (figura 18):

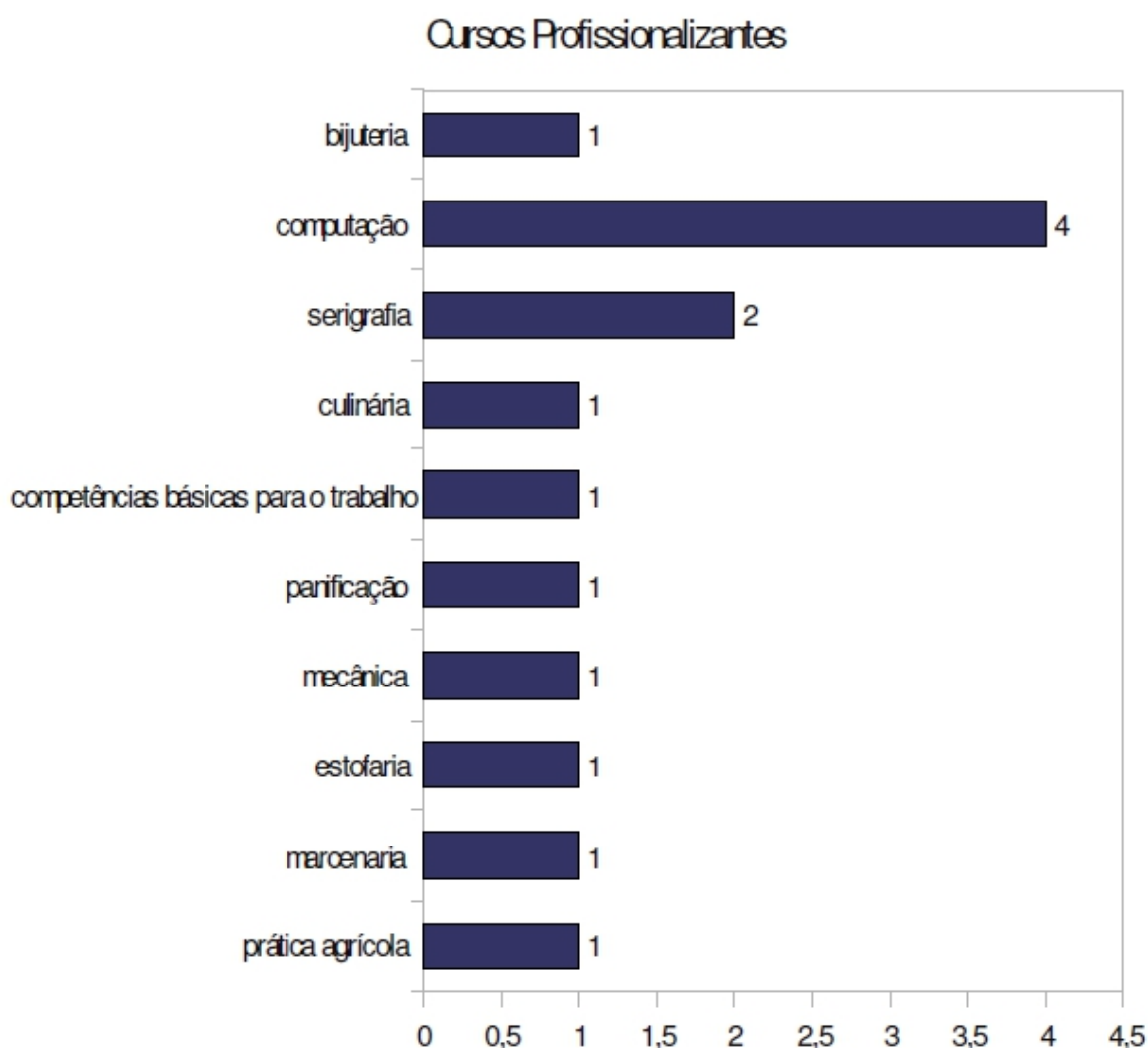


Figura 18: Cursos profissionalizantes citados pelos entrevistados

Tal como nas atividades pedagógicas sobre raça/cor, gênero, sexualidade, ou,

ainda, nas culturais, esportivas ou de lazer; nem todos os adolescentes participam. Normalmente a presença destes foi definida pelos entrevistados como “todos”.

Uma unidade afirmou que a escolha dos cursos oferecidos depende do interesse dos adolescentes. A instituição procura pela rede (SENAI, SENAC ou ONGs) para conseguir os cursos que os adolescentes se mostrem interessados em fazer. Dos quatro Estados que possuem curso profissionalizante, entre estes entrevistados, em Rondônia há 39 adolescentes inseridos no mercado de trabalho, e em Minas Gerais são 07.

Foi solicitado aos entrevistados que avaliassem os *recursos* financeiros e técnicos de sua unidade. Os dados obtidos podem ser visualizados na figura 19:

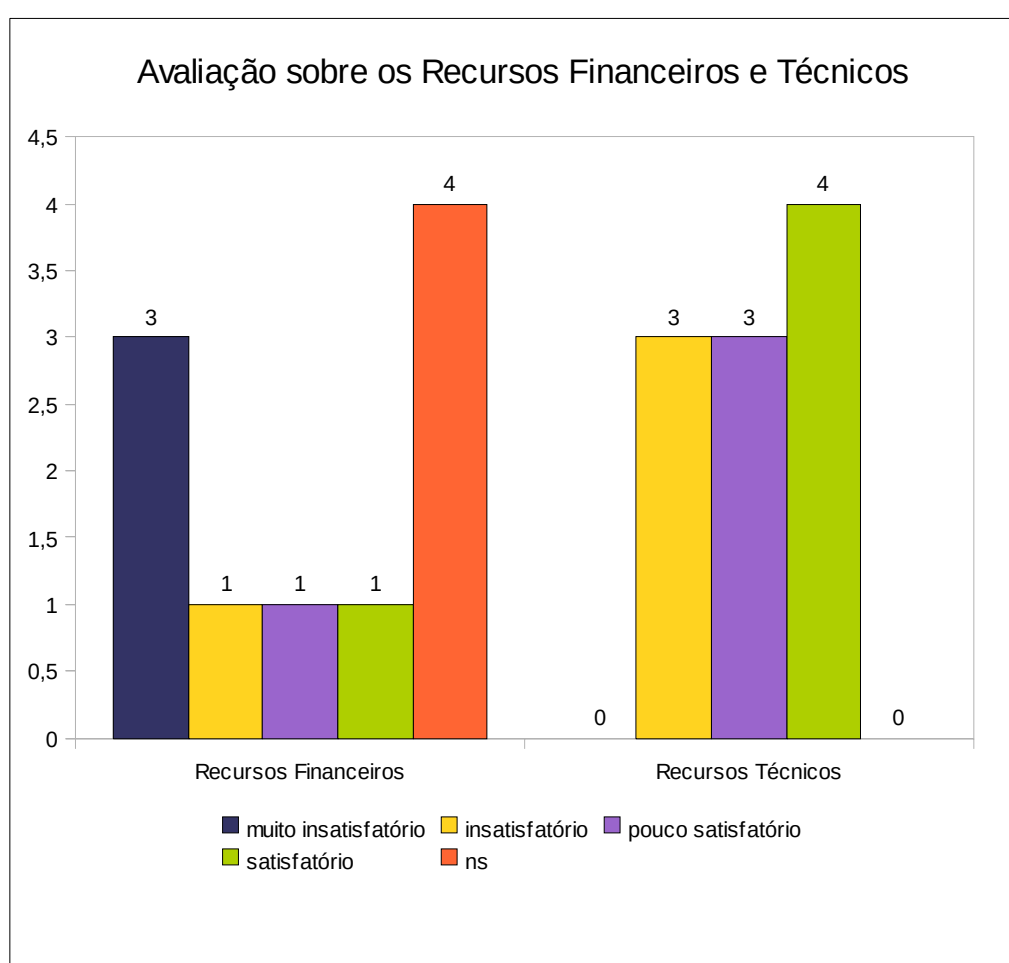


Figura 19 : Avaliação dos Entrevistados sobre os recursos financeiros e técnicos da Unidade de Internação

Como pode ser observado os *recursos* financeiros ou são considerados muito insatisfatórios (03 pessoas) ou as pessoas entrevistadas não sabem informar sobre a adequação do orçamento institucional (04 pessoas).

Interessantemente, no que diz respeito aos *recursos* técnicos a avaliação se

mostra diferente. Sobre o cotidiano de sustentação técnica do trabalho, nenhum se mostra desconhecedor dos *recursos* com que conta. E se a avaliação da maior parte continua a ser que tais *recursos* são insuficientes, três pessoas consideram pouco satisfatório e outras três chegam a nomear como insatisfatório, por outro lado, também houve quem analisou que os quadros técnicos são satisfatórios. Não é possível saber qual o nível de abrangência destas avaliações, afinal uma pessoa tanto pode ter avaliado o quadro geral da instituição, quanto o grupo com o qual tem contato mais direto. Este é um assunto que outras pesquisas poderão abordar.

Quanto à presente pesquisa, o que aparece são unidades ainda em processo de organização e estabilização de seus *recursos* e de sua estrutura para abrigar e garantir o trabalho de acolhimento e educação que uma unidade deve proporcionar.

Sobre os possíveis efeitos da estrutura identificada pelos entrevistados, nas unidades de internação, será possível analisar ao discutir o funcionamento da unidade, no que diz respeito ao atendimento que esta realiza aos adolescentes aí internados.



CAPÍTULO 03

VÍTIMAS DE HOMICÍDIO. MAS, NÃO SÓ.

Este capítulo apresenta os dados referentes aos adolescentes que foram vítimas de homicídio nas unidades de internação entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010. Para além de quantos foram estes, o relatório traz alguns fragmentos do cotidiano destes adolescentes, na própria unidade e em sua vida antes de aí chegar.

Ao informar acerca do percurso metodológico, foi dito que dentre os 11 Estados pesquisados, foi possível entrevistar e utilizar os dados de 08 deles: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Pará e Rondônia.

Nestes 08 Estados obteve-se o registro documentado em questionários individuais, em 07 Estados, de 23 adolescentes que foram vítimas de homicídio entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010 (figura 20).

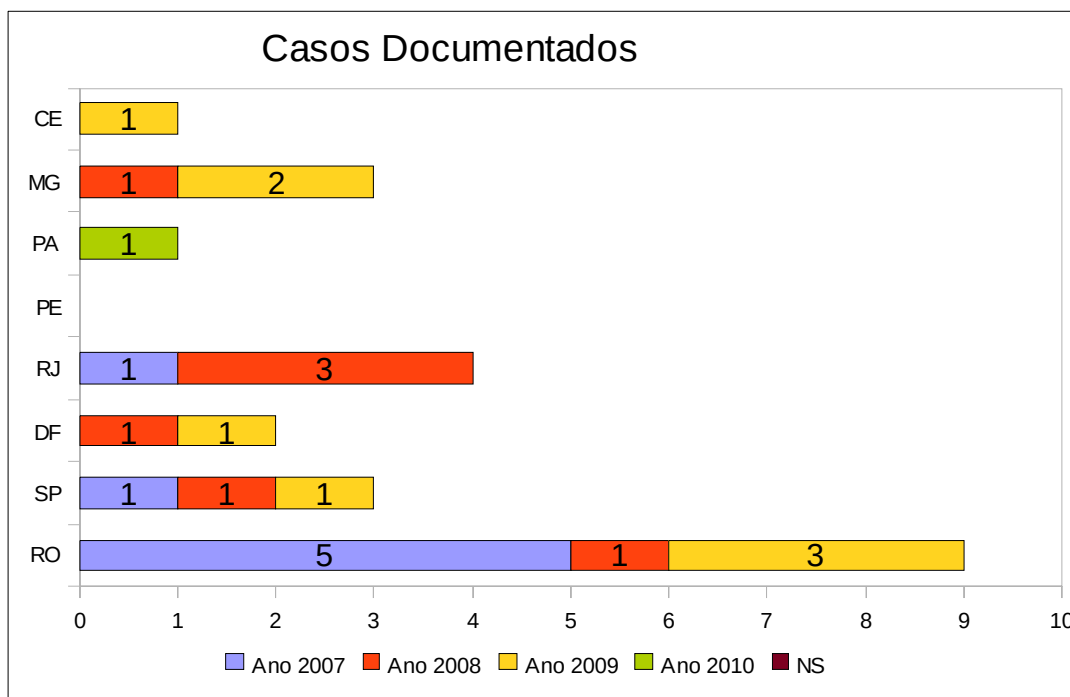


Figura 20: Casos Documentados

Também foram obtidas informações acerca de mais 47 casos, *não documentados*, de adolescentes que teriam morrido nas mesmas condições, no período de 2005 a 2010. Além disto, há três “casos *pós-coleta de dados*”, que não puderam ser incluídos entre os casos *documentados* por terem ocorrido após janeiro de 2010, entretanto, os pesquisadores conseguiram obter questionários com informações específicas a respeito de cada adolescente. Estes três casos, foram analisados em conjunto e apresentados à parte

Deste modo, são três as categorias dos casos aqui analisados e apresentados: “casos *documentados*”, “casos *não documentados*” e “casos *pós-coleta de dados*”.

Os 23 casos *documentados* são todos aqueles que se encontram devidamente registrados em questionários preenchidos com dados específicos do adolescente e que ocorreram entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010.

Os casos *não documentados* constituem o grupo cujas informações específicas são esparsas e insuficientes para qualquer esclarecimento quanto a quem era este adolescente e como se deu a sua morte no interior da unidade de internação. Entre estes se encontram três casos que ocorreram fora do período recortado pela pesquisa, nos anos de 2005 e 2006.

O caráter exploratório desta pesquisa exige que todos os dados obtidos, coerentes com a metodologia estabelecida para a coleta de dados, sejam aqui apresentados, ainda que distintos em seu grau de profundidade e temporalidade. Daí, serem aqui apresentados também os 47 casos não documentados e os 03 casos *pós-coleta de dados*, mas obtidos dos seguintes modos:

- pesquisa bibliográfica nas mídias locais;
- informações obtidas em entrevistas que tratavam de outro adolescente, e registradas nos questionários;
- acesso a ofícios encaminhados à rede de defesa e proteção local do Estado, solicitando medidas quanto aos casos noticiados na mídia ou denunciados;
- idas a campo dos pesquisadores, registradas nos diários de bordo destes;
- Entrevista com ator social da rede de defesa e proteção local ou gestão da unidade de internação.

Os impedimentos para que estes 47 casos não fossem documentados tal

como os demais, foram os seguintes:

- terem ocorrido fora do período a que esta pesquisa se refere;
- os atores sociais saberem informar que haviam ocorrido e nada mais;
- terem acontecido no interior do Estado e o cronograma da pesquisa não comportar tal deslocamento;
- a obtenção da informação em data incompatível com o cronograma da pesquisa.

Serão primeiramente apresentados os casos documentados, em seguida serão discutidos os cotidianos institucionais entrelaçados à história dos adolescentes.

No capítulo seguinte os “casos *pós-coleta de dados*” serão discutidos.

Sobre os casos documentados

É, então, a partir dos adolescentes cujas histórias puderam ser de registradas que este relatório pretende apreender algo sobre o contexto no qual foram possíveis suas mortes.

Pará

Dentre os 23 casos documentados e ocorridos entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010, apenas um ocorreu em janeiro de 2010, no Estado do Pará. Sobre este adolescente, foram entrevistados atores sociais da rede de defesa e proteção, possuía o Ensino Fundamental incompleto, não residia no município da unidade de internação, mas era paraense. Residia com sua família antes de ser internado. Cumpria medida socioeducativa por furto. Ficou internado nesta unidade pelo período de seis meses, antes de morrer e não havia sido internado antes. Não há informações de que tenha participado de fugas ou rebeliões, nem mesmo de que tenha sido ameaçado de morte, aliás foi dito que se relacionava bem com todos e que foi identificado como o provocador “de algo” que teria levado à sua própria morte. A única forma de convivência familiar e comunitária durante o internamento eram os telefonemas. O corpo do adolescente foi entregue à sua família, para os ritos fúnebres.

Rondônia

O Estado de Rondônia apresentou decréscimo entre os anos de 2007 (cinco adolescentes) e 2008 (um adolescente), entretanto em 2009 foram três casos de homicídio, havendo nova queda em 2010, quando, segundo a documentação dos dados, não houve nenhum caso.

Dentre os nove adolescentes sabe-se que seis possuíam o Ensino Fundamental incompleto e um período que variou entre 06 meses e sete anos. Os motivos pelos quais estavam internados se mostrou diversificado: dois deles haviam cometido um homicídio, três furtaram, dois roubaram e dois se encontravam envolvidos com o tráfico. Dentre eles, sete se declararam responsáveis pelo ato infracional pelo qual foram acusados, sendo que dois afirmaram serem inocentes.

Um adolescente permaneceu internado apenas um dia segundo a família e cinco meses segundo a unidade de internação, antes de ser morto; quatro deles ficaram internados menos de um mês, dois aí estiveram entre um e dois meses e apenas um chegou aos seis meses de cumprimento da medida socioeducativa. Em apenas dois casos foram realizadas as reavaliações do processo; um deles com o adolescente em que houve desencontro de informação entre a unidade e a família a respeito do tempo em que o adolescente permaneceu internado. Segundo as informações recebidas, apenas um deles não havia sido internado antes e todos os outros estiveram internados antes na mesma unidade; dois deles passaram por uma internação anterior, outros dois estiveram internados por duas vezes e um chegou a ali estar por quatro vezes. Somente este último participou de uma fuga. Nenhum participou de rebeliões. Apenas dois foram ameaçados de morte, e a hipótese sobre os responsáveis por estas ameaças apontam para outros adolescentes da unidade.

Quanto às pessoas com quem o adolescente se relacionava na unidade, cinco deles tinham como principal parceiro um outro adolescente do próprio dormitório, enquanto que outros dois além destes também se mantinham próximos dos funcionários; quanto aos demais um adolescente vivia isolado e outro estabeleceu laços com todo o grupo do próprio dormitório.

Quanto à participação deles nas atividades disponíveis, três deles não participavam de nenhuma, os seis mais de uma atividade; sendo que cinco participavam das educacionais, dois das que tinham caráter de lazer, seis

integravam as esportivas, um se interessava pela atividade cultural realizada e cinco deles estavam vinculados às atividades religiosas na unidade.

Todos eles recebiam visitas da família e um deles ainda se correspondia com esta, a maior parte dos adolescentes mantinha outras formas de convivência familiar e comunitária; sendo que um continuou a ter contato com os amigos da comunidade de que veio através de visitas ou de cartas, dois recebiam visitas de grupos religiosos, um recebia atendimento jurídico e psicossocial.

Apenas quatro destas famílias tiveram contato com a equipe técnica da unidade quando se deu a morte de seus adolescentes, e também em quatro casos de homicídio há informação de que tenha ocorrido apuração interna para averiguar o que ocorreu, sem entretanto ter-se conseguido saber o resultado deste processo. Nos outros casos não houve informação por parte dos entrevistados se tal medida foi tomada.

O que se sabe é que foram realizados Boletins de Ocorrência em todos os casos, no mesmo dia e em oito casos pela própria unidade de internação, sendo que em um caso, a família foi a responsável por fazê-lo. Sobre o modo como a causa da morte do adolescente ficou registrado no BO, quatro entrevistados não souberam informar, dois afirmaram ter sido por asfixia (um deles por esganadura mecânica), houve um caso de traumatismo craniano e morte encefálica, e, por último, a morte de um adolescente ficou registrada como tendo sido causada por feridas transfixantes no coração. Somente uma pessoa não soube informar se a família teve acesso ao corpo do adolescente e os demais afirmaram que isto ocorreu.

De todos estes adolescentes foi possível identificar que um foi morto por três outros adolescentes do mesmo alojamento, em acerto de contas entre grupos rivais; eles perfuraram o corpo do adolescente com armas artesanais. A pessoa entrevistada não sabe qual foi o resultado da apuração interna, mas a mãe conta que apesar do adolescente ter pedido socorro, a instituição não tomou nenhuma medida. Sobre este adolescente, a mãe deste adolescente conta que o seu sonho era construir uma casa para ela, com banheiro; mudar de vida e cuidar da família. Ele gostava de ouvir música, dançar e soltar papagaio. Ele se relacionava muito bem com as pessoas, tinha vários amigos, e residia há seis meses com uma companheira. Os amigos ficaram revoltados. Sua mãe avalia que o filho era

maltratado na unidade, afirmou que ele recebia alimentação estragada, era “violentado” fisicamente pelos socioeducadores, que jogavam urina no adolescente.

Sobre outro adolescente, um dos entrevistados afirmou que a causa da morte dele foram brigas entre “os adolescentes do regime do seguro”. Não soube informar quais medidas foram tomadas pela instituição para tentar impedir o homicídio. Como repercussão da morte deste adolescente a secretaria responsável foi cobrada para construir nova unidade de internação. Sua família conta que ele sonhava em ser jogador de futebol, que gostava de desenhar, navegar na internet, jogar futebol e videogame. Possuía muitos colegas. Havia sido internado outras duas vezes. Lembra que uma vez foi retirada a alimentação do adolescente, devido à discussão deste com o socioeducador. Embora tenha sido ameaçado de morte, a unidade não tomou nenhuma medida para protegê-lo. Sua morte se deu durante uma rebelião, e a unidade não tomou nenhuma medida para impedir seu homicídio. A família não sabe o que foi apurado na investigação sobre a morte do adolescente.

Há um adolescente que foi enforcado pelo colega de alojamento por terem discutido, quando um deles chorava de saudade do filho. A unidade não sabia desta briga e, por isto, não tomou nenhuma medida de proteção mais específica. A notícia na televisão, por vários dias, produziu um questionamento sobre a segurança nas unidades de internação.

Outro adolescente foi morto em função de um desentendimento com um colega, por ter se envolvido com a namorada deste último. Segundo a família, ele gostava de ouvir música e ver televisão, tinha muitos amigos. Tendo permanecido internado apenas cinco dias, ele não participava de nenhuma atividade oferecida na instituição. Sua morte ocorreu em função de perfurações pelo corpo e queimaduras de cigarro, e a hipótese é que outros quatro adolescentes tenham sido os responsáveis por isto, mas a família não sabe o que foi apurado pelo processo de investigação. A família avalia que houve descaso com o adolescente, pois os monitores nada fizeram para impedir o homicídio, embora o adolescente gritasse implorando por socorro.

Um adolescente foi enforcado com uma toalha por outros dois adolescentes do alojamento, segundo dois entrevistados, como resultado de uma briga em torno de um jogo de baralho, em que ele foi acusado de roubar. Um terceiro entrevistado

afirmou que ele foi morto por outro adolescente do alojamento, por ter duvidado que este havia cometido homicídio anteriormente. A apuração interna concluiu que o adolescente morreu por “autoafirmação”.

Na unidade comentava que seu sonho era conhecer a mãe e libertar-se das drogas, seus planos eram de ser liberado da unidade de internação e trabalhar. Não participava de nenhuma atividade oferecida pela unidade, considerava a alimentação precária, e reivindicava melhoria da rede de esgoto da instituição. Com a família não comentava de seus sonhos e planos, mas esta contou que ele gostava de jogar bola e empinar pipa, que tinha muitos amigos. Havia sido internado por quatro vezes, antes desta última. A família avalia que “foi um ato de covardia, não era bandido perigoso”, e que o atendimento da unidade ao adolescente foi “péssimo”.

O sonho de um dos adolescentes era ser um artesão (era a atividade que mais gostava de fazer), ser liberado e morar com a mãe. A causa de sua internação foi tráfico de drogas, o que afirmava ser verdadeiro. Aí ficou por dois meses, antes de ser enforcado por outros adolescentes que também cumpriam medida socioeducativa. Não se sabe por qual motivo foi morto e o efeito desta morte foi “inquietação”.

Um adolescente foi ameaçado de morte no interior da unidade. Como medida de proteção reorganizou-se o número de adolescentes nos alojamentos, o que não se mostrou suficiente. Em uma perseguição promovida por um grupo de adolescentes, no interior da unidade, o adolescente tentou fugir destes pulando de uma caixa d'água com altura de aproximadamente seis metros. Isto tudo ocorreu em um processo de acerto de contas entre grupos de adolescentes internos. Como efeito da repercussão da morte deste adolescente os órgãos de defesa passaram a fiscalizar a unidade com mais frequência.

Um adolescente foi morto por outros seis (apenas um assumiu a responsabilidade pelo ato) por ter desobedecido as ordens de um colega de alojamento. Segundo o entrevistado, este último “sentiu-se afrontado com a desobediência das ordens”. Na comunidade em que vivia não houve “qualquer manifestação, aceitou passivamente” o acontecimento. A morte deste adolescente foi noticiada na televisão por vários dias e o efeito foi o Ministério Público sugerir capacitação dos servidores da unidade de internação, bem como a contratação dos

mesmos através de concurso público e não por indicação. Este adolescente foi enforcado, segundo o entrevistado em meio a brigas entre os adolescentes do mesmo alojamento, durante a noite; e, ainda segundo o mesmo entrevistado, apesar da direção da unidade ter conhecimento de tais conflitos, não tomou nenhuma medida para proteger o adolescente. Segundo um entrevistado a suspeita é que o responsável tenha sido um outro adolescente; enquanto que para outra pessoa entrevistada, são seis adolescentes, os “suspeitos”. Mas, não se sabe o que foi apurado no processo de investigação de sua morte. O seu sonho era retornar ao convívio da família e trabalhar, ele já havia sido internado uma vez antes. A morte deste adolescente foi notícia por cerca de 30 dias, na televisão e na imprensa escrita e, como resultado, a unidade foi interditada por três meses, e os adolescentes transferidos para outros municípios.

Entretanto, segundo um dos entrevistados, um dos efeitos da repercussão de sua morte foi: *“menos um adolescente para perturbar a população”*, além da solicitação de intervenção na unidade com ampliação do quadro de funcionários e melhorias da unidade.

Diante da questão acerca de o adolescente ter tido atendimento jurídico antes de sua sentença, enquanto três pessoas afirmaram não saber se isto aconteceu. Diferentemente, quanto ao atendimento psicossocial, apenas uma pessoa disse não estar informada a respeito, enquanto seis entrevistados responderam afirmativamente e apenas duas disseram que o adolescente não teve acesso a este serviço, neste período. Sobre o, os dados não diferem muito. São sete adolescentes que não tiveram atendimento jurídico durante o período de internação na unidade. Já no caso do atendimento psicossocial, desta vez foram sete adolescentes atendidos, enquanto um não o recebeu e um entrevistado não soube responder. Ao considerar que apenas um adolescente permaneceu internado por seis meses e que quatro deles sequer chegaram a um mês de internação.

Quatro pessoas que disseram não saber se a família do adolescente recebeu atendimento jurídico após o homicídio deste, as demais informaram que não houve este atendimento. No que diz respeito ao atendimento psicossocial à família, neste mesmo período, três responderam afirmativamente e três não souberam fornecer esta informação.

Foram entrevistadas quatro das famílias destes nove adolescentes, três mães e um pai.

Duas destas famílias possuem crianças, adolescentes e idosos, sendo que quem trabalha são os adultos e os idosos. Três deles tinham na mãe a pessoa mais próxima, um era especialmente ligado à(o) avó(ô) e, por último, um adolescente tinha no pai a pessoa mais próxima da família.

Apenas um dos adolescentes possuía dois adultos em casa, sendo que os demais tinham como figura parental de referência apenas a figura materna ou paterna. Os responsáveis pelo sustento da casa são os adultos, uma pessoa em cada família, portanto. Este pai recebe dois salários mínimos, assim como uma das mães. As outras duas mães sustentam suas famílias com quatro e cinco salários mínimos.

Todas estas famílias são proprietárias e já pagaram suas casas, sendo que duas delas são de alvenaria, enquanto as outras são de madeira (material bastante utilizado nesta região do Brasil para este fim). Todas possuem iluminação elétrica e abastecimento de água através do serviço público. No que diz respeito ao escoadouro de esgoto, três das famílias dos adolescentes possuem rede geral de esgoto e em uma das casas se utiliza fossa séptica; já quanto ao calçamento da rua de suas casas a situação se inverte com três sem nenhum tipo de calçamento, e apenas uma família mora em uma rua asfaltada pelo Estado. Uma das famílias está inserida em um programa social e uma outra participa de uma associação.

Ceará

No Estado do Ceará foi documentado que um adolescente morreu, no ano de 2009, enquanto se encontrava internado em medida provisória. Este adolescente tinha 16 anos e havia interrompido o Ensino Fundamental, em sua cidade natal em cidade do interior cearense. Ele residia no município da unidade de internação há nove meses com o irmão mais velho, tendo para aí se mudado em busca de trabalho melhor e com a promessa: “vó, você ainda vai se orgulhar de mim”. Esta avó era a pessoa mais próxima ao adolescente, em sua família.

Ele trabalhava em sua cidade natal e, segundo a entrevistada “ganhava seu próprio dinheiro”. Era um adolescente querido pela família e vizinhos, um “menino

muito bom, que tinha muitos amigos, não era de arrumar briga, era tranquilo”.

Na cidade a avó comentou que há muitas drogas, “não tem muito o que fazer, não tem trabalho, lazer, etc. A violência também tem aumentado”. Em sua família não há crianças, mas há duas adolescentes que cursam o ensino fundamental e não trabalham. A família é sustentada por duas pessoas adultas, apesar dos quatro adultos trabalharem. Deste modo, a família vive com dois salários mínimos. Eles moram em casa própria, de um cômodo (para as oito pessoas), com luz elétrica e água tratada através do serviço público; entretanto o tratamento de esgoto é despejado a céu aberto, sua rua é sem calçamento. Ainda assim não estão inseridos em nenhum programa ou projeto social. Participam de uma associação religiosa.

Foi internado por estar envolvido com tráfico de drogas, ele afirmou ser inocente e permaneceu internado por seis dias, antes de sua morte. Enquanto internado, se aproximou do grupo de adolescentes do mesmo dormitório, chegando a participar da atividade educacional nesta semana. Não recebeu atendimento jurídico ou psicossocial. O irmão o visitava todos os dias, além de manter contato com a avó por telefone, ela ia buscá-lo na semana seguinte para voltar a morar com ela e a família. Sua morte se deu por “homicídio à bala”, efetuado pela polícia que naquele momento entrava na unidade para conter uma briga entre dois grupos de adolescentes. O adolescente corria pela unidade fugindo da polícia e foi atingido no abdômen por tiros.

O irmão não pôde ser entrevistado, pois ele estava preso havia pouco tempo.

O BO foi registrado no mesmo dia, pela própria unidade de internação, que também foi quem entrou em contato com a família e avisou do falecimento do adolescente, além de auxiliar nos funerais e instalar a averiguação do homicídio. Até a data da entrevista nada havia sido apurado. A família teve acesso ao corpo do adolescente, e, afirmou que vem recebendo atendimento jurídico da rede de defesa e proteção, além de ter recebido atendimento psicossocial da unidade de internação, à época da morte do adolescente.

Distrito Federal

No Distrito Federal foram documentados os casos de dois adolescentes com 16 anos e que morreram um em 2008 e outro em 2009. Ambos possuíam o Ensino

Fundamental incompleto, não residiam na mesma cidade da unidade em que foram internados, mas eram naturais do próprio Distrito Federal. Um deles residia com a família havia dez anos, enquanto o outro morava com parentes desde seu nascimento. O ato infracional pelo qual cumpriam medida de internação era o mesmo: roubo. Sobre ser responsável ou inocente quanto a este ato, um admitiu ser sim, responsável, enquanto a opção “outro” foi utilizada pela segunda família, dizendo que o adolescente argumentava ter “apenas guardado a arma do crime”. Um já havia sido internado por duas vezes antes, na mesma unidade. Este adolescente, na última internação, aí ficou pelo período de dois meses, enquanto que o outro não passou de um mês na unidade. Nenhum dos dois participou de fugas.

Quanto a rebeliões, apenas um deles chegou a participar de uma, ainda que tenha ficado tão pouco tempo internado. Um deles nunca foi ameaçado de morte na unidade, e, quanto ao outro não se sabe se isto ocorreu. Um deles, durante sua internação, chegou a estabelecer laços com o grupo de adolescentes do seu dormitório, além de um outro adolescente de outro dormitório; enquanto que o outro mantinha mais próximo de um grupo de adolescentes de outro dormitório.

Ambos participavam de uma atividade em comum na unidade, a esportiva. Além disto, um deles frequentava as de caráter educacional e de oficinas, enquanto o outro capinava na unidade.

As duas famílias os visitavam, bem como trocavam cartas e telefonemas com eles. Um deles ainda se manteve em contato com amigos externos à unidade. Foi dito que recebiam, também, recebiam visitas da rede, em atendimento jurídico e psicossocial. Este dado, entretanto, foi confirmado posteriormente apenas para um deles, em pergunta direta acerca dos atendimentos desta ordem antes da sentença, durante a internação e após seu homicídio.

Em ambos os casos a família foi notificada pela equipe técnica a respeito da morte de seu adolescente e teve acesso ao corpo. Quanto à unidade, foi instaurada uma apuração interna do caso, providenciou-se o registro do BO no mesmo dia, tendo ficado registradas como causa das duas mortes a ocorrência de asfixia, uma delas por sufocação através do uso de toalhas.

O atendimento jurídico se deu aos dois antes da sentença, não foi continuado

após sua internação e, neste momento, as duas famílias são acompanhadas juridicamente pela rede local de defesa e proteção.

Foram entrevistadas as mães dos dois adolescentes e pôde-se identificar que em suas famílias há uma criança e um adolescente, que estudam e não trabalham. Um deles era mais próximo da mãe, enquanto o outro tinha na figura materna e na pessoa do avô(ó) seu laço afetivo mais forte. Ambas as famílias vivem com 1,5 salário mínimo, resultante da renda do trabalho de um dos adultos da casa. Desta renda dependem as quatro pessoas da família.

Ambas as famílias residem em imóvel próprio, mas imóvel de uma delas ainda não se encontra quitado. Possuem luz elétrica e água tratada através de serviço público, mas uma das casas utiliza fossa séptica para escoar seu esgoto e não tem calçamento em sua rua, enquanto a outra possui rede geral de esgoto e reside em rua asfaltada pelo Estado. Um das famílias está inserida em um programa social e nenhuma delas participa de alguma associação.

Os dois adolescentes possuíam planos para quando terminassem de cumprir a medida socioeducativa: um queria entrar para a igreja evangélica e conseguir parar de cometer delitos, enquanto o outro queria terminar seus estudos, fazer um curso profissionalizante e “seguir com a vida”.

Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais os três adolescentes cujas histórias foram documentadas, possuíam entre 14 e 17 anos e eram analfabetos. Um deles, morto em 2009, residia nas ruas da cidade em que se localiza a unidade em que estava internado.

Sua mãe tentou jogá-lo em um rio quando era bebê, tendo sido salvo e adotado por uma tia, que após sua morte fala da tristeza, mas também do alívio deste acontecimento: “não sei se eu ter salvo foi uma benção ou uma desgraça”. Além de dois irmãos filhos da mãe biológica, também possuía 12 irmãos adotivos; entretanto eram muito grandes os conflitos com a família. Tendo em vista tudo isto, foi internado em medida de proteção em um abrigo pelo período de um ano, até que foi expulso também daí, por ter fraturado o dedo de um dos colegas.

Foi neste período em que esteve abrigado que conheceu a rua e “esta o

ganhou”. Morou na rua por cinco anos, antes de permanecer internado pelo período de três meses, por tráfico, cuja responsabilidade assumia. Ele não havia sido internado antes, em cumprimento de medida socioeducativa, não participou de rebeliões ou fugas da unidade.

Como não possuía aproximação com a família não recebia visitas, o que era motivo constante de solicitações por parte dele; entretanto a mãe nunca veio. Foi possível manter algum contato com a família, através de telefonemas. Ele desejava ir à casa da mãe, mas como se encontrava no início da medida, isto não seria possível. Segundo o entrevistado, a “agressividade” era uma constante em seus relacionamentos e, dentro da unidade, tinha um “péssimo” convívio com os colegas e apesar de não ser um líder no grupo, “incitava brigas”. Apesar disto, não foi ameaçado de morte e se relacionava, em especial, com outros adolescentes do mesmo dormitório e de outro dormitório, além dos funcionários.

Participava de todas as atividades que a unidade oferecia: educacionais, de lazer, esportivas, culturais e religiosas; além de receber atendimento jurídico e psicossocial.

Morreu asfixiado com lençol, tendo sido feito o BO no mesmo dia, pela unidade de internação, que também foi quem avisou à família. Foi instaurado um processo de apuração interna quanto à sua morte e a corregedoria concluiu que “não houve nenhuma negligência por parte da instituição”.

Sua morte ocorreu em uma situação em que ele xingou a mãe de um outro adolescente do mesmo alojamento e jogou uma tampinha de xampu em seu rosto. Um dos colegas do alojamento ajudou a matá-lo. O terceiro colega de alojamento lá não estava, pois havia ido ao cinema, de acordo com o entrevistado “se [*o terceiro colega*] lá estivesse, não teria permitido que isto acontecesse, foi tudo muito rápido e não houve tempo para reagir”. O adolescente responsável por sua morte tinha, à época, 12 anos de idade. Ele dividia alojamento com os meninos menores, exatamente para evitar brigas, tendo em vista seu “péssimo convívio” com os demais, “e foi justamente o garoto menor de tamanho que o matou”, com ajuda do segundo colega. Os dois adolescentes tiveram de ser isolados, tendo em vista a revolta dos demais.

Em seu enterro compareceram os funcionários da unidade de internação e

sua mãe.

No dia de sua morte havia sido atendido pela equipe técnica e relatara uma tentativa de falar com a mãe pelo telefone, mas esta não o atendeu. Também falou sobre o desentendimento com o colega de alojamento, mas que tinha “tudo ficado resolvido” afirmando ainda que “*a medida está sendo boa para mim, na rua estava ruim, estou melhorando*”. Seu plano de futuro era cumprir a medida e ir morar em um abrigo.

Quanto aos outros dois adolescentes mineiros, um também foi morador de rua por cinco anos, enquanto que o outro residia com sua família desde que nasceu. Ambos cumpriam medida socioeducativa por terem cometido um homicídio e se declaravam inocentes frente a tal acusação. Um já havia permanecido internado uma vez antes, em outra unidade, mas nenhum deles participou de fugas ou rebeliões. Permaneceram internados pelo período de um mês, antes de serem mortos, sem tempo hábil para a realização da reavaliação de seu processo, o que se tivesse acontecido teria produzido a liberação de um deles, sobre quem a equipe técnica considerava mais adequado o atendimento e acompanhamento pela rede de saúde e permanência com a família. A sua sentença, na verdade, era de Meio Aberto, entretanto foi internado em regime provisório.

Este adolescente foi ameaçado de morte várias vezes por outros adolescentes, internados ou não. Tais ameaças eram em função dos conflitos entre os grupos de adolescentes que também moravam nas ruas da cidade. Como medida de proteção a equipe técnica e os gestores consideraram que as intervenções deveriam ser: tranca, atendimento individual e em grupo. A unidade não entrou em contato com a rede de defesa, pois a gestão desta “não permitia”.

Ele era próximo de um outro adolescente do dormitório, com que já tinha conflitos na rua, mas cuja convivência na unidade serviu para diminuir estes. Participava de atividades de esportes e cultura, mas nada coletivo. Jogava pingue-pongue e fazia artes, sempre com esse colega.

Sua morte ficou registrada no BO, registrado no mesmo dia pela unidade de internação, como suicídio por enforcamento. Segundo a pessoa entrevistada ele teria “pulado de teresa” (corda feita com lençol) para chamar a atenção e ir para a rua, “de onde sentia muita falta”, tendo ocorrido um “erro de percurso” neste salto.

Foram realizadas tentativas de ressuscitação, pois suspeitavam que ele estivesse vivo, já que há uma técnica de “pseudo-enforcamento” utilizada pelos meninos, às vezes.

Apesar do laudo oficial, a entrevistada não acredita em suicídio, pensa que alguém o matou, porque ele se queixava de apanhar lá dentro. A mãe não identificou ninguém, talvez por medo de retaliação. A mãe não foi procurada pela equipe técnica após a emissão do laudo afirmando o suicídio, porque o diretor da unidade considerou que a mídia já havia noticiado o resultado da perícia e que a mãe, provavelmente, já sabia. O laudo foi emitido por um parente do diretor. Ainda segundo a pessoa entrevistada a equipe técnica viu este laudo e “realmente não acha que tenha algo que apontasse para o homicídio. Estavam saindo de uma crise em que aconteciam rebeliões diárias, em que *“batiam muito – quebraram braço de menino”*. A entrevistada afirmou ainda que “há câmeras, vídeos, lugares em que os meninos apanhavam, mas a gestora da época não podia ver *“pois [ela] era [o] Estado e era considerada romântica”*”.

Quanto ao terceiro adolescente de Minas Gerais, cujo caso foi documentado, ele convivia com outros adolescentes de outros dormitórios, já conhecidos do bairro onde morava com sua família. Participava de todas as atividades da unidade e recebia visitas da família. A convivência familiar e comunitária era, deste modo, assegurada, já que seus amigos de comunidade também se encontravam ali internados em cumprimento de medida socioeducativa.

Ele havia sido ameaçado por um grupo rival no tráfico, fora da unidade, e um colega de dormitório, à mando de um outro que se encontra fora da unidade, o enforcou com uma “teresa”. A unidade providenciou a comunicação à mãe, a realização do BO e foi instaurada uma sindicância interna, além de procedimento na Corregedoria, encaminhamento ao Ministério Público e Juizado. Ainda não há resultados destes processos. A pessoa entrevistada não soube informar como ficou registrada a causa da morte do adolescente, no BO. O adolescente recebeu atendimento jurídico antes de sair sua sentença, e sua família após o seu homicídio, enquanto que o atendimento psicossocial ocorreu após a sentença, bem como à família após seu homicídio. A família não aceitou os argumentos dados pela equipe técnica entrou na justiça contra o Estado.

Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro foram documentados os casos de três adolescentes, dois deles de uma mesma unidade de internação, três no ano de 2008 e um no ano de 2007. Sobre a escolaridade, foi possível saber que um estava cursando o Ensino Fundamental e outro havia terminado este período do ensino formal. Três deles residiam na mesma cidade da unidade de internação e todos residiam no Estado do Rio de Janeiro, antes de serem internados, com suas famílias; um sempre morou com a família, outro o fazia há dois anos. Três deles cumpriam medida socioeducativa por terem cometido um homicídio, e o familiar entrevistado do quarto adolescente não sabia por qual motivo ele estava internado, nem se ele afirmava ser inocente ou responsável por este ato. Um afirmava ser inocente, outro se dizia responsável pelo ato infracional, e, não se sabe o que o último adolescente dizia a respeito disto.

Três deles já haviam sido internados em outra unidade de internação, em cumprimento de medida socioeducativa, um deles por três vezes. Na última internação dois deles não chegaram a completar 24 horas na instituição, pois foram mortos. O terceiro chegou a ficar internado por dois meses. Nenhum deles participou de fugas, e dois deles participaram de rebeliões.

Dois deles foram ameaçados de morte, um por grupo de adolescentes também internados e os outros dois por funcionários da unidade. Uma pessoa entrevistada relata, no caso de um deles, que *“pela disposição espacial [da unidade] os agentes não poderiam ver o que estava acontecendo. Os agentes ouviram barulhos, foram ver e ao invés de impedir, ficaram incentivando a agressão”*.

Três deles se relacionavam em especial com o grupo com quem dividiam o dormitório, e quanto às atividades, um deles chegou a participar de uma atividade da área educacional, um curso profissionalizante. Todos eles foram visitados pela família enquanto estiveram internados.

Duas das famílias foram comunicadas pela unidade sobre as mortes dos adolescentes. Uma das mães foi avisada que “o adolescente passou mal e foi para o hospital”. Outra mãe recebeu uma ligação da unidade perguntando “se o adolescente possuía alguma doença convulsiva, pois ele tinha acabado de ter uma

crise e estava sendo encaminhado para o hospital”, ao chegar lá ela foi informada pelo médico que ele “nunca havia visto uma convulsão com tanta agressão externa”.

No caso de todos os adolescentes houve instauração de apuração interna sobre suas mortes, foi registrado o BO no mesmo dia; em apenas um caso sabe-se que foi a própria unidade que providenciou este registro. As causas das mortes de três deles foram: “traumatismo craniano encefálico e hemorragia cerebral”, “traumatismo encefálico, hematoma subdural no parietal direito, ação contundente”, “traumatismo craniano encefálico e hemorragia cerebral”. Não há registro da causa da morte do quarto adolescente.

Tais termos técnicos foram “traduzidos” pelos entrevistados do seguinte modo: Sobre um adolescente, o entrevistado afirmou que ele foi “espancado e morto pelos 27 colegas de galeria, chutes, socos” (ele havia quebrado o código de conduta estabelecido pelos próprios adolescentes; pois ao receber a visita da namorada, levantou sua blusa e lhe fez um carinho).

Sobre outro adolescente: “os agentes retiraram os adolescentes galeria por galeria e fizeram os adolescentes passarem no corredor polonês. Foram 44 agentes, inclusive de outras unidades”, segundo os agentes, isto foi em reação a uma tentativa de rebelião que seria ligada à continuação da rebelião do complexo de Bangu³. A investigação interna instaurada concluiu que o adolescente “caiu do vaso sanitário”.

Quanto o terceiro adolescente: “espancamento, cadeiradas, pauladas, rodo na cara, galão de água cheia nas costas, jogou a mesa de ferro na cabeça, sabão em pó na boca”. Os agentes alegaram que o adolescente estava tentando fugir, bem como que ele caiu e se machucou. Estes funcionários continuam trabalhando, em outra unidade de internação. A investigação interna ainda está em andamento, a promotora não aceita os testemunhos dos demais adolescentes. Há um outro processo em andamento, de exumação do corpo do adolescente.

Das famílias, três tiveram acesso ao corpo de seu adolescente, para realizar os funerais.

Dois dos adolescentes tiveram atendimento jurídico antes de sua sentença e

³ Complexo penitenciário do Rio de Janeiro.

um continuou a ser atendido após sua internação. Não houve atendimento psicossocial dos adolescentes, em nenhuma fase do processo destes adolescentes. Após o homicídio, todas as famílias estão em atendimento jurídico e três delas também são acompanhadas pela equipe psicossocial da rede de defesa e proteção.

São Paulo

No Estado de São Paulo, foi possível documentar os casos de três adolescentes, cujas mortes ocorreram entre os anos de 2007 e 2009. Um deles tinha o Ensino Fundamental incompleto. Todos os entrevistados eram componentes da rede local de defesa e proteção.

Um residia no mesmo município da unidade de internação, outro não e o entrevistado não soube responder sobre o terceiro. Um deles residia com a família, outro dividia-se entre a casa da família e uma outra casa, com um colega.

Sabe que um deles cumpria medida socioeducativa por ter cometido um homicídio, a respeito do qual afirmava ser inocente, por não ter tido a intenção de matar a pessoa. Ele esteve internado pelo período de treze meses, período em que houve uma reavaliação de seu processo através de laudos técnicos. Ele esteve internado uma outra vez, em outra unidade, e tentou fugir durante sua última internação. Não se sabe se ele foi ameaçado de morte. Possuía dificuldade de relacionar-se com os demais adolescentes e por isto não chegou a construir nenhum laço mais estreito com ninguém da unidade, mas participava de todas as atividades que a unidade oferecia: educacionais, curso profissionalizante, atividades esportivas, de lazer, culturais e religiosas. A família o visitava. A equipe técnica informou a família acerca da morte do adolescente e esta teve acesso ao corpo do adolescente para realizar o funeral. No BO ficou registrada a causa da morte como tendo sido “asfixia, enforcamento”, que foi descrito pelo entrevistado do seguinte modo: “enforcamento com um lençol ou camiseta, pendurado à luminária do 'quarto de luz', onde parece que ele dormia [*estava dormindo na ocasião*]”.

O entrevistado relata que “há dúvidas se foi homicídio ou suicídio. Se homicídio foi por causa do abuso sexual que ele tinha sido acusado. Se suicídio, porque estava com medo de ser transferido para outra unidade, onde relata ter sofrido violência sexual e maus-tratos”. A unidade o isolou, mas não comunicou o

fato à família; a apuração interna de sua morte resultou em condenação administrativa dos funcionários (suspensão do diretor e do encarregado técnico) por negligência. O laudo técnico concluiu que foi um “suicídio, reconhecendo a negligência funcional da instituição, pois estes deveriam ter tomado providências para impedir que o adolescente tivesse feito este ato”. A família não questiona o laudo técnico, e considera que ele não deveria estar internado naquela unidade, por possuir “transtornos psiquiátricos”. Este adolescente teve atendimento jurídico antes e após a sentença, entretanto só se sabe que teve atendimento psicossocial após a sentença. Este caso não apresentou repercussão alguma na mídia e o entrevistado acredita que também na secretaria responsável pela unidade não se deu maior relevância à morte deste adolescente. Um ator social da rede de defesa e proteção deu entrada em uma ação de responsabilização do Estado.

Outro adolescente permaneceu internado por 24 meses e esteve internado uma vez antes, não se sabe se na mesma unidade. Ele nunca participou de fugas ou rebeliões, mas foi ameaçado de morte por um grupo de adolescentes que também estavam cumprindo medida socioeducativa. A unidade providenciou que ele fosse separado dos demais, e a defensoria pública solicitou que ele fosse transferido para outra unidade e que houvesse progressão de sua medida para Liberdade Assistida, além de sua inserção em “tratamento psiquiátrico em nível ambulatorial”. O próprio adolescente reivindicava ser transferido para uma unidade mais próxima à sua casa e o atendimento “médico psiquiátrico”. Vivia isolado na unidade e a única forma de convivência familiar e comunitária eram as visitas familiares à unidade. Este adolescente teve atendimento jurídico antes e após a sentença, entretanto, só após a sentença dada da medida socioeducativa de internação recebeu o atendimento psicossocial. Entretanto, segundo o entrevistado, a família avalia que “ele tinha um sério problema de saúde (psiquiátrico) e não recebeu o devido tratamento, tendo sido largado na unidade”. Não houve repercussão social alguma da morte deste adolescente.

Sabe-se que foram instaurados processos internos de apuração de cada um dos homicídios; que foram registrados BOs pelas próprias unidades, em dois casos, e no mesmo dia. Sabe-se também que as duas famílias estão em atendimento jurídico desde que ocorreram os homicídios, e apenas uma delas teve atendimento

psicossocial após ter ocorrido a morte do adolescente.

O terceiro adolescente teve atendimento jurídico e psicossocial em todas as fases de seu processo. Sua família foi avisada da morte dele através de uma ligação telefônica da equipe técnica. Não se sabe como ficou registrada a causa da morte dele, no BO feito, no mesmo dia, pela unidade de internação. Entretanto, segundo o entrevistado ele morreu asfixiado, “foi encontrado com a cabeça dentro do vaso sanitário, com marcas no pescoço de enforcamento”; relata ainda que “após este episódio, foi ateado fogo no quarto para tentar maquiar a situação”. A hipótese é que ele tenha sido morto por um outro adolescente internado na mesma ala. O motivo seria uma rixa com outros adolescentes, que “já vinha da rua”. O caso foi apurado pela Corregedoria e pela Delegacia de Homicídios, mas o entrevistado não soube informar o resultado destes processos. O entrevistado não teve contato com a família, pois atua somente na apuração de medida disciplinar, o que envolve somente o adolescente e não suas famílias também. Este caso não casou nenhuma reverberação social ou midiática.

No Estado de São Paulo, um dos entrevistados afirmou que há notícias de que um funcionário de unidade de internação tenha sido assassinado por um adolescente que passou pela unidade em que aquele trabalhava. Isto aconteceu fora do horário de trabalho do funcionário.

Estes foram os 23 adolescentes cujos casos foram documentados no período recortado para este mapeamento. As suas histórias continuam a ser contadas, agora a partir da análise do cotidiano das unidades em que estiveram internados.





A análise sobre o funcionamento institucional das unidades poderia ser objeto de um capítulo exclusivo. Entretanto, optou-se por pautar a violência (e percorrer o cotidiano institucional e a história dos adolescentes), tendo em vista ser esta um elemento que atravessa os muros da unidade, que não encontra resolução final nas normas de boa conduta.

Qual a linha divisória entre permitir que o adolescente se responsabilize por seus atos e desampará-lo frente à fúria do bando?

Por outro lado, sem desresponsabilizar a unidade pelas medidas tomadas que não se mostraram eficientes e em tempo hábil, é preciso ampliar a perspectiva do encarceramento como uma violação de direitos a que este adolescente esteve submetido muito antes da presença da unidade de internação, em sua vida. A carceragem não teve início em sua última internação, começou no instante mesmo em que o desejo de “crescer e ser alguém” de cada um deles só encontrou ressonância entre os que lhes tinham a oferecer o ato infracional, como medida possível à realização de si, no que era possível obter em cada “fita”. Quantas unidades são?

Quanto à estruturas físicas e técnicas da unidade de internação tratou-se no capítulo dois deste relatório. Posto que não se trata de se informar sobre os números de espaços, equipamentos e funcionários, escolas, projetos sociais criados e famílias aí inseridas; mas, sobre os modos como estes espaços são ocupados, como as relações se dão.

Para compreender à qual ética as unidades de internação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa atendem em seu funcionamento, em internação provisória ou já sentenciada; se à lógica do adolescente como sujeitos de direitos ou a do “menor infrator”, é preciso considerar as práticas institucionais como

dispositivos não ingênuos⁴ tanto em seus fins, quanto nos meios que considera legítimos para alcançar os primeiros.

Ora, se em determinado momento histórico da sociedade brasileiro era crível que o encarceramento e a tortura fossem recursos civilizatórios urgentes e legítimos no “tratamento” daqueles adolescentes que não se submetiam ao instituído projeto social iluminista de sociedade; já não é admissível que tais dispositivos continuem a funcionar, tendo em vista as radicais diferenças já em andamento da compreensão do adolescente, qualquer adolescente, como sujeito atravessado pelos discursos e demandas contemporâneas e que responde a estas com os recursos subjetivos que possui. Adolescente, pessoa comum, tendo ou não cometido um ato infracional. Mas, como nos lembra Agamben (2009), nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum.

Ao perguntar sobre os modos como a unidade local responde à indisciplina dos adolescentes, são registradas, como resposta, possibilidades que em sua concretude significam uma justificativa ética perversa de tomar o adolescente como homem comum. No lugar de acolhê-lo como sujeito, igual em direitos e deveres, o que aparece nas “ações disciplinares”⁵ é o terror frente a este adolescente comum que ousa se insubordinar e a necessidade de calar-lhe a voz reivindicatória. É esta inversão que dá sentido de necessário, simples e urgente que as práticas disciplinares institucionais se deem em ações cujo nome é preciso dizer: tortura. Rechaço fragrante dos avanços na compreensão da civilização do século XXI acerca de suas crianças e seus adolescentes, retroação nas estratégias educacionais, posto que o caráter fundamental de uma medida socioeducativa é este.

Segundo Ferreira (2001), não sabemos em que medida tais trajetórias tem o consentimento do sujeito, do sujeito adolescente e do sujeito adulto (que realiza este encontro cotidiano com o desamparo, com a violência feita modo de sobreviver destes adolescentes).

⁴

Um conjunto heterogêneo em sua materialidade, mas que visa a reprodução, e por isto, a manutenção de um saber, na domesticação dos sujeitos a um ideal ético.

⁵

E o objetivo dos dispositivos de poder são exatamente isto: disciplinar o sujeito, conformá-lo a um ideal cultural universal e homogêneo. É exatamente o termo que traduz o terrorismo civilizatório em que a singularidade da história e do desejo de cada um deve desaparecer para a política da felicidade. Para que as estatísticas não sejam mentirosas, o um a um não deve aparecer. Que todos se comportem tal qual o tecnicismo biopolítico concluiu ser o adequado.

Agamben (2009) lembra que ser contemporâneo de um sujeito (institucional ou não), não está restrito a codividir o cotidiano com este. A codivisão significaria um compartilhar acrítico dos fatos, porque é subordinado à naturalização das normas. Aqueles que coincidem muito plenamente com o postulado ético de seu tempo, que em todos os aspectos a este aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-lo.

Estas unidades de internação, estariam em codivisão do espaço e do tempo com os adolescentes que aí são recebidos (acolhidos?). Ou são contemporâneos?

Os adolescentes, estariam codividindo entre si e com os funcionários da instituição o tempo de sua medida socioeducativa? Em que medida são contemporâneos de si mesmos?

De que modo os dispositivos das medidas socioeducativas em andamento se legitimam na ética do ECA, de crianças e adolescentes como sujeitos de direito e em situação de prioridade absoluta nos cuidados que o Estado, a sociedade, a comunidade e a família lhe devem?

Aqui por contemporâneos, toma-se a proposta de Agamben (2001):

Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpretá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Aquilo que percebemos como o escuro do céu é essa luz que viaja velocíssima até nós e, no entanto, não nos pode alcançar. (...) O contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história. (AGAMBEN, 2001, p. 62-72)

Contemporâneo, ou não, será sempre uma resposta *do* sujeito, que encontra seu sentido é no campo subjetivo de cada um. Nos escombros das violências reunidas e atuadas no interior das unidades, o que esvazia e o que preenche este campo subjetivo de cada um?

Impossível definir uma única resposta. Mas, esta indefinição embaraçosa pode provocar a proliferação de saberes prontos e facilmente digeríveis, promessas de resolução final; “está tudo resolvido” foi a fala de um dos adolescentes no dia em que terminou morto pelo colega de alojamento.

Há na unidade uma cotidianidade extraordinária traduzida nos nomes com

que adolescentes e funcionários registram alguns modos de viver institucional: a cela do isolamento é o “cofre” ou a “tranca”, a arma produzida pelos adolescentes é verbo - “chucho”, a corda para fugir ou para fazer o outro partir é nome de mulher - “teresa”, quando o espancamento é coletivo e realizado pelos funcionários é tornado estrangeiro e distante ao chamar-se “corredor polonês”. Há o que não precisa ser traduzido: tapa na cara, espancamento, amarrado, enforcado. E ainda existe o que se pensa ser óbvio, mas não o é: spray de pimenta não é tempero, ver televisão pode ser quase (?) um castigo, banho frio não é para refrescar.

São exemplos da subvertida realidade intramuros das unidades de internação que aparecem nos dados obtidos acerca de seu funcionamento. Se há aqueles que conseguem obter o distanciamento sugerido por Agamben de modo a conseguir vislumbrar as relações para além da violência concreta transformada em rotina, também estão presentes os que se encontram colados nas normas de segurança, por exemplo, e insistem em não querer saber nada sobre o que é de cada um e que circula nas relações e encontra satisfação em tal violência.

Às perguntas sobre quais medidas disciplinares são tomadas pela unidade com os adolescente que fogem, que participam de rebeliões ou desobedecem a qualquer regra; bem como para protegê-los em caso de ameaça de morte; as respostas são diversificadas (tabela 02). Mas, esta diversidade é maior quando se trata de disciplinar do que de proteger.

SANÇÕES EM CASO DE INDISCIPLINA	MEDIDAS DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PARA IMPEDIR NOVAS FUGAS	MEDIDAS DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE
isolado em dormitório individual	colocado corrente para limitar abertura das portas do alojamento; reforço de policiais para conduzir para atendimento médico	Nenhuma
Colocação em pavilhão disciplinar por até 15 dias	Os adolescentes foram recolhidos novamente ao quarto	Entrevistas com a equipe técnica e atendimento individual. A equipe técnica registrou em Assembléia sua queixa sobre a responsabilidade das intervenções serem de seu direito e dever e não da Segurança, como normalmente acontecia.
Conselho de Disciplina. Recolhimento no quarto por até 15 dias. Continua frequentando escola, mas perde acesso a TV, cultura, esporte e oficinas		Separação da possível vítima de seus ameaçadores, para outras alas.
Colocação em pavilhão disciplinar. Ficam impedidos de participar das atividades da unidade		Reorganizaram o número de adolescentes nos alojamentos
- Isolamento no alojamento: proibido de participar das atividades em grupo. - Isolamento no quarto, apelidado de "Cofre", com episódios de "banho" frio. Permaneciam isolados à espera de avaliação pelo POP (Procedimento Operacional Padrão). Os motivos eram as brigas entre os internos. OBS: No caso adolescente em questão, este permaneceu grande parte dos 30 dias que permaneceu internado, isolado. A entrevistada suspeita de ele ter sido submetido ao já mencionado "cofre"		Foi separado dos demais adolescentes e depois transferido para outra Unidade
A Comissão disciplinar, composta de 1 coordenador, 1 técnico, algum funcionário envolvido e o próprio adolescente, julga o ato. O adolescente é separado do banho de sol coletivo e restrito das atividades de esporte, por exemplo.		
spray de pimenta, tapa na cara, seguro, algemado na árvore, espancamento coletivo (corredor polonês), uso de medicamentos calmantes		
caso os adolescentes queimem colchões, joguem comida no chão ou briguem com socioeducadores, são retirados deles a participação no jogo de futebol durante uma semana e são proibidos de ver televisão durante três dias.		
Advertência, suspensão de atividades e isolamento, podendo ser aplicadas em quaisquer casos de indisciplina		

Quanto às medidas de proteção ao adolescente, 67% dos adolescentes que foram vítimas de homicídio não informaram ter sido ameaçado de morte, pelo menos uma vez, fosse por um outro adolescente que também cumpria medida de internação, por um grupo de adolescentes que cumpriam medida de internação ou

por funcionários da unidade.

Do grupo de 33% que foram ameaçados, a hipótese sobre os responsáveis por tal ameaça se dividem entre outro adolescente (27%), funcionários da unidade de internação (27%), grupo adolescentes que se encontram fora da unidade (9%) e grupo de adolescentes que também se encontram em cumprimento de medida socioeducativa na mesma unidade (36%).

Isto pode significar que os conflitos no interior da unidade são a principal causa de morte de adolescentes. Isto pode se dar em função de haver adolescentes de grupos rivais

Quanto aos casos de indisciplina ou fuga, para os quais as ações disciplinares acima foram citadas, o levantamento entre os adolescentes aponta que a minoria deles participou de fugas e/ou rebeliões (figura 21), na unidade em que estiveram internados pela última vez ou em algum outra unidade.

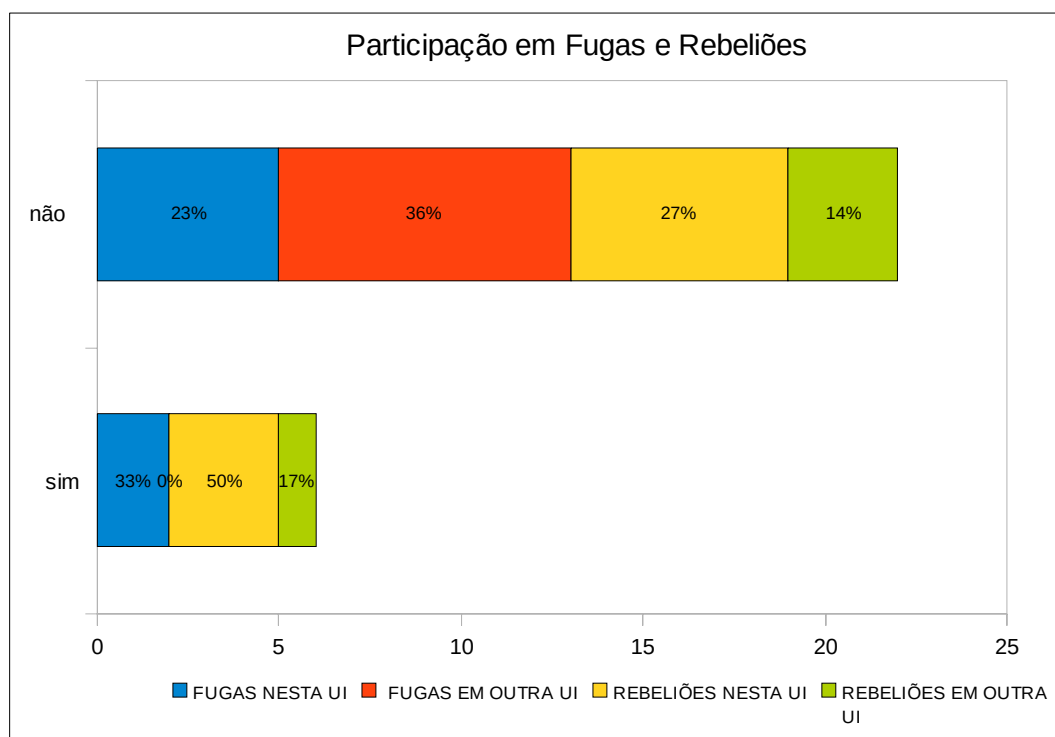


Figura 21: Participação dos Adolescentes em Fugas e Rebeliões

Entre os que participaram de fugas e rebeliões, a maior parte o fez em rebeliões na própria unidade. Situação em que alguns deles morreram, e se não, ao que foram expostos, os dados da tabela 03 contam.

Quanto a eles terem passado pela experiência da internação, para cumprir

medida socioeducativa, o grupo maior é daqueles que haviam feito isto uma vez antes (44%). Há quatro adolescentes que nunca haviam cumprido uma medida de internação, três que já ali estiveram duas vezes, um que fora internado três vezes e um que chegara a ser internado quatro vezes (figura 22).

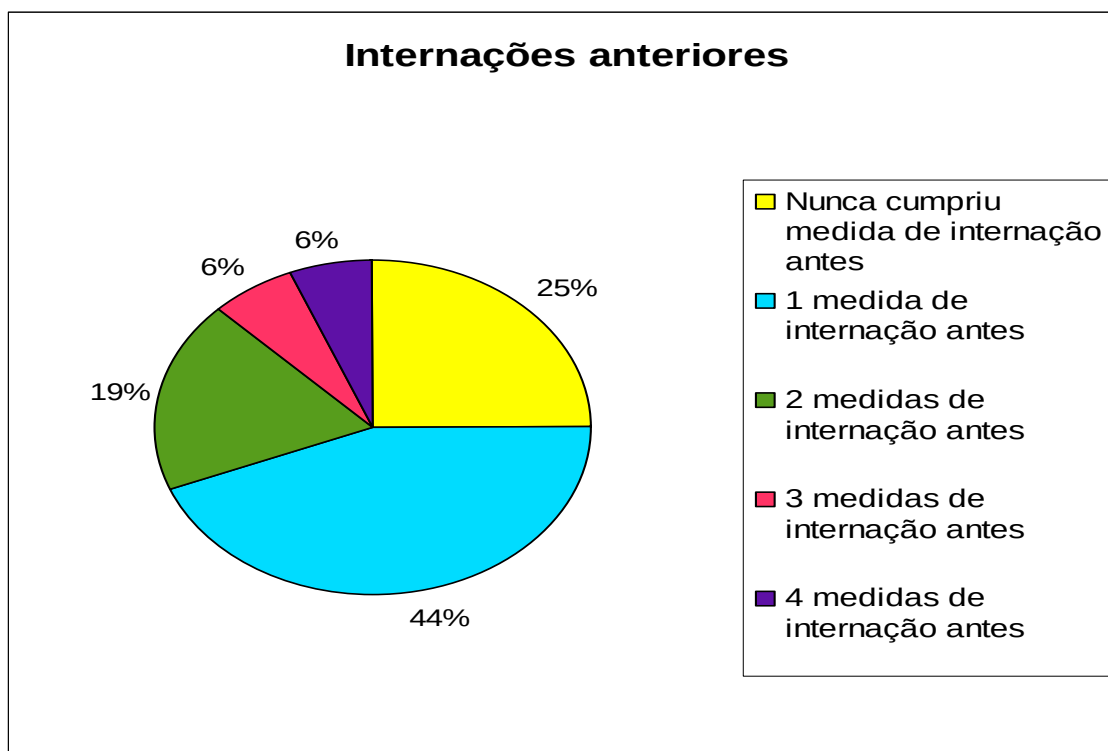


Figura 22: Internações anteriores em cumprimento de medida socioeducativa

Quanto ao período em que cada um permaneceu internado antes de ser morto (figura 23), nove adolescentes estiveram internados entre um e três meses, dois deles não chegaram a completar 24 horas no interior da unidade, três adolescentes não completaram uma semana internados, dois aí permaneceram por até 15 dias, dois ficaram antes seis meses e um ano, e, por último, dois adolescentes ficaram internados entre um e dois anos.

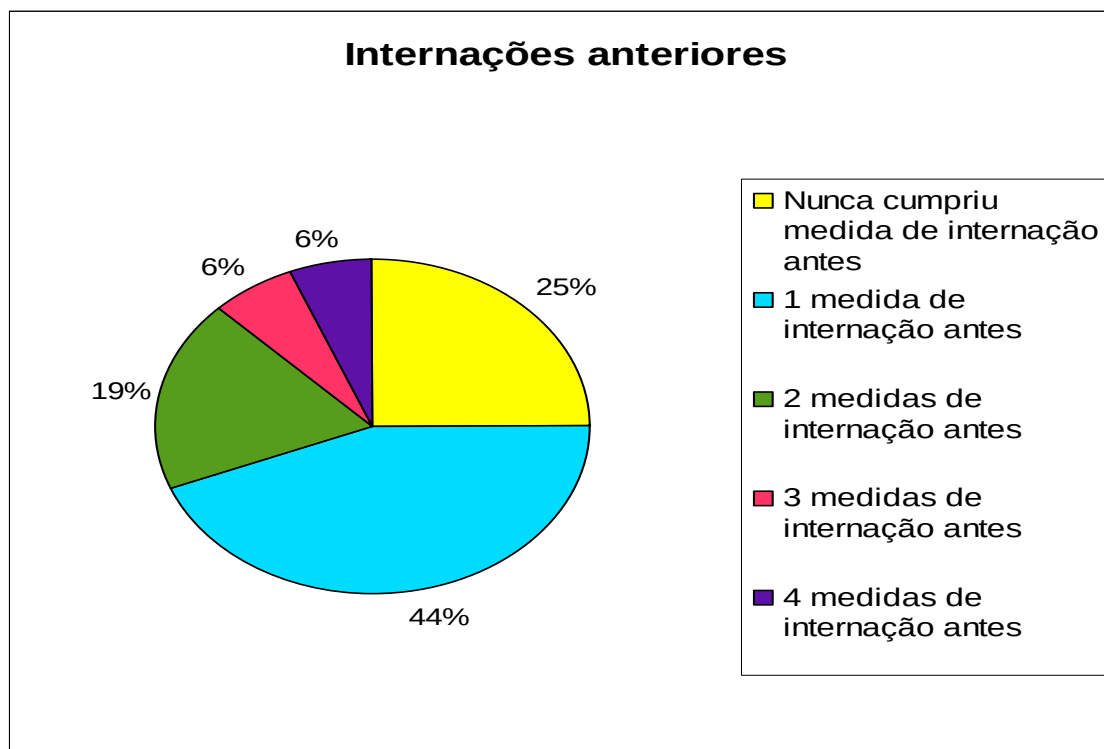


Figura 23: Período em que cada adolescente permaneceu internado na unidade antes de ser morto

Deste modo, dos 17 adolescentes sobre quem os entrevistados souberam informar quanto tempo eles permaneceram internados, 80% estiveram internados por no máximo três meses na unidade. Foi fato recorrente a morte acontecer em meio a conflito entre os adolescentes ou como resultado da ação de contenção de segurança institucional. Destes 17 adolescentes 57% afirmavam ser inocentes em relação ao ato infracional pelo qual foram acusados e cumpriam medida socioeducativa.

As demandas reivindicatórias dos adolescentes giravam em torno de cessar a demora de seu atendimento jurídico, melhores condições de habitabilidade, visitas familiares, serem recebidos pelos diretores das unidades, visita íntima.

Quanto ao tipo de ato infracional (figura 24) de que o adolescente havia sido acusado e pelo qual cumpria medida socioeducativa, dos 23 adolescentes cujos casos foram documentados, os entrevistados souberam informar a respeito de 20 deles, constituindo a maioria (35%) deles casos de furto, 20% sendo casos de roubo, 25% dos casos sendo de homicídio, os casos de tráfico foram 15% e lesão corporal constituiu 5% dos casos.

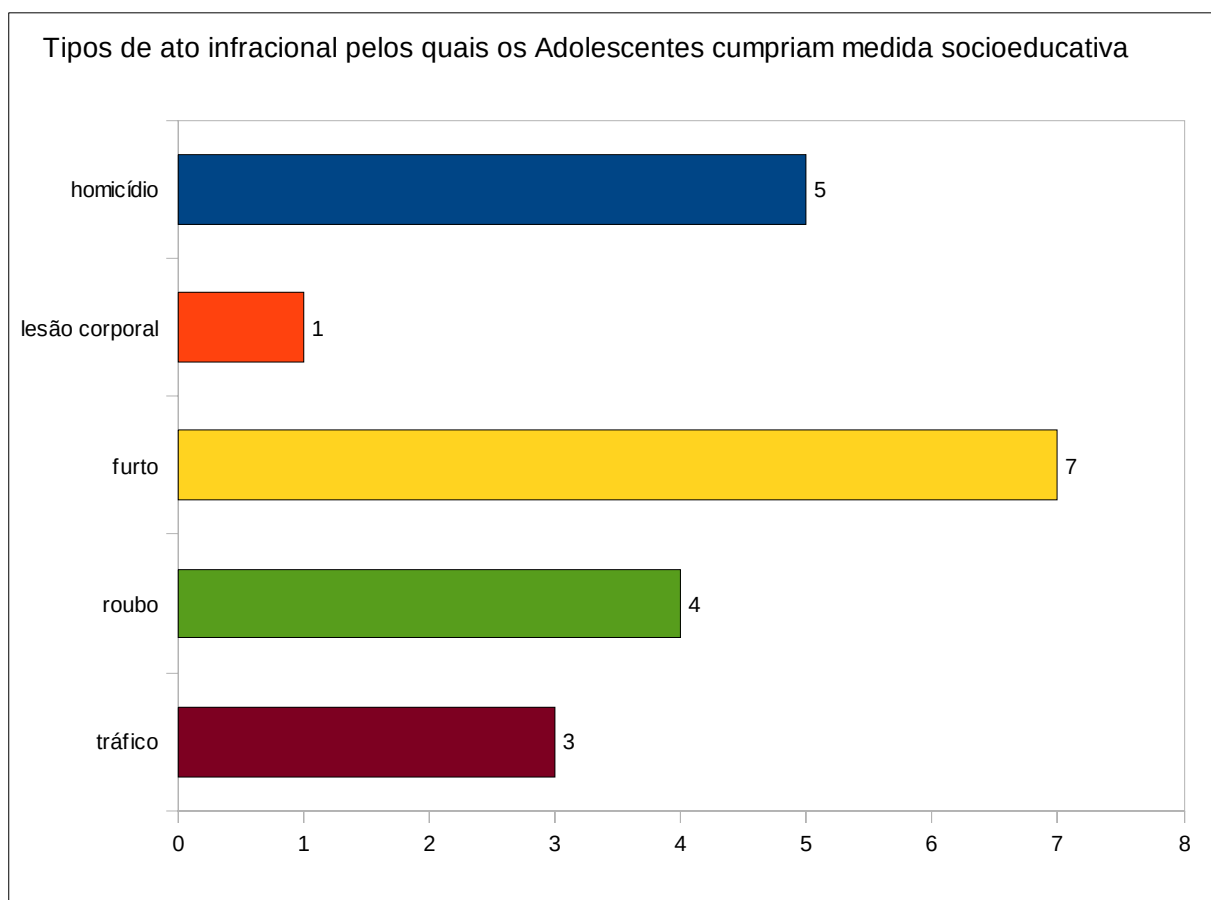


Figura 24: Tipos de ato infracional pelos quais os Adolescentes cumpriam medida socioeducativa

O ato infracional de homicídio com a porcentagem de 25% em relação aos outros constitui um elemento significativo.

Em relatório produzido no ano de 2009, a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em conflito com a Lei – RENADE, há informações sobre adolescentes internados em locais inapropriados, tais como cadeias comuns, delegacias ou presídios; bem como em condições inadequadas nas próprias unidades. Esta situação é relatada novamente aqui.

Apesar de se ter estabelecido, formalmente, o caráter pedagógico da medida socioeducativa e dos esforços empreendidos em fazer garanti-lo, pelos dados observados na tabela anterior.

Observe-se o que significam algumas das ações disciplinares citadas, nas palavras de adolescentes entrevistados por Bombardi (2008) e que a elas foram submetidos:

Ficar trancado ali o dia no local o dia todo, você não vê ninguém, não vê o sol, não vê nada e aí isso é vida pra o ser humano? Como é que a pessoa vai se recuperar desse jeito? O que ele vai fazer? Vai fugir e continuar aprontando (Alex, em BOMBARDI, 2008, p.336)

você fica uma noite lá aguardando o caminhão para vir buscar os presos, né? Daí lá, nossa! É horrível, lá o chão é todo molhado, chão de concreto, cimento puro, todo molhado, o lugar não entra ar nenhum, cada rato que o rabo dele é quase do tamanho do meu braço... horrível, horrível, horrível, horrível, precária mesmo, tanto que nós, mesmo que estava ali, nós estamos pagando pelo que fez, não merece nenhum privilégio, mas ali a consequência é terrível (...) daí sempre tem algum bravo, um policial bravo vem e joga spray de pimenta em nós, leva a gente para outra cela, bate em nós (...) tem muitas coisas ali que...eles coloca a televisão lá pra você assistir, que é 1 hora, 2 horas de televisão, só que você tem que ficar lá sentado em posição, com as pernas juntas, cruzado né? E de cabeça baixa, você não pode nem ver a televisão, se você vê você apanha é... o que acontece?(Douglas, em BOMBARDI, 2008, p.308)

dentro do Fórum é isso, porque aí é lá embaixo, lá em baixo é só a polícia, ninguém ouve nada, é tudo no meio deles, a única coisa que vê é nós, spray de pimenta na cara que... tossindo sangue, cuspidando sangue pelo nariz, porque sufoca, a gente vai tossir e aquilo queima, é horrível. Fora que também te manda tirar nossa roupa, joga spray de pimenta e aquilo onde cata queima (...) castigo é uma celinha, uma cela pequena que só tem uma cama (...) você só vê a muralha, até a comida que você recebe, você recebe pela frestinha que tem na chapa (...) tinha vez que era meia-noite e estava chegando a janta (...) porque você tem acesso à primeira portaria, aonde que chega o carro da alimentação, a firma contratada que coloca ali o carrinho e aí vai embora e ali a comida ficava por várias horas... é... ficava ali na Radial debaixo do sol... às vezes chegava até meio morna e quando você ia pegar estava até quente de tanto sol que já tinha ficado (...) tem funcionários ali que trata você como gente, agora tem outros que trata você pior do que um cachorro, do que um bicho (Douglas, em BOMBARDI, 2008, p.76-79)

Quanto às reivindicações mais comuns entre os adolescentes, em função das quais algumas das desobediências ocorriam, se encontram:

- Reivindicava visitas da família. Só falava nisso e já que a mãe não vinha perguntava se poderia visitá-la;
- Ser liberado, ir embora do Sistema;
- Ser transferido para o Centro de internação, sair da unidade provisória;
- Envio do relatório da equipe técnica ao juiz em tempo hábil, informações sobre sua situação processual;
- Mais atenção da equipe técnica e direção;
- Transferência para unidade mais próxima de sua casa e acompanhamento

médico psiquiátrico.

Por outro lado, a violência não é privilégio dos funcionários da unidade, ela também aparece nas relações entre os próprios adolescentes. Na rigidez de suas normas, a desobediência também é punida com a morte entre eles: ofender a mãe do colega, duvidar da coragem de matar, roubar no jogo, namorar a mulher do outro. No capítulo três observa-se que esse circuito produz seus efeitos: enforcamentos, perfurações, perseguições, espancamentos.

Os entrevistados consideram a reprodução das disputas entre grupos nas ruas, e que a instituição não consegue fazer cessar em seu espaço, uma causa recorrente dos homicídios entre eles.

O que o adolescente obtém aí? Não apenas dinheiro, não apenas drogas. Os testemunhos daqueles que cumpriram medida socioeducativa, tal qual os adolescentes que compõem este relatório, auxiliam a traduzir os dados obtidos nesta pesquisa.

Este é Douglas

às vezes chega um adolescente que você... chega ali [na biqueira] ele está com problema dentro de casa e às vezes o que ele recebe mais carinho, um conforto é do cara que tá na biqueira, que está ali na droga, então o que acontece... chega ali "não, o que foi, senta, vamos conversar, não, mas isso é coisa que acontece..." sempre está colocando a pessoa pra frente e vai puxando mais juventude para o lado dele. (Douglas, BOMBARDI, 2008, p.216)

É preciso se perguntar em que ponto de suas histórias poderiam ter se encontrado as circunstâncias casuais e algo deste adolescente sujeito que lhe permitiu uma torção em sua trajetória de vida à tempo de ficar vivo. Às vezes, dá tempo.

Porque na porta de casa todo dia bate lá... "ô, vamos fazer uma fita, trabalha aqui numa boca, ou faz isso e aquilo..." entendeu? (...) É, esse caminho bate na porta da sua casa, esse caminho bate, todo dia, todo dia bate, então... para você ser forte é difícil, é difícil... que nem numa rebelião, uma rebelião você... não é, o pessoal fala, uma rebelião é dentro da cadeia, não... rebelião é o dia-a-dia, entendeu? Rebelião é o dia-a-dia...cada dia você tem que vencer uma rebelião, senão você... perde ela completamente (Lucas, em BOMBARDI, 2008, p.81)

Lucas revela: o sujeito sabe que há no convite insistente em viver da

“biqueira” um perigo, a “boca” pode ser borda de abismo sem volta. A rebelião deve ser outra. O que se passou com o adolescente do Ceará, que ao deparar-se com o convite ao tráfico, nove meses após deixar a casa da avó, fez de conta que “o macaco gordo e sem rabo era só um macaco gordo e sem rabo”?⁶ O que tornou insuportável ao grupo de adolescentes na visão de um deles em carinho erótico com a namorada?

O que teria permitido aos funcionários que assistiram aos assassinatos dos adolescentes nada fazerem para impedir que isto se desse? Porque tantas vezes aqueles que ali se encontravam com a responsabilidade de garantir a Lei, nada fizeram?

Um adolescente, na pesquisa de Bombardi (2008) conta: atuar a violência é oportunidade que bate na porta todo dia. Rebelar o dia-a-dia é uma tarefa exigente.

O nível de formação educacional dos adolescentes é ilustrado na figura 25

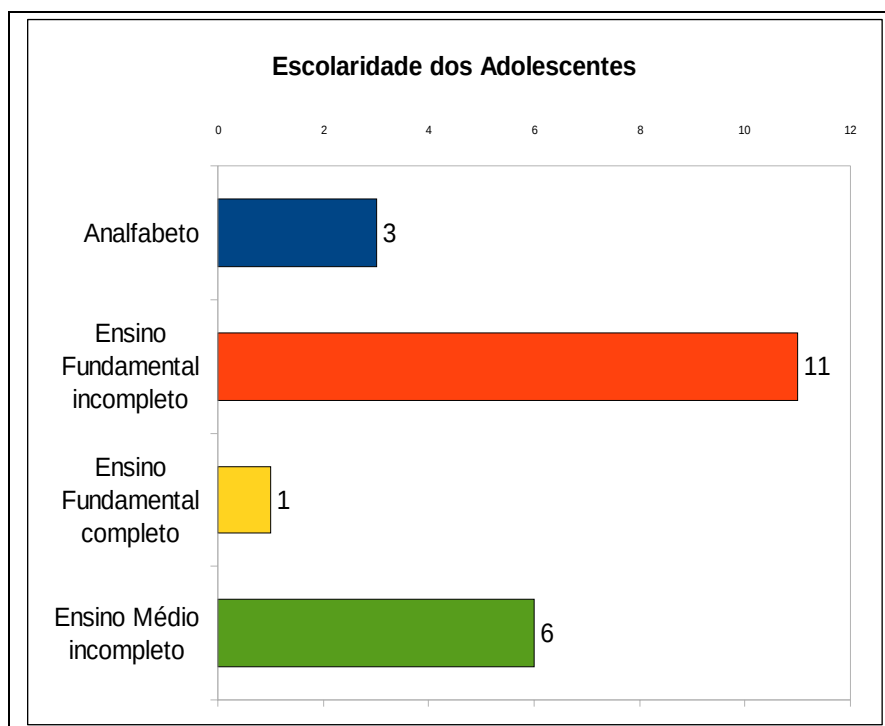


Figura 25: Escolaridade dos Adolescentes

6

Guimarães Rosa em que algo de uma verdade de uma situação aparece, está ali para ser sabida, mas só por aqueles que não se recusam a algo saber sobre ela. Na história contada em Grande Sertão Veredas (ROSA, 2001) o grupo de jagunços, num dia de muita fome encontra um macaco gordo e sem rabo. Acham esquisito ele não ter rabo, mas o matam, assam e comem. Menos Diadorim que pensa: “macaco tem rabo. Este macaco não tem rabo. Eu não vou comer deste macaco”. Pouco depois aparece uma mulher, uma mãe procurando por seu filho de quem havia se perdido, que era louco, quase não era gente.

A existência de adolescentes analfabetos (14%) constitui um dado da maior importância. O grupo de maior escolaridade possui o Ensino Médio incompleto (29%). Existem 52% dos adolescentes que têm apenas o Ensino Fundamental incompleto e 5% deles conseguiu terminar o Ensino Fundamental. Ainda que não seja possível pensar a ausência de escolaridade como único fator de suas chegadas e permanências ao ato infracional, é significativo retomar a discussão sobre a função da escola, como espaço de acolhimento social e os efeitos de ser recusado, como sujeito, pelos “mestres” e pelos “iguais”. Em Bombardi (2008) encontramos Adorno a dizer:

não há uma trajetória biográfica típica que derive para a delinquência, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à carreira do crime. De fato, a derivação para a delinquência pode estar associada a tais situações, estar associada à algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas (Adorno, 1993, p. 194 em BOMBARDI, 2008, p.17-18)

De fato, dentre os 23 adolescentes, se a baixa escolaridade parece ser uma regra e a pobreza se faça presente de modo geral, nem sempre as famílias os desampararam. Os atos infracionais que os levaram a serem internados não são exclusivos daqueles que encontrariam na pobreza e falta de oportunidade de trabalho a justificativa irrecusável. Além disto, é preciso considerar que há homicídios que tiveram como autores outros adolescentes que ali também estavam internados.

Por outro lado é preciso lembrar que a demanda contemporânea é a de que os sujeitos sejam sujeitos-consumidores, e que isto implica em ganho financeiro que permita o acesso aos objetos insistentemente apresentados como os “garantidores de felicidade”, inclusive da que “não tem preço”. Cedo as crianças são apresentadas a esta demanda, em tempos de globalização. Sobre a escola e o trabalho as falas de Breno, Alex e Lucas (Bombardi, 2008) apontam algo neste sentido:

ah... foi bacana, me colocaram em uma sala especial eu sendo normal, por um ano, foi o tempo que estudei lá (...) sempre arrumei encrenca dentro de escola e não prestava muita atenção na aula, queria mais namorar (...) É...

como eu estava trabalhando de garçom, tinha vez que eu tinha que trabalhar na quarta, na quinta e na sexta e é os dias em que mais conta falta, assim, que mais vale e aí eu estudava à noite e para trabalhar era à noite, aí tipo se fosse para estudar de manhã não arrumava vaga porque eu era muito mais velho do que todo mundo (risos) aí nunca acaba dando para conciliar as coisas assim, manja? (...) hoje em dia tenho 23 anos, não tenho grau de escolaridade bom, tenho uma passagem na justiça, então o que eu vou adquirir um bom serviço para mim, um bom serviço que eu vou adquirir ou é de ajudante de pedreiro ou qualquer outro, agora alguma firma você não arruma nunca mais ... nunca mais ... então o que acontece? Vou ter que ralar muito mais para ter uma oportunidade (Breno em BOMBARDI, 2008, p.45)

nossa, a gente bagunçava muito na escola, mas não tinha chegado a época de usar drogas... a gente bagunçava muito e ... a gente xingava as professoras e... ia expulso da escola e... ia para as ruas (...) Eu já tinha feito um curso lá em Franco da Rocha, já tinha guardado até diploma lá, tenho até foto...foi super legal, eu gostei do curso... e aí, quando eu saí eu não sabia por onde começar... que não era só aquela vida que eu tava vendo que existia, tinha outras à minha volta... aí ele me chamou e perguntou se eu queria continuar o curso... aí fiz uns dois anos de curso... aí consegui um estágio... fiz o Operador de Câmera.. tô na TV PUC há um ano e quatro meses... que ainda hoje eu não tenho registro, mas futuramente, provavelmente vamos, vou ter o registro, ainda bem né? Tava demorando... (risos) (Alex, em BOMBARDI, 2008, p.235)

e como que hoje em dia oitava série praticamente não é nada, eu estou querendo voltar a estudar, mas... porque quando eu trabalhava na C [de office-boy] eu trabalhava numa pizzeria também à noite. Então eu saída da C e ia para a pizzeria, por quê? Porque eu tinha que me manter. Aí não tem nem pai, nem mãe, nem família, nem nada, você mesmo tem que se manter (Lucas, em BOMBARDI, 2008, p.45)

O cotidiano escolar narrado por estes adolescentes poderia ser contado por quaisquer outros adolescentes ou crianças, não necessariamente todos pobres e que tivessem cometido atos infracionais. Há uma parte destas histórias que poderia servir de testemunhos de jovens ricos em cujas lembranças se encontram a “inconsequência da infância e da adolescência, histórias engraçadas da turma na época da escola”. Mas, é fato que a maior parte dos jovens que poderiam contar estas peripécias como histórias antigas, encontraram em algum momento um ponto em que o futuro planejado e desejado, além de alguma tranquilidade financeira mínima, serviu de horizonte e parâmetro para um reposicionamento no presente. Lucas não deixa dúvida: “aí não tem nem pai, nem mãe, nem família, nem nada, você mesmo tem que se manter”.

Ainda assim, o “nunca mais” de Breno encontrou um ponto de basta na história de Alex, mesmo que o “registro” desta nova vida ele visualize no

“*futuramente*”, já agora a vida dele é diferente. E Lucas nomeia: a oitava série é “*praticamente*” nada.

Quanto às atividades educacionais nas unidades de internação, além das atividades de educação formal, muitas vezes ocorridas no modo de ciclos, classes seriadas e/ou aulas de reforço, as unidades também organizam atividades pedagógicas com temáticas específicas, oficinas, de caráter cultural, esportivo ou de lazer. A maior parte (86%) dos adolescentes participa de pelo menos uma destas atividades, sendo que as mais procuradas são as de esporte e de educação, com participação de 32% deles, em cada uma destas. Alguns participam de mais de uma atividade, portanto a figura 26 poderia ser pensada como um elemento para auxiliar a compor uma perspectiva do cotidiano de todos os adolescentes internados.

Segundo os dados coletados, algumas atividades são oferecidas a todos os adolescentes, enquanto outras atendem a critérios da situação destes na unidade, por exemplo, se estão aguardando serem liberados, ou, como foi observado na tabela acerca das medidas disciplinares, se não estiver em situação de recolhimento/isolamento dos demais.

Atividades que os adolescentes participavam

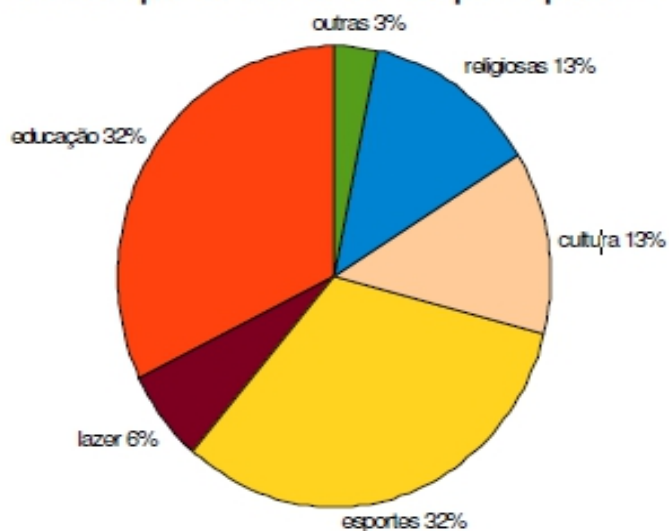


Figura 26: Tipos de atividades oferecidas pela Unidade de Internação aos Adolescentes

Apesar da marcante diferença de participação dos adolescentes entre a atividade de educação e as demais, pode-se perguntar quais os efeitos desta

educação oferecida no interior das unidades? Qual a diferença entre esta e a escola que este mesmo adolescente encontrou antes de ser internado? Sustentam em que grau o desejo de educação formal destes adolescentes?

Mas eu terminei o terceiro, ó... eu passei no chute na sétima, passei no chute na oitava, passei no chute no primeiro, estudei na FEBEM, tinha escola lá, tinha uns cursos profissionalizantes, mas o ... certificado que davam era... por exemplo é... certificamos que A. é... teve... concluiu o curso no Complexo Franco da Rocha, sabe assim? Como cê vai apresentar uma coisa que, porque é um passado, assim, não é inesquecível, mas é um passado, assim, que você, que pra algumas, algumas pessoas, que alguns lugares, você não tem que dizer... (Alex em BOMBARDI, 2008, p.67)

Por outro lado, há adolescentes que se referem às atividades de oficina realizadas na unidade em que esteve internado como um encontro significativo consigo.

Olhei aquele monte de escultura e falei é que aqui que eu vou fazer... Eu sou o cara que eu sou, eu gosto da cerâmica, eu gosto da modelagem... eu aprendi um pouquinho na madeira, mas não foi a parada doida, eu comecei pichando, aí depois aprendi um pouco de pintura, né? grafite, essas coisas... ã... aí eu fui para a modelagem assim e me esbaldei com a forma, eu gosto da forma, tanto que eu vou no museu e fico pirando na forma (...) eu gosto muito do barro porque o barro, ele tem forma ... sabe... assim? Ele tem vida...ele é que nem a gente, ele lembra das coisas sabe? Manja? (Breno em BOMBARDI, 2008, p.226)

Ora, não é desimportante que os adolescentes encontrem na oportunidade da medida socioeducativa *recursos* de reconstrução simbólica de sua história, passada, presente e futura. Um diário de bordo registra: são procuradas parcerias com SENAC, Sesi para que possam ser oferecidos aos adolescentes cursos que sejam de seu interesse. Uma saída? Construir com os adolescentes o banco de atividades? Sustentar que eles se impliquem com as atividades a partir do próprio desejo?

Quanto às atividades educacionais profissionalizantes, são oferecidos os seguintes cursos: bijuteria, computação, serigrafia, panificação, mecânica, estofaria, marcenaria, informática, prática agrícola, culinária, competências básicas para o trabalho. (figura 21)

Não foram identificadas quais seriam as atividades religiosas, ou a que credo pertenceriam, entretanto, nos diários de bordo, alguns pesquisadores encontraram

referências à religião evangélica como um grupo atuante no interior das unidades.

Por “outras atividades” foi citado o trabalho de capinar e oficinas de informática, talvez estas também aconteçam foram das atividades profissionalizantes.

As atividades específicas e que possuem o caráter de lazer, cultura ou esporte se mostram bem diversificadas. Na verdade, algumas poucas foram encontradas em mais de uma unidade, sendo o futebol e o voleibol as duas mais presentes, ainda assim não foram identificadas por todos os entrevistados.

Quanto às atividades pedagógicas com temáticas específicas (figura 27), tais como gênero, raça/cor e orientação sexual, a maior parte (36%) das unidades as inclui entre as atividades escolares, entretanto não foram citadas as formas pelas quais isto é feito. Mesmo quando foram citadas atividades específicas relacionadas a estas temáticas, não foi obtido nenhum dado sobre qual a distribuição de cada um dos temas.

Atividade Pedagógica com temática em Raça/Gênero e Orientação Sexual

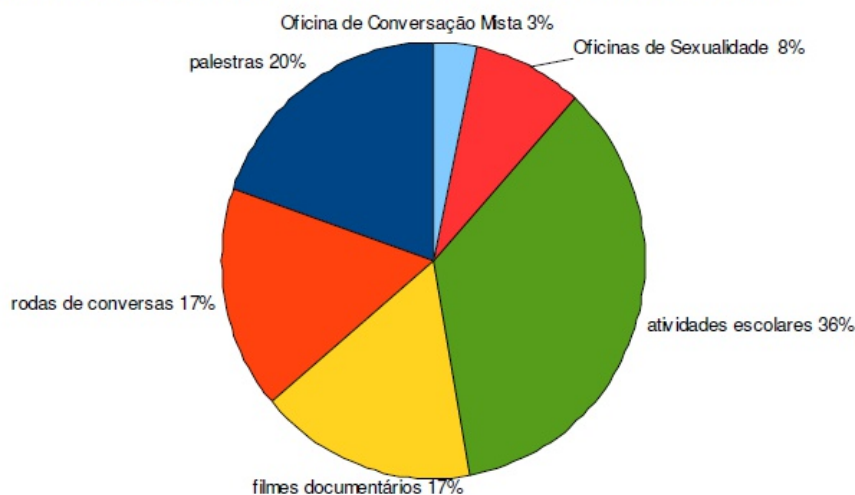


Figura 27: Atividade Pedagógica com temática específica de raça/gênero/orientação sexual

Ao considerar que as características da experiência da adolescência, como uma experiência especialmente concernente à questão da sexualidade, de ser

reconhecido em uma identidade masculina ou feminina, de um lugar social que se faz atravessado por sua raça ou cor; a presença e a configuração de tais atividades podem vir a se constituir não uma atividade complementar à educação formal, mas trabalho fundamental nas unidades de internação.

Como a medida de internação não deve constituir, de modo algum, uma medida de encarceramento e isolamento do adolescente, as possibilidades de que este se mantenha em convívio com a comunidade (família, amigos, rede de serviços, comunidade) devem ser garantidas. Compreende-se que as atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, religiosas, profissionalizantes exclusivamente no interior das unidades não garantirá a lógica da medida socioeducativa. Procurou-se identificar de quais modos estes adolescentes se mantiveram em convívio, portanto, com o mundo externo à unidade de internação (figura 28).

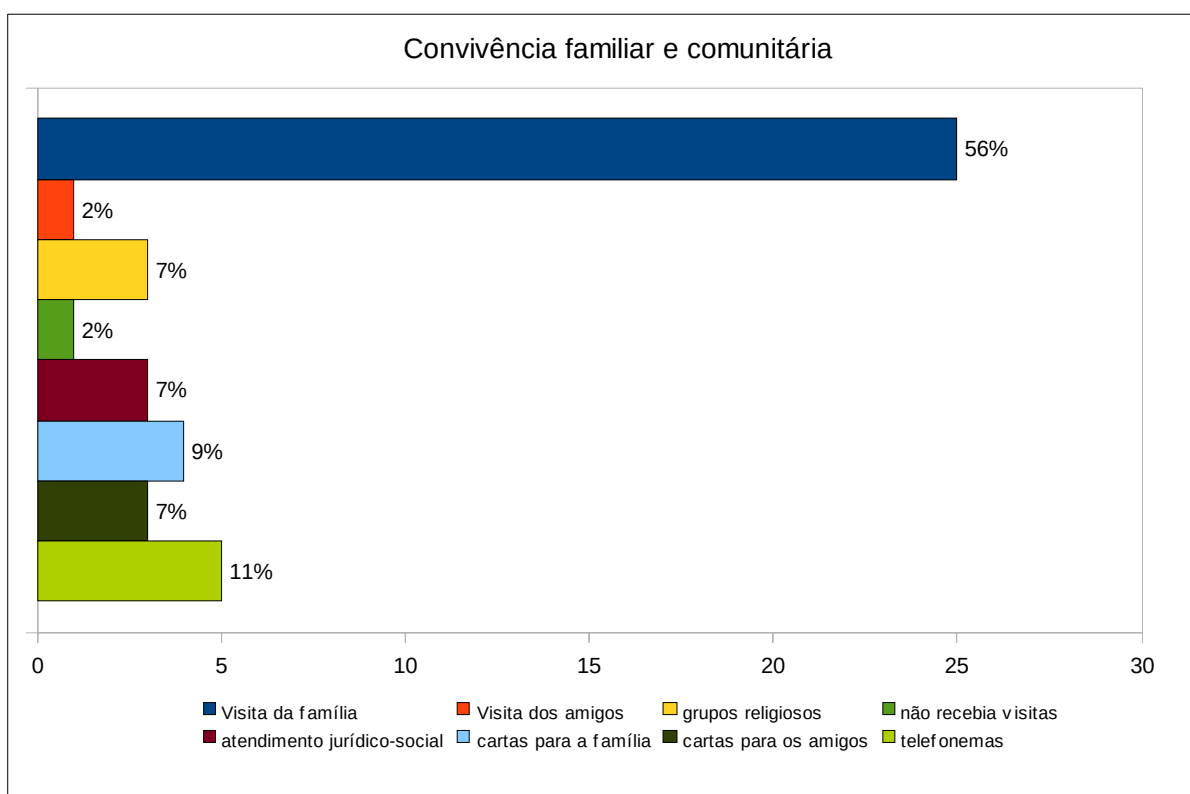


Figura 28: Formas de Convivência Familiar e Comunitárias dos Adolescentes

Fica claro que a família é o grupo que permanece mais próximo do adolescente durante o período de sua internação (56% das visitas e 9% através de

cartas). Os telefonemas (11%) são os meios mais utilizados para se manter em contato com o mundo externo. Também constitui um elemento interessante a reduzida presença das visitas para atendimento jurídico e psicossocial, apenas 7%; o mesmo índice das visitas dos grupos religiosos e das cartas aos amigos.

Dois itens não foram identificados pelos entrevistados, o que constitui um fator a serem investigados: a visita íntima e a visita dos filhos.

A proximidade da família constitui um elemento que já se fazia presente na vida do adolescente antes de sua internação. À pergunta sobre com quem o adolescentes residia antes de ser internado, a maioria (64%) deles morava com a própria família (de origem), os demais se distribuíam entre morar com parentes (14%), morar na rua(9%), em abrigo(5%), com companheira (5%) e outro (4%). Quanto a este último, o adolescente dividia-se entre a casa da família e dividir uma casa com um outro rapaz. (figura 29)

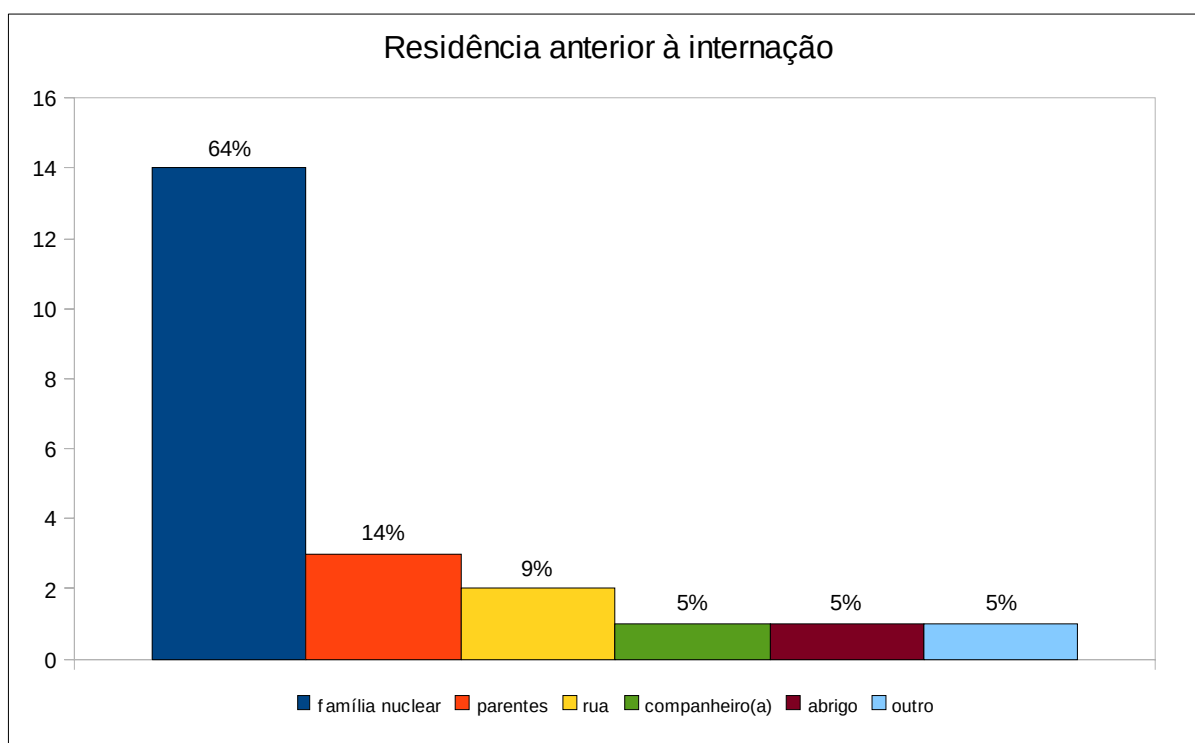


Figura 29: Residência anterior à internação do adolescente

A presença da família ainda aparece como algo importante entre as demandas dos adolescentes junto à instituição. Quando acontecia de o adolescente estar internado em uma unidade fora de sua cidade, a vinda da família ou a sua

transferência para uma unidade que viabilizasse as visitas familiares eram objetos de constantes solicitações. Além das atividades pedagógicas, culturais, de lazer e esportivas, também procurou-se identificar quais seriam as condições de habitabilidade (higiene e ventilação) e atendimento (número de adolescentes que a estrutura comportava internar e atendimento em saúde) que a unidade ofereceu a eles (figura 30).

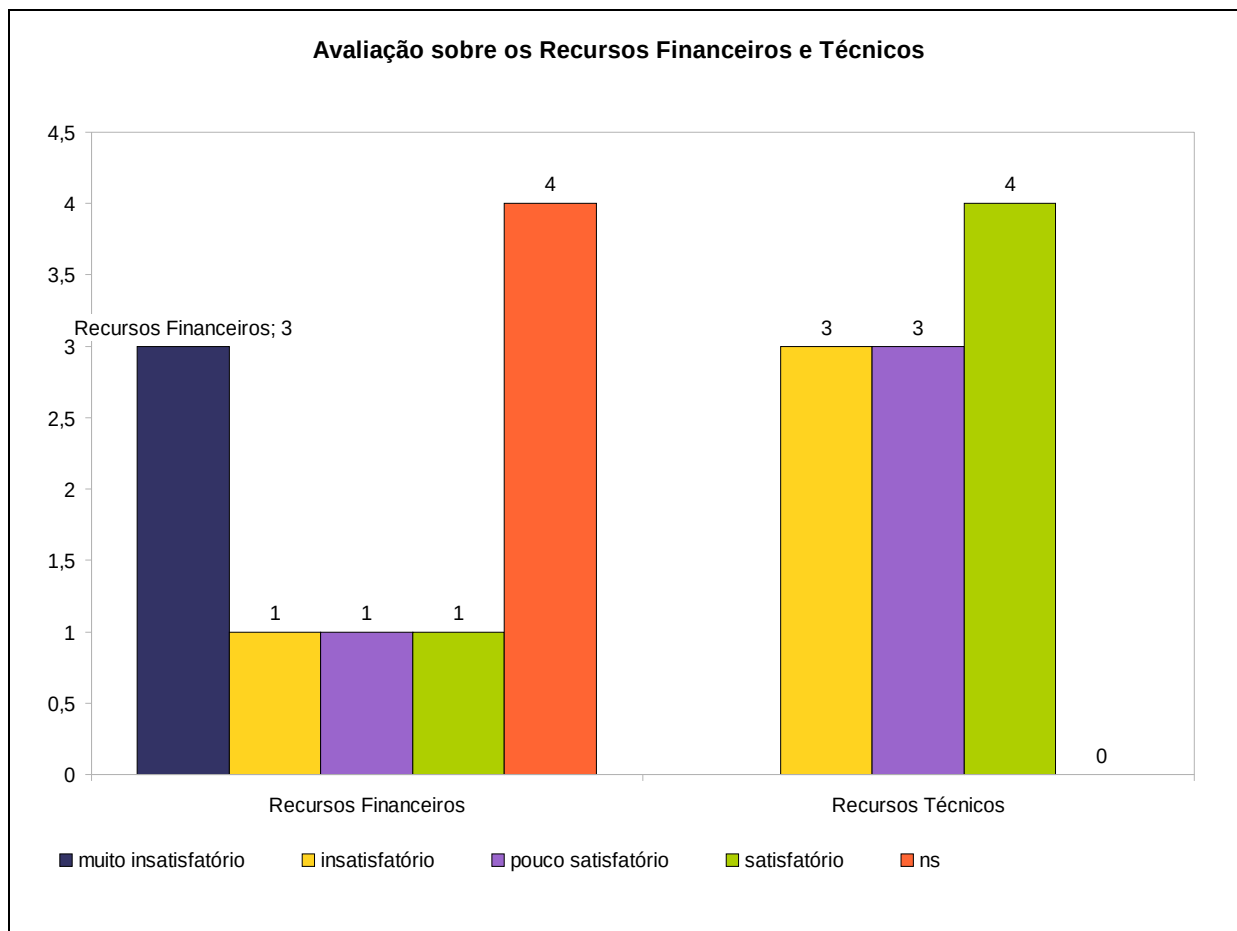


Figura 30: Avaliação das condições de internação da unidade

Estes dados foram oferecidos pelos entrevistados de modo geral, e não apenas por aqueles que representavam a gestão da unidade de internação. Observou-se que a capacidade de internação da unidade em relação ao número de adolescentes internados não se mostrou suficiente em quatro das sete unidades entrevistadas.

Cada ponto da linha sendo uma unidade de internação observa-se que as unidades que foram avaliadas como “muito insatisfatórias” nas condições de vida que oferecem aos adolescentes, possuem, em sua maioria, o fator da superlotação

presente no ano de 2010. Como a maioria dos casos documentados ocorreu nos anos 2007 e 2009 e a figura 30 se refere ao ano de 2010, compreende-se que as condições “muito insatisfatórias” não parecem ter se modificado. Isto porque não tendo se resolvido o fator da superlotação, dificilmente as condições de higiene, ventilação e atendimento estarão adequadas. Há 65,15% de adolescentes internados a mais do que as vagas existentes comportam, nestes Estados.

A superlotação é um problema que tem sido apontado ao longo dos últimos seis anos em diferentes relatórios da sociedade civil organizada e do Estado brasileiro. Uma violação aos direitos de adolescentes que apareceu em relatórios de entidades distintas: 2004 (SEDH), 2006 (OAB e CFP), 2008 (SEDH), 2009 (RENADE) e 2009 (SEDH). Esta situação parece não ter se alterado de modo significativo entre a publicação destes relatórios e a coleta de dados da presente pesquisa, já que os homicídios aqui registrados ocorreram entre os anos de 2007 e 2010, período contemplado por pelo menos um destes documentos.

É preciso, deste modo, se perguntar sobre o potencial de incidência política de tais documentos, pois ao longo dos últimos três anos, adolescentes continuaram a viver nas unidades avaliadas como “muito insatisfatórias” e “insatisfatórias” pela maioria dos entrevistados em questões básicas tais como higiene e ventilação. O que não surpreende já que a capacidade de internação foi considerada por 72% dos entrevistados como “muito insatisfatória” e “insatisfatória”.

Questão interessante é que a única vez em que a categoria “satisfatório” ultrapassou as demais(32%) de modo isolado, foi no item “atendimento à saúde”, que, entretanto é ultrapassado pela maioria dos entrevistados que juntos somam 65% e que consideram este atendimento entre pouco satisfatório e muito insatisfatório. Uma possibilidade para o atendimento à saúde ter aparecido deste modo neste gráfico, é que ele se caracterize um grupo no interior da unidade que esteja implicado com a sustentação de uma lógica de “atendimento” em substituição à de “encarceramento”, característica do período pré-Estatuto da Criança e do Adolescente, e contra a qual o SINASE vem se colocar.

Até que ponto estas condições de vida agravariam os conflitos entre os adolescentes, individualmente ou em grupo, tornando mais recorrentes e agudas as crises para as quais foram convocadas a ação policial? Nas cenas que resultaram

nos 23 homicídios documentados entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010, os entrevistados sempre relatam pelo menos um destes tipos de conflitos.

Deste modo, também ao tomar como perspectiva os espaços e modos de funcionamento das unidades de internação o que aparece é a violência do abandono institucional, que se materializa em formas já banalizadas de morte dos adolescentes.

A figura 31 identifica as causas das mortes registradas nos BOs:

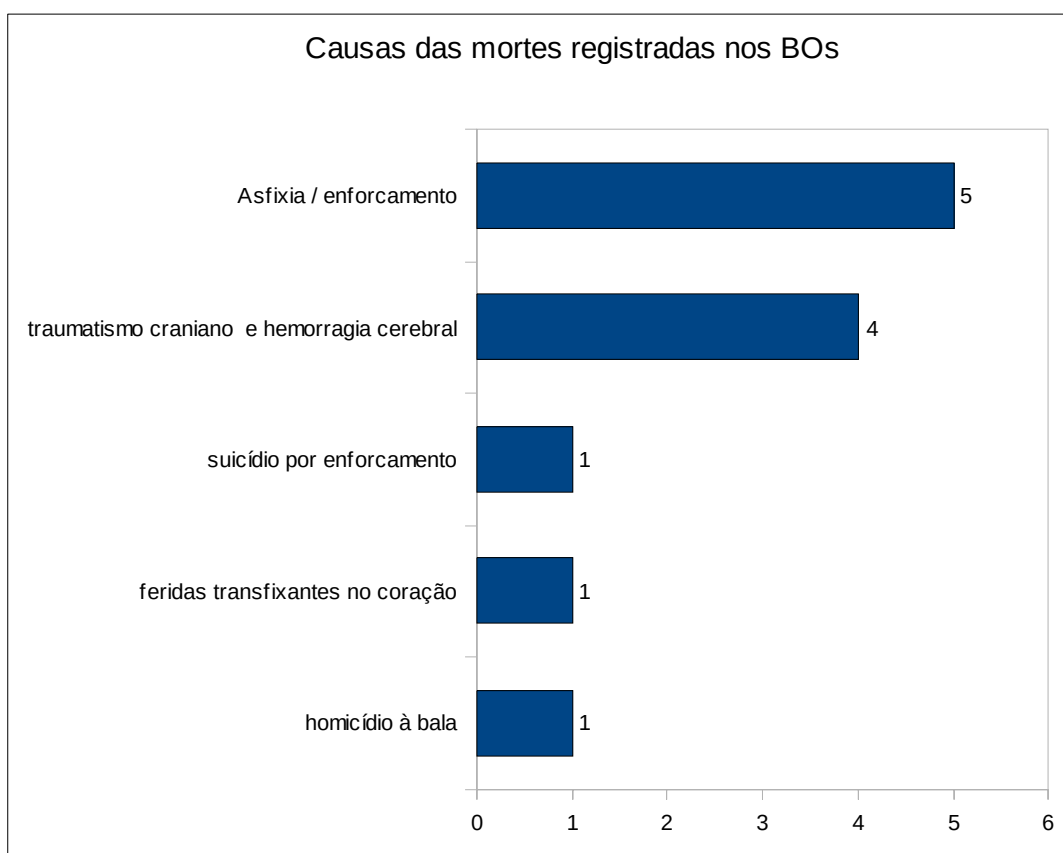


Figura 31: Causas das mortes registradas nos BOs

Ainda que o registro da causa da morte do adolescente no BO não seja estritamente fiel ao que se deu, os dados obtidos apontam para o reencontro de um ponto de entrelaçamento entre o cotidiano institucional e os casos de homicídio de adolescentes no interior das unidades.

O mundo do crime não é um lugar de diversão, entendeu? Mesmo se você... pô, você pode ser considerado o que for, você pode ser o bandido que for, você está lá dentro...você deu um pezinho, alguma coisa errada, neguinho vai e te mata, ninguém quer saber se você é... um bandidão ou se você é um zé ninguém, entendeu? Então isso as pessoas começam a aprender, tem muito adolescente aí que completa... que começa a completar 18, 19 anos, vai preso e não aguenta... não aguenta... o aperto lá dentro, por que é... é...ali é um lugar que... meu! (Lucas em BOMBARDI, 2008, p.82)

Importante frisar que estas foram as causas oficiais, registradas nos boletins de ocorrência e que os termos técnicos, além de não traduzirem o modo como o adolescente foi morto, foram contestados algumas vezes pelos entrevistados, como pode ser lido no capítulo 03. Também é preciso considerar que o BO apenas registra o fato conforme narrado por quem foi ao DP pedir para registrar o BO, não é uma conclusão de investigação. É, no máximo, um pedido de investigação, sendo fundamental a um trabalho futuro a solicitação dos laudos de perícia de local e necroscópico, além do inquérito policial havido em cada caso.

Ainda há as mortes que, segundo os entrevistados, resultaram diretamente da omissão e negligência institucional frente a uma situação de conflito deflagrado entre os adolescentes. Isto também poderia ser *averiguado na investigação da morte, ocorrida após o registro do BO e distinta da apuração interna*. Um exemplo explícito do desencontro entre a causa da morte registrada no BO e a realidade apontada pelo entrevistado, é o único caso de suicídio, que foi relatado por estes como um homicídio; ou “suicídio-causado-pelo-medo-e-violência-vividos-na-instituição”.

Este capítulo privilegiou discutir, a partir dos dados obtidos nesta pesquisa, a questão da violência como algo que atravessou a vida destes adolescentes, cujo desdobramento final foi sua morte.

Final vislumbrado muito antes de acontecer, mas não necessário; como apontam os testemunhos dos adolescentes que, tendo também encontrado na violência do ato infracional uma saída para viver e atravessado a experiência da internação em medida socioeducativa conseguiram sobreviver. Apontam a originalidade na história de cada adolescente, a puerilidade (não ingênua) de traçar perfis.

É preciso apostar que no ponto de convergência entre o que realidade concreta oferta aos adolescentes, o desejo de vida do sujeito e a experiência deste adolescente; se dá tanto o encontro com o ato infracional quanto a invenção de outra saída. Só possível de ser inventada pelo próprio sujeito.

Impossível prever. Impossibilidade que avaliza a insistência em não desistir de investir com o adolescente na possibilidade de outros objetos e percursos para o mesmo desejo: ser reconhecido como singular e como partícipe de uma coletividade,

ser reconhecido como um igual, em humanidade.

Lucas (Bombardi, 2008) imagina que a vida boa é ter pai e mãe, as meninas, internadas na Febem tal como ele próprio, aponta que isto pode não bastar. Ou que alguns adolescentes “apostam” numa saída “mais à mão” para conseguir dinheiro, drogas, acesso ao grupo, etc; enquanto outros podem “precisar” desta saída e outros ainda, seguem na vida fora do crime, apesar de todas as dificuldades. Que não há regras para a composição de um família que garanta aos filhos a imunidade frente aos convites à “fita do ato infracional”, quaisquer que sejam estas. O que levanta dúvidas acerca da ideia convencional de que famílias desestruturadas são a maior causa do aumento do número de adolescentes envolvidos com o crime. Ora,

quando a criança sai de seu lugar inicial, quando ingressa no universo cultural, no momento em que caminha da relação com os pais à relação com os pares, ela precisa encontrar um lugar simbólico onde possa se reconhecer como singular e como parte de uma coletividade. Quando o grupo social não oferece ao sujeito esse lugar, há um choque, uma ruptura. Há, por assim dizer, uma “falência do contrato narcísico” em que o sujeito se identificará com uma posição na qual ele próprio se desinveste enquanto projeto. A busca então por algum grupo no qual esta identificação com o desinvestimento em si enquanto projeto é bem-vindo, útil, lhe oferece, paradoxalmente, um lugar, a pertença. Responder do lugar que lhe foi reservado como sujeito desinvestido de projeto é fértil ao cotidiano extraordinário das violências e violações de direitos a que, em sua maioria, estes adolescentes foram acolhidos no grupo social; na fugacidade da vida vivida nas trilhas do tráfico e do crime. (FERREIRA, 2001, p. 61)

Daí, talvez, algo do poder de sedução e captura que as “biqueiras” têm sobre os adolescentes, para além das dificuldades econômicas. Lucas (Bombardi, 2008) denuncia que todos os dias o laço com o grupo, pela “fita” do tráfico e do crime bate à porta do adolescente.

Por outro lado, ao deslocar a família da responsabilidade exclusiva em inserir e acolher a criança e o adolescente ao “universo cultural”, o que se pretende é estender esta função à coletividade, que lhe surge na vida através da família extensa (família tentacular, segundo Maria Rita Khel /2003), da escola, da religião, da comunidade em que reside ao Estado.

Deste modo, o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderia vir a ser uma tradução em termos jurídicos do que constitui o jogo que cada um empreende ao demandar da sociedade que o reconheça como sujeito. A legislação viria tentar garantir que o jogo seja limpo e que a criança e o adolescente possam

contar com quem lhe deve a efetivação de seu direito de compor a coletividade de humanos, como um igual.

art.4º – é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 19)



CAPÍTULO 05 HÁ MAIS

Sobre os casos não documentados (figura 33) não foi obtido nenhum outro dado na rede local ou mesmo na unidade de internação, havendo mesmo acontecido de o pesquisador estar informado de ter ocorrido um homicídio de adolescente naquela instituição, no período de coleta de dados, e o ator social que a representava afirmar ao pesquisador nunca ter havido nenhum caso como este.

A notificação destas duas categorias neste relatório tem o objetivo de registrar que os casos documentados, de fato, não esgotam a ocorrência dos casos de homicídios de adolescentes em unidades de internação nestes oito Estados brasileiros.

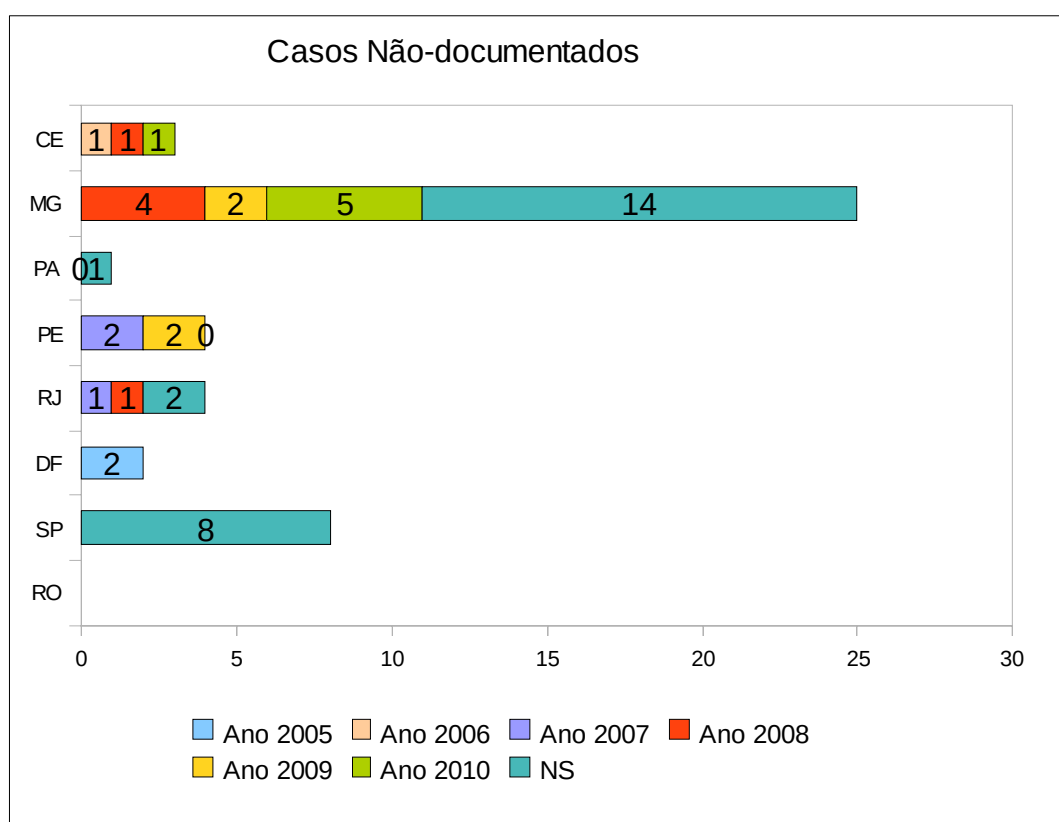


Fig. 33: Casos não documentados – por Estado e por ano

Todos os casos não documentados aqui registrados são casos não sobrepostos aos documentados. Este é o motivo de não haver nenhum caso não documentado no Estado de Rondônia, pois sobre os casos desta categoria neste Estado, identificados nos questionários, não se pôde ter garantia de que eles já não haviam sido documentados.

São, no total, 47 casos não documentados, sendo que sobre 25 deles sabe-se em quais Estados (MG, PA, RJ e SP) ocorreram e que isto se deu no período entre janeiro de 2005 e janeiro de 2010.

No Estado do Ceará são dois casos não documentados, um em 2008 e o outro em 2010. O caso não documentado de 2008 constitui o único caso de uma menina vítima de homicídio em unidade de internação registrado nesta pesquisa. Ao somar casos documentados e não documentados são quatro casos de adolescentes mortos no interior das unidades cearenses. No Ceará, ainda houve registro de mais um caso em 2006.

No Estado de Minas Gerais, tendo sido possível documentar 03 casos no período de janeiro de 2007 a janeiro de 2010, são agora apresentados outros 25 homicídios de adolescentes sobre os quais não se conseguiu nenhuma outra informação a não ser a de que sua morte ocorreu. Deste modo, caso sejam somados os três tipos de dados (documentado, não documentado e pós-coleta de dados) o que aparece são 29 adolescentes que foram mortos em condições análogas. Isto localizaria o Estado mineiro como aquele que mais teve adolescentes assassinados nas unidades de internação, superando Rondônia, que teve 09 casos documentados. Destes 25 adolescentes, as pessoas entrevistadas não souberam informar em que ano ocorreram as mortes de 14 deles.

No relatório da OAB e CFP (2006) em uma das unidades em que esta pesquisa encontrou casos documentados, foi relatado ao grupo que realizava a inspeção, que dois adolescentes haviam morrido ali (um se matou e outro foi enforcado pelos demais adolescentes internados). As condições estruturais de funcionamento eram precárias, não se distanciando o suficiente do modelo prisional e havendo um quadro de superlotação de uma delas. Também neste documento ficou registrado que o Ministério Público e os juízes da infância e da juventude eram

os atores sociais da rede local de defesa que mais se faziam presentes nas unidades.

Como foi apontado no capítulo dois deste relatório, as duas unidades entrevistadas em Minas Gerais se encontram com mais adolescentes do que a sua capacidade permitiria, situação diferente da maioria das unidades na região sudeste, que teriam igualados o número de vagas e de adolescentes internados, segundo o relatório publicado pela SEDH (2010), ainda assim, a população de adolescentes internados em Minas Gerais se encontrava entre as maiores do país, com 986 adolescentes.

Importante registrar que um funcionário (não entrevistado, mas em conversa informal registrado no diário de bordo) comentou que *“hoje em dia é tranquilo”*, indicando que algum progresso se deu neste período.

No Estado do Pará os casos não documentados e os casos pós-coleta de dados fizeram subir o número de homicídios em 2010 para dois e registram mais um adolescente, um sobre o qual só se sabe que foi morto em uma unidade de internação e outro que possui seu caso documentado e que será apresentado junto com os *“casos pós-coleta de dados”*.

No Estado do Pernambuco o único caso registrado foi categorizado como *“pós-coleta de dados”*. O adolescente foi morto em abril de 2010 e os dados de seu questionário serão apresentados em conjunto com os outros dois casos, na mesma situação, oriundos dos Estados de Minas Gerais (adolescente morto em outubro de 2010) e Pará (adolescente morto em fevereiro de 2010).

O Estado do Rio de Janeiro teve o número de adolescentes mortos em unidades de internação dobrado com o registro dos casos não documentados, passando de quatro para oito. Estes foram lembrados pelos entrevistados, que, em um caso, não souberam informar mais do que a data.

Quanto ao Distrito Federal, foram lembrados dois casos em que os adolescentes foram enforcados, em 2005.

Em São Paulo, são oito adolescentes não documentados a mais. Os entrevistados não se lembravam em qual ano ocorreram as mortes daqueles. A soma dos casos documentados e não documentados (11 adolescentes), faz com

que o estado paulista permaneça atrás apenas de Minas Gerais, como aqueles que possuem a maior incidência de homicídio de adolescentes nas unidades de internação.

Deste modo, se reunidos os três tipos de dados obtidos nesta pesquisa, sobre de 23 para 73 adolescentes (figura 34) o número de adolescentes vítimas de homicídio enquanto internados em cumprimento de medida socioeducativa, em oito Estados brasileiros (CE, MG, PA, PE, RJ, DF, SP, RO).

O agrupamento dos três tipos de dados se legitima a partir do caráter exploratório desta pesquisa, que vem pela primeira vez apresentar dados sistematizados acerca deste tipo de violações ao direito de viver de crianças e adolescentes no Brasil.

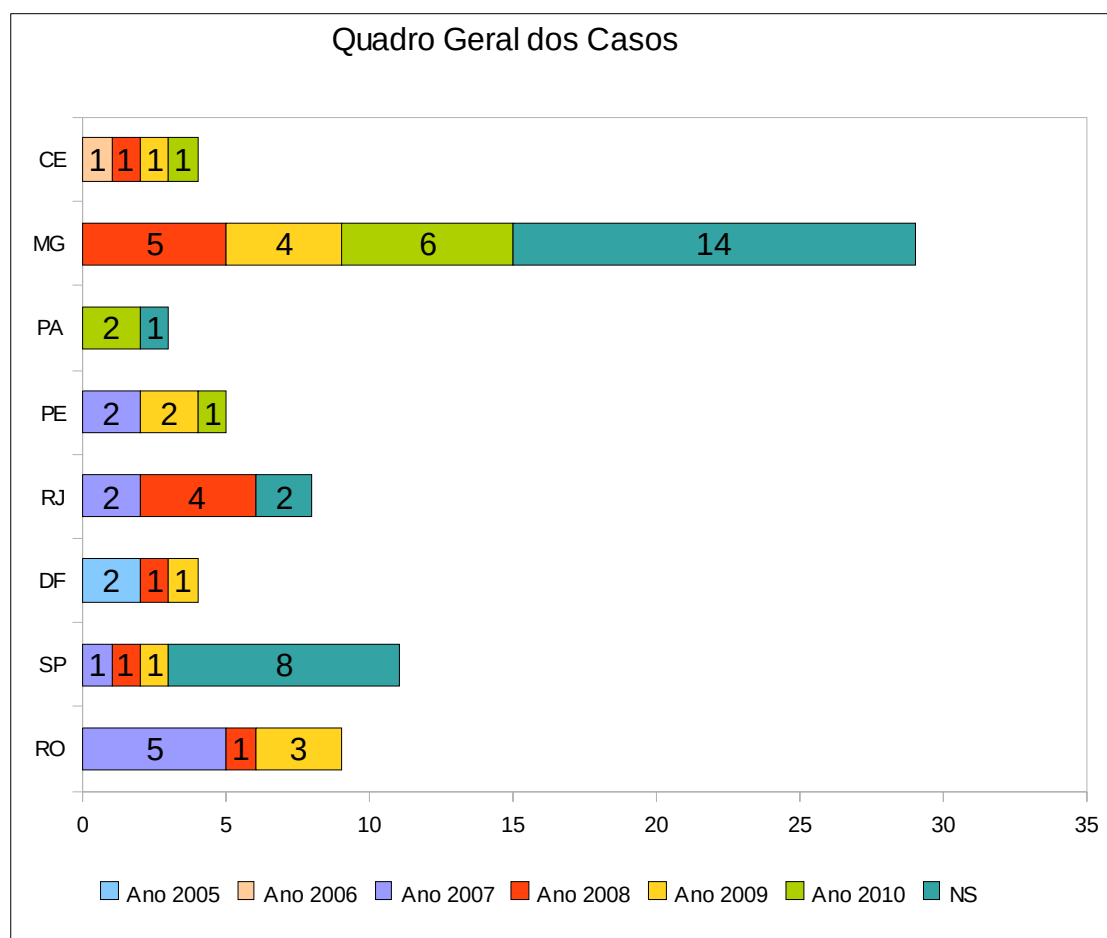


Fig. 34: Número geral de homicídios de Adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010

No quadro geral dos casos um lamentável *ranking* em que não faz diferença qual posição o Estado ocupe, tendo em vista o valor da vida só se dá é no um a um. O cálculo sobre quantas vidas se perderam não comporta estatísticas, pois o valor de cada é inestimável, ainda que comporte estatísticas sociais, para que se possa trabalhar o problema e evitar que se repita.

Entretanto, a título de organizar os dados aqui sistematizados, pode-se observar que o Estado de Minas Gerais é o que possui o maior número de adolescentes vítimas de homicídio, foram 29 adolescentes. Em seguida vem o Estado de São Paulo, com 11 adolescentes. Em terceiro se encontra o Estado de Rondônia com 09 adolescentes mortos em conflitos no interior das unidades. Com 08 adolescentes, o Rio de Janeiro ocupa o quarto lugar. Pernambuco ocupa o quinto lugar com 05 adolescentes. O Distrito Federal fica em sexto lugar com 04 adolescentes e o Pará, com 03 adolescentes, é o Estado que menos adolescentes morreram nas unidades de internação.

Os 25 casos não documentados, sobre os quais os entrevistados não sabiam informar o ano em que ocorreram, não permitem análise sobre tendências a queda ou ascensão do número de homicídios de adolescentes internados. Isto diz respeito tanto aos Estados em que tais mortes aconteceram (Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo), quanto em um cômputo geral.

Entretanto, o que se pôde perceber é a fragilidade das condições estruturais e de funcionamento das unidades para atender às suas funções. Esta fragilidade pode ser tornar mortífera, na medida em que aumenta a probabilidade de se deflagrarem crises de violência entre grupos de adolescentes, entre grupos e um outro adolescente, ou entre os funcionários e os adolescentes.

Alguns dos principais elementos que podem se somar para resultar em tais crises são:

- a superlotação das unidades,
- as condições inadequadas de higiene e ventilação,
- o atendimento em saúde ser ainda em sua maioria “insatisfatório”,

- os conflitos não trabalhados⁷ tanto entre os próprios adolescentes quanto entre os funcionários e os adolescentes,
- o contexto das redes criminosas às quais os adolescentes internados estejam ligados,
- a demora nos encaminhamentos jurídicos que dizem respeito a seus processos,
- o distanciamento entre os adolescentes e a diretoria da unidade de internação,
- a fragilização das possibilidades de convivência familiar e comunitária.

Este contexto não avaliza a ideia de que os números de casos de homicídios tenha diminuído entre 2005 e 2010 (período geral dos três tipos de dados aqui registrado), nem mesmo de que haveria uma tendência a que isto acontecesse.

sobre os casos pós-coleta de dados documentados

Os casos aqui apresentados são os dos três adolescentes mortos após janeiro de 2010 e registrados em questionários individuais, nos Estados do Pernambuco, de Minas Gerais e do Pará.

Foi possível realizar entrevistas com pelo menos um dos atores sociais procurados, sobre cada um dos adolescentes. Serão priorizados os dados acerca do adolescente, e dados circunvizinhos serão trazidos na medida em que isto auxiliar a compreender a especificidade de sua história. O contexto de cada Estado já foi apresentado nos capítulos 2, 3 e 4 deste relatório.

O adolescente pernambucano tinha 16 anos, não se sabe se ele estudava e não morava na mesma cidade em que a unidade de internação se localizava. Ele residia com parentes desde que nasceu. Ele recebia poucas visitas, sempre da família.

Cumpria medida de internação em função de ter realizado um roubo, e permaneceu internado pelo período de 1 ano e um mês, tendo feito uma reavaliação

⁷ Por conflitos trabalhados compreende-se que toda relação humana é em si conflituosa e ambígua; entretanto tais conflitos não necessariamente desembocam em violência e agressividade. Por trabalhar o conflito compreende-se que os sujeitos envolvidos em um impasse possam resolvê-lo através do debate de ideias, não precisando colocar em ato a violência possivelmente convocada em cada um, pela divergência de posicionamentos e/ou desejos.

de seu processo com a equipe técnica e encaminhado para a Vara da Infância. Ele havia tentado fugir uma vez, desta unidade e presenciou duas rebeliões, tendo sido morto na segunda delas – em abril de 2010; ainda que não tenha participado dela. Ou por isto.

Esta rebelião teve como motivo: desentendimentos entre adolescentes e os agentes da unidade, a reivindicação de “encontros conjugais” dos adolescentes, permissão para adolescentes com menor de 18 anos os visitarem (suas namoradas). Não se sabe que ele tenha sido ameaçado de morte. Durante a rebelião ele foi morto a golpes e pedradas, pelos outros adolescentes, e teve seu corpo “queimado e suspenso na barra”. Segundo o entrevistado, os adolescentes da unidade teriam dito que ele “era um delator”, daí o terem matado. No processo de apuração não se identificou quais adolescentes teriam sido os responsáveis pela morte dele.

Não houve tempo ou forma de os agentes impedirem sua morte, pois a unidade estava tomada pelos adolescentes em rebelião. A família teve acesso ao seu corpo para realizar o funeral. Ele teve atendimento jurídico e psicossocial durante todas as fases de seu processo e medida socioeducativa, e agora sua família está em atendimento pela rede de defesa e proteção local.

Foi um caso divulgado pela mídia, denominado pelo entrevistado como “um acontecimento marcante”, e os efeitos desta repercussão foi a apuração de sua morte. Nesta mesma rebelião, um funcionário foi morto durante o conflito, “vítima de bala perdida”, ele não havia sido ameaçado de morte.

No Estado do Pará, este adolescente que foi morto em fevereiro de 2010 tinha 16 anos, havia parado de estudar ainda no Ensino Fundamental, residia com a família em uma cidade diferente de onde a unidade de internação se localizava.

Costumava trabalhar para ajudar a família (sua mãe, quatro irmãos e um filho) consertando bicicletas, vendendo coisas, catando latas na “praia”. Esta família vive com 1,5 salário mínimo. Eles residem em uma casa própria, de madeira, com iluminação elétrica e abastecimento de água clandestinos; tem como escoadouro do esgoto uma vala, e a rua da casa onde moram não tem calçamento. A família está inserida em um programa social

Prometia à mãe que sairia da unidade e trabalharia para que ela não

precisasse mais fazê-lo. Suas atividades não ligadas ao ato infracional pelo qual cumpria medida socioeducativa (roubo) eram juntar latas e jogar videogame. Sobre ele, a mãe conta: “era um bom menino, só que uns meses antes de acontecer isso, ele tava se envolvendo com drogas, ele era um menino carinhoso comigo (...) eu sei que o meu filho errou, mas ele não merecia isso”. Ele se dizia responsável pelo ato infracional de que era acusado.

Permaneceu internado por cinco meses e um dia. Ele havia tentado fugir de uma outra unidade uma vez, para ir até a mãe, pois estava com saudades dela. Na segunda unidade em que esteve internado, ele participava das atividades e, na terceira e última unidade, ele de novo vivia isolado e reclamava disto com a mãe, contava que os outros adolescentes não gostavam dele. A mãe comentou que gostaria de ter ido visitá-lo, para mostrar que ele tinha família.

Ao contar sobre como ele morreu, a mãe pega o jornal e mostra: “aí diz que ele foi enforcado”. Ela só foi procurada pela unidade para ser informada sobre a morte do adolescente, depois disto não conseguiu mais informações sobre o que havia acontecido. Ela tem outro filho (com 19 anos) internado nesta mesma unidade

O laudo está com o ministério público, a certidão de óbito está com o promotor, e ela não teve acesso a nenhum destes documentos. Sobre tudo isto ela afirma que “o corpo do meu filho veio nu” (ela não foi à cidade onde a unidade se localizava para reconhecer o corpo do filho e buscá-lo). Ele foi morto por um outro adolescente que cumpria medida na unidade. Sobre porque teria matado o colega, segundo o entrevistado, este adolescente conta que “ele ouvia vozes que lhe comandavam e lhe diziam para que matasse o colega. Caso contrário, sua mãe que estava doente iria morrer”.

A morte desse adolescente, segundo a pessoa entrevistada, teve repercussão “sensacionalista, pois apresentam a notícia de acordo com os seus interesses”. Um dos entrevistados considera que mesmo que não tenha causado comoção ou mobilização alguma, a morte deste adolescente também aponta que “a realidade do sistema socioeducativo é preocupante e mostra a fragilidade do sistema. Não há investimento por parte do Estado”.

O adolescente mineiro que foi morto em outubro de 2010 não havia

completado o Ensino Fundamental, tinha a idade de 15 anos e morava com a mãe na mesma cidade em que se localiza a unidade de internação provisória. Ele foi internado por três vezes em cumprimento de medida socioeducativa nesta mesma unidade, tendo permanecido na última pelo período de 30 a 40 dias. Acusado de tráfico, ele se declarava inocente e recorreu da sentença. Não participou de fugas ou rebeliões. Enquanto esteve internado, sua principal reivindicação era ser transferido para o centro de internação e sair da unidade provisória.

Segundo a pessoa entrevistada era um adolescente que “sempre foi ameaçado”, mas não sabe precisar quantas vezes isto aconteceu; fossem as ameaças feitas por um outro adolescente também internado ou por um grupo de adolescentes não internados. Sempre que a unidade foi informada que havia acontecido uma ameaça o separava dos “ameaçadores”, “estes podem estar dentro ou fora da unidade. As “gangues” rivais mandam “algun lá de dentro matar algum que está internado”. Quando algum funcionário fica sabendo disso, isolam a possível vítima”. Quanto a este adolescente, em especial, ele foi encaminhado ao PPCAM⁸.

Ele se relacionava com os grupos de adolescentes, de seu dormitório ou não. Participava de todas as atividades oferecidas pela unidade: educação, lazer, esportes, cultura, religiosas. Ele recebia visitas de sua família, e este era o único meio de convivência familiar e comunitária.

Ele foi enforcado por pelo menos um dos colegas com um lençol (“teresa”). O caso ainda estava sendo apurado, na data da entrevista que aconteceu dois dias após ele ter sido morto. O motivo parece ter sido externo à unidade, uma rixa por conta de ele ter “pegado” a namorada do colega que o matou. A unidade não conseguiu fazer algo para impedir, pois “foi de madrugada, não teve barulho; os agentes correram para abrir o alojamento porém já era tarde”.

A família teve acesso ao corpo do adolescente e foi avisada pela equipe técnica sobre sua morte.

Ele teve atendimento jurídico e psicossocial durante todas as fases de seu processo, e agora a família se encontra em atendimento pela equipe técnica da

⁸ Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente ameaçados de morte

própria unidade. A família não responsabiliza a unidade, mas entrará na justiça contra o Estado. Segundo a pessoa entrevistada (do questionário tipo gestão da unidade), quanto às repercussões da morte deste adolescente, “é festa saiu na TV, rádio. É muito ruim, todos ficam magoados. Péssimo”.

Comenta que neste período entre 2007 e 2010 outros 10 adolescentes foram mortos, todos por enforcamento. Segundo o entrevistado, alguns casos são da própria unidade e outros de unidades localizadas na mesma cidade. Segundo a pessoa entrevistada a maioria dos adolescentes teria sido ameaçada de morte, por outro adolescente interno ou por grupos de adolescentes que não se encontravam na unidade de internação. Sempre que a unidade fica sabendo encaminha o(s) adolescente(s) ao PPCAM.

Deste modo, ao reunir os casos documentados e os casos não documentados pôde-se construir um quadro geral dos adolescentes (figura 37) que foram vítimas de homicídio, no período jan./2007 – jan./2010, nos Estados pesquisados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Composto por cinco capítulos, este relatório se iniciou contextualizando o fenômeno do homicídio de adolescentes no Brasil, denunciando que sobre os casos deste tipo de mortalidade entre os adolescentes que acontecem no interior das unidades de internação do Sistema Socioeducativo só há dados esparsos na mídia e nas instâncias de denúncia de violações de direitos humanos. Não se tem notícia de alguma sistematização destes.

A situação da existência de denúncias, mas da ausência de sistematização destes casos obstaculariza uma ação de enfrentamento e de responsabilização por parte do Sistema de Garantia de Direitos. Daí a iniciativa de uma pesquisa exploratória que viesse a demarcar o campo para o qual é urgente que convirjam todos os esforços possíveis do Estado e da Sociedade Civil organizada. A concepção dos direitos humanos como direitos inerentes à pessoa humana não pode contribuir para uma visão idolátrica e a-histórica de direitos. É preciso sustentar um sentido político e histórico da agenda de direitos humanos, de modo que sua vigência seja efetiva e sua capacidade de mobilização social não se esvaia, pois privilegiar todos os direitos é privilegiar nenhum, tendo em vista que isto não permitiria incidência política necessária.

Foram apresentados os alinhamentos metodológicos e políticos desta pesquisa. A escolha ética foi de tomar o adolescente vítima de homicídio como eixo em torno do qual os dados deveriam ser buscados e analisados. A partir disto o grupo de pesquisadores (cada Estado contou com um pesquisador local) reformulou os instrumentais, tomando como ponto de partida o adolescente, não apenas no instante de sua morte, mas em sua história como adolescente comum.

O processo de coleta de dados apontou que a documentação e sistematização de tais casos é dificultada pelo não acesso à rede de defesa e proteção local, às unidades de internação, não localização das famílias dos adolescentes e não disponibilidade destas para falar sobre o que aconteceu ao

adolescente.

Aconteceu de o pesquisador local ter obtido informações na mídia sobre a ocorrência de assassinato de adolescente em uma unidade de internação, entretanto, ao contatar a instituição esta se recusar a dar a entrevista alegando não haver nenhum caso como este procurado pela pesquisa.

Outro elemento dificultador para a documentação dos casos foi a burocratização que inviabilizou em alguns Estados a coleta de dados. As instituições, da rede de defesa e proteção e das unidades de internação, não se mostraram com autonomia e/ou disponibilidade para responder às solicitações de entrevista por parte dos pesquisadores locais.

Enfim, dos 11 Estados brasileiros escolhidos, foi possível documentar em questionários individuais os casos de 26 adolescentes (23 entre janeiro de 2007 e janeiro de 2010, e 03 casos entre fevereiro e outubro de 2010) que foram vítimas de homicídio no interior da unidade de internação. Também foi possível registrar que mais 47 adolescentes foram mortos, de modo geral, em condições análogas aos 26 casos documentados.

O número de casos registrados (73 adolescentes) aponta para a pergunta sobre o quanto ainda pode acontecer de os adolescentes serem designados como sujeitos de direitos nos projetos oficiais das unidades de internação; mas, existir a prática institucional em que o que se inventa e sustenta são dispositivos que só perpetuam a institucionalização, a segregação e a exclusão⁹.

Tal como ocorria nas antigas instituições, ainda há uma estrutura de instituição total em funcionamento em algumas unidades, em que a maior parte das atividades oferecidas aos adolescentes se restringem ao espaço interno destas. O que é coerente com uma lógica de encarceramento e não de atendimento socioeducativo, como exige o Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma unidade de internação “completa” fortalece o equívoco de olhar o adolescente que cumpre medida socioeducativa como um sujeito a ser reformatado, lógica adaptativa-repressiva não condizente com a concepção de infância e adolescência com a qual

⁹ Tal como Ferreira (2001) aponta ocorrer em relação aos meninos que fazem da rua o seu espaço de viver.

todo o Sistema de Garantia e Direitos funciona e o SINASE exige.

Em unidades assim organizadas não há lugar para o desejo, para a pergunta que o sujeito deveria se fazer sobre o que lhe aconteceu, em que ponto lhe teria sido possível outra escolha, o que fazer diante do impossível de suportar. Em instituições que já possuem projetos de vida prontos a serem oferecidos (alguns bem intencionados) aos sujeitos que aí se encontram, temporariamente sempre, as respostas são adiantadas, restando ao adolescente “manter-se no lugar que lhe foi reservado como sujeito desinvestido de projeto”, o que bem lembra Ferreira (2001) “é fértil ao cotidiano extraordinário das violências e violações de direitos a que, em sua maioria, estes adolescentes foram acolhidos no grupo social; na fugacidade da vida vivida nas trilhas do tráfico e do crime.” Com tais dispositivos o resultado é permanecer capturado em uma circularidade sem fim da mesma violência, a qual se pretendia enfrentar. Matar a violência com a violência.

A medida de internação, se não decidida de fato como último recurso, termina por fortalecer o mecanismo a partir do qual o adolescente só é atendido pela rede, só obtém acesso à política pública se é autor de ato infracional. Um dos adolescentes tinha como plano de vida morar em um abrigo (o único que encontrara em vida).

Deste modo, tais locais se tornariam palco onde as disputas lá de fora não apenas podem se manter, mas, de algum modo são perversamente convocadas. Alguns dos assassinatos de adolescentes, documentados nesta pesquisa, tiveram como cena este ato acontecer frente aos olhos e ouvidos dos funcionários das unidades, que a isto responderam com a recusa em intervir para cessar o conflito.

Por último, o número registrado (em Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo) de adolescentes que foram vítimas de homicídio em unidades de internação, mas que os entrevistados não se lembravam da data em que estas mortes teriam ocorrido inviabiliza uma análise acerca de tendências a redução ou aumento do número destes casos nos últimos cinco anos. Isto tanto se referindo a cada um dos oito Estados, quanto de modo geral.

O que se pôde perceber é a fragilidade das condições estruturais e de funcionamento das unidades para que possam atender à sua função. Esta

fragilidade pode ser tornar mortífera aos adolescentes, na medida em que aumente a probabilidade de deflagrarem crises de violência entre grupos de adolescentes, entre grupos de adolescentes e um outro adolescente, entre os funcionários e os adolescentes. Tais crises foram nomeadas pelos entrevistados, recorrentemente como a situação na qual o adolescente terminou morto.

73 casos.

73 adolescentes.

73 histórias singulares que não admitem serem dissolvidas na caricatura da violência social e de um projeto político e ético de infância e adolescência brasileira. Exigem serem tratadas no um a um. Como continuam a exigí-lo os 14.722 meninos e as 639 meninas internadas em cumprimento de medida socioeducativa em todo o território brasileiro.

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente compreende que o primeiro passo está dado para alcançar os objetivos a que se propôs com a execução deste projeto. Espera e aposta na Rede de Proteção e Defesa composta por todos aqueles que têm com os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa o seu cotidiano de trabalho e compromisso ético.

Acredita que “vaga-lumes driblam as trevas”¹⁰.

¹⁰ BARROS, M. Livro sobre o Nada.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009

ANCED. A responsabilidade Civil na Proposta da ANCED, São Paulo. 2009

ALMEIDA, M. M. Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado em Psicologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Ribeirão Preto, 2002.

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. Rio de Janeiro: Record, 2004

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.html> acesso em 23: setembro de 2010.

BOCCO, F., LAZZAROTTO, G. (infr)Atores juvenis: artesãos de análise. In Psicologia & Sociedade; 16 (2): 37-46 maio/ago.2004

BOMBARDI, V.M. A rebelião do dia-a-dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais. USP, São Paulo, 2008

FERREIRA, T. Os meninos e a rua – uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001

HOLCK, L. A psicanálise e a guerra: estratégia, tática e política. PSICANÁLISE NA FAVELA Projeto Digaí - Maré: a clínica dos grupos. Ana Lúcia Lutterbach Holck, Marcus André Vieira (Editores); Ondina Maria Rodrigues Machado, Tatiane Grova (Organizadoras). Rio de Janeiro: Associação Digaí-Maré,2008.

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. In Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18 número 53, outubro de 2003, 143-181

LANCELOTTI, J. Construindo esperança em tempo de violência. In LEVISKY, D. L. (Organizador) Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção - “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

LEVY, C. in Pensar a Violência e os limites do Político. *In* Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 191-209, dez. 2004

MACHADO, M.N.M. Práticas Psicossociais: pesquisando e intervindo. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MARCILIO, M. L. O jovem infrator e a FEBEM de São Paulo – história e atualidade. In LEVISKY, D. L. (Organizador) Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção - “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

MÉNDEZ, E. G. Origem, sentido e futuro dos Direitos Humanos: reflexões para uma nova agenda. In SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 1, número 1, 1º semestre de 2004, p. 07-19.

ONU. CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm> acesso em 23: setembro de 2010.

OAB, CFP. Relatório “Direitos Humanos - Um retrato das Unidades de Internação de Adolescentes em conflito com a Lei”. Brasília, 2006

ROMAN, M. D. Psicologia e Adolescência encarcerada: a dimensão educativa de uma atuação em meio à barbárie. Tese de Doutorado do Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da USP, 2007.

ROMANO, R. Violência brasileira: o privado e o público. In LEVISKY, D. L. (Organizador) Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção - “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

ROSA, G. Grande Sertão Veredas. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 2001

SEDH. Levantamento da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH baseado em informações fornecidas pelos estados – Janeiro/2009.

SEDH. Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, 2008.

SINASE. Levantamento Estatístico do Número de Adolescentes Cumprindo Medidas Socioeducativas, no Brasil, 2004.

UNESCO. Mapa da violência IV – os Jovens do Brasil. Juventude Violência e Cidadania. 2004



ANEXOS

ANEXO 01



“PELO DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE”

pesquisa sobre adolescentes internados no sistema socioeducativo vítimas de homicídio

Nº do Questionário:

Estado:

Localização no Estado: 1. CAPITAL.
2. REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL
3. INTERIOR.

Tipo:

1. QUESTIONÁRIO GESTÃO UI / UIP.
2. QUESTIONÁRIO ATOR SOCIAL DE DEFESA E PROTEÇÃO.
3. QUESTIONÁRIO ADOLESCENTE QUE CONVIVEU COM O ADOLESCENTE VÍTIMA DE HOMICÍDIO.
4. QUESTIONÁRIO FAMÍLIA.

PARTE 01: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO ENTREVISTADO (BLOCO COMUM A TODOS)

1) Nome:
(identificação voluntária)

2) Idade:

3) Sexo: 1. Masculino 2. Feminino
(não perguntar)

4) Qual a sua cor ou raça?:
(fazer a pergunta sem ler as opções abaixo de cor/raça. Marcar a opção que se assemelhe à afirmação)

1. Branco 2. Amarelo 3. Pardo 4. Negro 5. Indígena

5) Qual a sua escolaridade? (não leia as opções de resposta. Marque a opção que ele responder)

1. Analfabeto	2. Ens. fundamental em andamento	3. Ens. fundamental incompleto	4. Ens. fundamental completo	5. Ens. médio em andamento
6. Ens. médio incompleto	7. Ens. médio completo	8. Superior em andamento	9. Superior incompleto	10. Superior completo
11. Pós-graduação em andamento	12. Pós-graduação incompleta	13. Pós-graduação completa		

6) Qual a sua profissão? (no banco de dados: se realizou um curso de formação profissional = inserir o nome deste; se a profissão independe de um curso de formação profissional = nomear o que o entrevistado disser)

7) Qual o seu estado civil?				
1. Solteiro(a)	2. Casado(a)	3. Viúvo(a)	4. Divorciado(a)	5. União estável
6. Outros: _____				
8) Qual a sua renda mensal, em salários mínimos? (caso o entrevistado fale o valor em reais, anote-o e posteriormente insira no banco de dados o valor exato correspondente de seu cálculo em salários mínimos) _____				
PARTE 01.1: IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (SÓ PERGUNTAR AOS ATORES SOCIAIS DA REDE E UI)				
9) Nome (identificação obrigatória) : _____				
10) Município(DF: Região): _____				
11) Rua: _____				Nº: ____
12) Bairro: _____				Fone: ____
13) email: _____				Fax: _____
14) Qual a área territorial de atuação da instituição?				
1. Em todo o Estado	2. Em alguns municípios do Estado	3. Somente neste município	4. Áreas menores que o município	
PARTE 2 : GESTÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO (SÓ PERGUNTAR À UI)				
15) A unidade tem registro no conselho de direitos da criança e do adolescente?				
não = 0 sim = 1 NS				
16) Qual a capacidade de internação da unidade? (somente Nº) _____				
NS				
17) Qual o número de adolescentes internados neste momento? (somente Nº) _____				
NS				
18) Qual a média de adolescentes por dormitório? (somente Nº) _____				
NS				
19) Com quem a unidade se relaciona no Sistema de Garantia de Direitos? (especificar os atores. Estes dados serão registrados em tabela específica)				

NS		
20) Há fiscalização da Unidade de Internação, por parte do Sistema de Garantia de Direitos?		
não = 0	sim = 1	NS
21) Quem a executa? (estes dados serão registrados em tabela específica)		
NA		NS
22) Existem atividades pedagógicas, desenvolvidas com temática em raça/gênero e orientação sexual? (caso não haja ou se não soube responder, marcar NA nas próximas questões e pular para a pergunta 25)		
não = 0	sim = 1	NS
23) Quais são estas atividades? (estes dados serão registrados em tabela específica)		
NA		NS
24) Quantos adolescentes frequentam cada uma destas atividades? (numerar as atividades citadas na pergunta anterior e anotar na frente dela o número de adolescentes que as frequentam. Estes dados serão registrados em tabela específica)		
NA		NS
25) Existem atividades de cultura lazer e esporte? (se não, pular para a pergunta 28)		
não = 0	sim = 1	NS
26) Quais?(estes dados serão registrados em tabela específica)		

NA	NS
27) Quantos adolescentes frequentam? (numerar as atividades citadas na pergunta anterior e anotar na frente dela o número de adolescentes que as frequentam. Estes dados serão registrados em tabela específica)	
NA	NS
28) Existem atendimentos de saúde aos adolescentes? (se não, pular para a pergunta 35)	
não = 0	sim = 1 NS
29) Quais? (estes dados serão registrados em tabela específica)	
NA	NS
30) Quais atendimentos em saúde acontecem no interior da Unidade e quais acontecem fora, na rede pública? (numerar cada atendimento citado e anotar na frente dele o código correspondente: INTERIOR DA UNIDADE = IU, REDE PÚBLICA = RP, NA, NS. estes dados serão registrados em tabela específica)	
NA	NS
31) Quantos adolescentes frequentam estes atendimentos? (numerar as atividades citadas na pergunta anterior e anotar na frente dela o número de adolescentes que as frequentam. Estes dados serão registrados em tabela específica)	
NA	NS
32) Os adolescentes tem acesso à escola? (se não, pular para a pergunta 39)	
não = 0	sim = 1 NS
33) Eles frequentam a escola no interior da Unidade ou fora desta? (INTERIOR DA UNIDADE = IU; REDE PÚBLICA = RP)	
1. IU	2. RP

34) Quais níveis de ensino são oferecidos a eles?			
a. ensino fundamental	não = 0	sim = 1	NS
b. ensino médio	não = 0	sim = 1	NS
c. superior	não = 0	sim = 1	NS
35) Quantos adolescentes frequentam as aulas?			
a. ensino fundamental: (somente Nº) _____		NS	NA
b. ensino médio: (somente Nº) _____		NS	NA
c. ensino superior: (somente Nº) _____		NS	NA
36) Existem cursos profissionalizantes?			
não = 0	sim = 1	NS	
37) Quais são estes cursos? (estes dados serão registrados em tabela específica)			

NA			
NS			
38) Quantos adolescentes frequentam estes cursos profissionalizantes? (numerar as atividades citadas na pergunta anterior e anotar na frente dela o número de adolescentes que as frequentam. Estes dados serão registrados em tabela específica)			

NA			
NS			
39) Quantos adolescentes estão inseridos no mercado de trabalho? (somente Nº) _____ NS			
40) Quais os tipos de trabalho em que eles estão inseridos? (numerar as atividades citadas na pergunta anterior e anotar na frente dela o número de adolescentes que as frequentam. Estes dados serão registrados em tabela específica)			

NA			
NS			
41) Por favor, descreva o sistema de segurança existente nesta unidade. (questão tipo Aberta 02)			

NS
42) Como você considera os <i>recursos</i> financeiros destinados a esta Unidade? 1. Muito insatisfatório 2. Insatisfatórios 3. Pouco satisfatórios 4. Satisfatórios 5. Muito satisfatórios NS
43) Como você considera o número de técnicos na Unidade? 1. Muito insatisfatório 2. Insatisfatórios 3. Pouco satisfatórios 4. Satisfatórios 5. Muito satisfatórios NS
PARTE 03: SOBRE O ADOLESCENTE INTERNADO NO SSE E VÍTIMA DE HOMICÍDIO (BLOCO COMUM)
44) Nome:
45) Idade:
46) Naturalidade: _____
47) Qual a escolaridade do adolescente, quando ele foi vítima de homicídio? 1. analfabeto 2. ens. fundamental em andamento 3. ens. fundamental incompleto 4. ens. fundamental completo 5. ens. médio em andamento 6. ens. médio incompleto 7. ens. médio completo 8. ens. superior em andamento 9. ens. superior incompleto NS
48) O adolescente residia na mesma cidade de UI antes da internação? não = 0 sim = 1 NS
49) O adolescente residia no mesmo Estado da UI antes da internação? não = 0 sim = 1 NS
50) Quais sonhos este adolescente dizia serem os mais importantes a ele, enquanto esteve internado nesta UI? (questão tipo Aberta 02)

NS
51) Quais planos de vida este adolescente fazia, enquanto esteve internado nesta UI? (questão tipo Aberta 02) NS
52) O que ele gostava de fazer, antes de vir para esta UI, que não fosse ligado ao ato infracional? (questão tipo Aberta 02) NS
53) Como ele se relacionava com as pessoas? (questão tipo Aberta 02) NS
54 a.) Qual era o local de moradia dele quando foi internado? 1. família nuclear 2. parentes 3. rua 4. companheiro(a) 5. instituição de acolhimento 6. outra forma: _____ NS
54.b) Há quanto tempo ele residia neste local? (somente Nº) _____ NS
55) Qual foi o ato infracional que motivou a internação? 1. homicídio 2. lesão corporal 3. furto 4. roubo 5. tráfico 6. crimes sexuais 7. outro: _____ NS

56) Qual a versão do adolescente quanto ato infracional?			
1-inocente	2-responsável pelo que foi acusado	3-outro: _____	NS
57) Quanto tempo permaneceu internado? (caso tenha sido internado mais de uma vez, anotar o tempo em meses da última internação) _____ NS			
58) Houve a reavaliação da medida? (até seis meses)			
Quantas? _____ NS			
59) Qual a forma de reavaliação foi utilizada? (estes dados serão registrados em tabela específica)			

NA		NS	
60) Quem realizou a sua defesa na reavaliação?			
1-defensoria pública	2-advogado particular	NS	NA
61) Quantas vezes o adolescente foi internado antes em cumprimento de medida socioeducativa? (somente Nº) _____ NS			
62) Nesta mesma Unidade de Internação?			
não = 0	sim = 1	NS	NA
63) Ele participou de fugas nesta Unidade de Internação?			
não = 0	Quantas? ____	NS	
64) Ele participou de fugas em outras Unidades de Internação?			
não = 0	Quantas? _____	NS	
65) Quais medidas foram tomadas pela instituição com o adolescente, com relação às fugas? (estes dados serão registrados em tabela específica)			

NA		NS	
66) Quais medidas foram tomadas pela rede de defesa e proteção local com o adolescente, com relação às fugas?(estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)			

NA	NS			
73) Quais medidas foram tomadas pela rede de defesa e proteção local com o adolescente, com relação à rebelião? (estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)				
NA	NS			
74) Quais as principais reivindicações do adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa?(estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)				
NA	NS			
75) Quais as sanções adotadas na unidade em caso de indisciplina e em que casos são aplicadas? (estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)				
NA	NS			
76) O adolescente foi ameaçado de morte durante o cumprimento da medida?				
não = 0	Quantas? _____			NS
77) Qual a hipótese sobre o responsável por esta ameaça de morte? (não ler as opções de resposta. Marcar a correspondente)				
1. outro adolescente interno	2. outro adolescente não interno	3. grupo de adolescentes internos	4. grupo de adolescentes não interno	5. funcionário da UI
6. funcionário de outra UI	7. polícia	9. outro: _____	NA	NS
78) Quais medidas foram tomadas pela unidade para proteger o adolescente, com relação à ameaça morte? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NA	NS			
79) Quais medidas foram tomadas pela rede local de defesa e proteção para proteger o adolescente, com relação à ameaça morte? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NA	NS			
80) Com quem o adolescente costumava se relacionar dentro da UI?				
0. Vivia isolado	1. Outro adolescente do dormitório	2. Grupo de adolescentes do mesmo dormitório	3. Adolescente de outros dormitórios	4. Grupo de adolescentes internos de outro dormitório
5. Funcionários	6. Outros: _____	NS		
81) De quais atividades o adolescente participava na UI?				
0. Nenhuma	1. educação	2. lazer	3. esportes	4. cultura
5. religiosas	6. Outras: _____	NS		
82) Quais as condições de higiene do alojamento do adolescente, à época em que ele estava internado?				
1. Muito insatisfatório	2. Insatisfatórios	3. Pouco satisfatórios	4. Satisfatórios	5. Muito satisfatórios
NS				
83) Quais as condições de ventilação do alojamento, à época em que ele estava internado?				
1. Muito insatisfatórias	2. Insatisfatórias	3. Pouco satisfatórias	4. Satisfatórias	5. Muito satisfatórias
NS				
84) Qual a capacidade do alojamento, à época em que ele estava internado?				
1. Muito insatisfatório	2. Insatisfatórios	3. Pouco satisfatórios	4. Satisfatórios	5. Muito satisfatórios
NS				
85) Quantos adolescentes estavam alojados no período, à época em que ele estava internado? _____				

NS				
86) Havia atendimento em saúde?				
não = 0	sim = 1	NS		
87) Quais as condições deste atendimento em saúde?				
1. Muito insatisfatório	2. Insatisfatórios	3. Pouco satisfatórios	4. Satisfatórios	5. Muito satisfatórios
NS				
88) O adolescente recebia visitas?				
não = 0	sim = 1	NS		
89) Quais as formas de convivência ele mantinha com a família e a comunidade? (estes dados serão registrados em tabela específica)				
0 = Não havia convivência	1. Visitas da família	2. Visitas dos filhos	3. Visita de amigos	4. Visita de grupos religiosos
5. Visita íntima	6. Não recebia visitas	7. Atendimento jurídico e psicossocial pela rede de defesa	8. Cartas para a família	9. Cartas para amigos
10. Telefonemas	11. Internet	12. Outras:	NS	
90) De que forma é realizada a revista aos visitantes? (questão tipo Aberta 02)				
91) Como a família soube da morte do adolescente? (questão tipo Aberta 02)				
92) A família teve contato com a equipe técnica que atendeu o adolescente, após o homicídio?				
não = 0	sim = 1	NS		
93) Com qual objetivo a equipe técnica se encontrou com a família do adolescente, após seu homicídio? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NA	NS
94) De que modo ele morreu? (questão tipo Aberta 02)	
NS	
95) Por qual motivo ele foi morto? (questão tipo Aberta 02)	
NS	
96) Quais medidas foram tomadas pela instituição para tentar impedir o homicídio? (questão tipo Aberta 02)	
NS	
97) Há alguma hipótese sobre quem seria o responsável pela morte? (questão tipo Aberta 02)	
NA	NS
98) Qual seria a relação deste possível responsável pela morte do adolescente com este último? (questão tipo Aberta 02)	

NS					
99) Houve procedimento de apuração interna do homicídio? (caso a resposta seja não, pular para a pergunta 108)					
não = 0		sim = 1		NS	
100) O que foi apurado, nesta investigação? (questão tipo Aberta 02)					
101) Qual a data da morte dele? (mm/aaaa) ____/____					
102) Foi registrado boletim de ocorrência?					
não = 0		sim = 1		NS	
103) Quanto tempo depois de ter acontecido a morte do adolescente? _____					
104) Quem registrou o boletim de ocorrência?					
1. Pela UI	2. Pela família	3. Por ator social da rede de defesa	4. Outro: _____	NA	NS
105) Como ficou registrada a causa morte no atestado de óbito?					
NS					
106) A família teve acesso ao corpo para realizar os atos fúnebres?					
não = 0		sim = 1		NS	
107) O adolescente recebeu atendimento de defesa técnica-jurídica antes da sentença?					
não = 0		sim = 1		NS	

NS
120) Quais as repercussões deste acontecimento, na comunidade? (questão tipo Aberta 02)
NS
121) Quais as repercussões deste acontecimento entre os atores sociais de defesa? (questão tipo Aberta 02)
NS
122) Quais as repercussões deste acontecimento na mídia? (questão tipo Aberta 02)
NS
123) Qual a Secretaria de Estado que esta responsável por esta Unidade? _____
NS
124) Quais as repercussões deste acontecimento nesta Secretaria? (questão tipo Aberta 02)
NS
PARTE 04: IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR DO ADOLESCENTE INTERNADO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO VÍTIMA DE HOMICÍDIO (SÓ PERGUNTAR À FAMÍLIA)
125) Qual o grau de parentesco do entrevistado com o adolescente? _____
126) Como você avalia o atendimento que o adolescente recebeu na unidade de internação? (questão tipo Aberta 02)

família: _____		família: _____	
137) As crianças trabalham?			
não = 0	Quanto? _____	NS	NA
138) Os adolescentes trabalham?			
não = 0	Quanto? _____	NS	NA
139) Os jovens trabalham?			
não = 0	Quanto? _____	NS	NA
140) Os adultos trabalham?			
não = 0	Quanto? _____	NS	NA
141) Os idosos trabalham?			
não = 0	Quanto? _____	NS	
142) Qual a renda mensal de sua família, em salários mínimos? (caso o entrevistado fale o valor em reais, anote-o e posteriormente insira no banco de dados o valor exato correspondente de seu cálculo em salários mínimos) _____			
143) Qual o número de pessoas que contribuem com a renda familiar? (somente Nº) _____			
144) Quantas pessoas são sustentadas por esta renda mensal? (somente Nº) _____			
145) O seu domicílio é: (não ler as opções e registrar a que corresponda)			
1. Próprio já pago	2. Próprio ainda pagando	3. Alugado	4. Ocupado (ocupação irregular) _____ _____
5. Outro: _____ _____			
NS			
146) O domicílio de vocês é construído com qual material?			
1. Alvenaria	2. Madeira	3. Outro: _____	NS
147) A iluminação elétrica em seu domicílio é:			
1. Serviço público	2. Ligação clandestina	3. Não existe	NS
148) A forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio é:			
1. Rede geral	2. Ligação clandestina	3. Poço ou nascente	4. Outra: _____ NS

149) O escoadouro do esgoto de seu domicílio é ligado a:				
1. rede geral de esgoto ou pluvial	2. vala	3. rio, lago ou mar	4. fossa séptica	5. outro: _____
NS				
150) A rua de seu domicílio é:				
1. Asfaltada pelo Estado	2. Calçada pelo Estado	3. Calçada pelos moradores	4. Sem calçamento	NS
151) Vocês estão inseridos em um ou mais programas sociais do Estado? (caso não estejam inseridos, pular para a pergunta 165)				
não = 0	sim = 1	NS		
152) Quais Programas Sociais são estes? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NS				
NA				
153) Vocês estão inseridos em um ou mais projetos sociais? (caso não estejam inseridos, pular para a pergunta 167)				
não = 0	sim = 1	NS		
154) Quais projetos sociais são estes? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NS				
NA				
155) Vocês participam de alguma Associação?(caso não estejam pular para a pergunta 169)				
não = 0	sim = 1	NS		
156) Quais associações são estas? (estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)				

NS				
NA				
PARTE 05: SOBRE OUTRAS MORTES NA UI (BLOCO COMUM A TODOS OS ENTREVISTADOS)				

157) Há informações sobre outros adolescentes que morreram em Unidade de Internação no período entre jan de 2007 a jan de 2010?				
não = 0	Quantos? _____		NS	
158) Como estes adolescentes morreram? (questão tipo Aberta 02)				

NS				
NA				
159) Isto aconteceu na mesma UI do adolescente vítima de homicídio? (caso a resposta seja sim OU não se aplicar, pular para a pergunta 173)				
não = 0	sim = 1	NS		NA
160) Em qual UI isto aconteceu? _____ NA				
161) Estes adolescentes foram ameaçados de morte?				
não = 0	Quantas vezes? _____		NS	NA
162) Há alguma hipótese sobre quem teria feito tais ameaças? (não ler as opções de resposta. Marcar a correspondente)				
1. Outro adolescente interno	2. Outro adolescente não interno	3. Grupo de adolescentes internos	4. Grupo de adolescentes não interno	5. Funcionário da UI
6. Funcionário de outra UI	7. Polícia	9. Outro: _____	NS	NA
163) É viável pensar que uma ou mais destas mortes tenham sido homicídios?				
não = 0	sim = 1	NS		NA
164) Quais medidas foram tomadas pela unidade para proteger o adolescente, com relação a estas ameaças? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NS				
NA				
165) Quais medidas foram tomadas pela rede local de defesa e proteção para proteger o adolescente, com relação a estas ameaças? (estes dados serão registrados em tabela específica)				

NA NS				
166) Há informações sobre trabalhadores da UI que foram vítimas de homicídio em atividade de trabalho no período entre jan de 2007 a jan de 2010? (caso não haja, encerrar a aplicação do questionário e registrar NA nas respostas restantes)				
não = 0 Quantos? _____ NS				
167) Como estes trabalhadores morreram? (questão tipo Aberta 02)				
NA NS				
168) Isto aconteceu na mesma UI do adolescente vítima de homicídio?				
não = 0 sim = 1 NS NA				
169) Em qual UI isto aconteceu? (estes dados deverão ser tabulados em tabela específica)				
NS NA				
170) Estes trabalhadores foram ameaçados de morte?				
não = 0 Quantas vezes? _____ NS NA				
171) Há alguma hipótese sobre quem teria feito tais ameaças? (não ler as opções de resposta. Marcar a correspondente)				
1. Adolescente interno	2. Adolescente não interno	3. Grupo de adolescentes internos	4. Grupo de adolescentes não interno	5. Funcionário da UI
6. Funcionário de outra UI	7. Polícia	9. Outro: _____	NS	NA
172) É viável pensar que uma ou mais destas mortes tenham sido homicídios?				
não = 0 sim = 1 NS NA				
Local /Data		Assinatura do Pesquisador		

ANEXO 02

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(documento impresso em papel timbrado da ANCED)

São Paulo, 31 de Julho de 2010.

**“PELO DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE”
pesquisa sobre adolescentes internados no Sistema Socioeducativo vítimas de
homicídio**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pesquisa: “PELO DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE” - pesquisa sobre adolescentes internados no Sistema Socioeducativo vítimas de homicídio.

Coordenação Técnica Geral do Projeto de Pesquisa: Liliâne Maria Alberto da Silva

A pesquisa para a qual o(a) senhor(a) está contribuindo pretende mapear e identificar o problema dos homicídios de adolescentes que estavam cumprindo Medida Socioeducativa (MSE) em regime de privação de liberdade. A relevância de tal iniciativa se dá por não haver, ainda, nenhuma informação oficial e sistematizada sobre estes homicídios.

Nesse sentido, o resultado deste levantamento será partilhado junto à sociedade e, sobretudo, aos gestores do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), no intuito de buscar a superação dos fatores causadores desta violência, salvaguardando os direitos fundamentais da população em questão. Também servirá aos mecanismos de proteção especial da rede de defesa dos direitos de crianças e adolescentes para a responsabilização ampla das violências cometidas.

Em consonância aos procedimentos éticos adotados em pesquisa com seres humanos, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED, responsabiliza-se por manter dados pessoais em sigilo. Desta forma, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia do TCLE será arquivada na ANCED e outra será fornecida a você.

Eu, _____, afirmo que, de maneira clara e detalhada, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima e esclareci minhas dúvidas. Declaro, ainda, que concordo em participar da pesquisa acima citada. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim desejar. A Direção Colegiada da ANCED e a pesquisador(a) _____ certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais nos seguintes contatos: Direção Colegiada da ANCED - 55 11 3159-4118 / 3257-0365, situada à Rua Barão de Itapetininga, 255 – 11º andar. Conj. 1104 – Centro, São Paulo, SP.

São Paulo, de de 2010

PARTICIPANTE

PESQUISADOR

ANEXO 03

Carta de apresentação do Pesquisador Local

(documento impresso em papel timbrado da ANCED)

São Paulo, 31 de Julho de 2010.

Prezados (as) Senhores (as),

A ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que atua na defesa dos Direitos Humanos da infância brasileira. A ANCED se faz presente em 15 (quinze) estados brasileiros através dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECAs - filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Desde 2009, desenvolve o Projeto Prioridade Absoluta, em parceria com a Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDCA/SEDH). Entre as atividades deste projeto, está o levantamento dos homicídios de adolescentes privados de liberdade nas unidades socioeducativas do País.

Gostaríamos de apresentar _____, nossa pesquisadora no Estado de _____. Ela recebeu capacitação específica para realizar este trabalho. Deste modo, solicitamos que ela, como representante da ANCED para o trabalho de coleta de dados na presente pesquisa, seja recebida e que lhe sejam fornecidas as informações que o questionário apresenta.

As informações levantadas nesta entrevista serão sistematizadas e divulgadas ao final do trabalho de campo garantindo o anonimato dos respondentes.

O resultado deste levantamento será compartilhado junto aos gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, sobretudo, à sociedade.

Agradecemos desde já pela atenção dispensada e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Cordialmente,



Fernanda Bastos Lavarello
Coordenação Colegiada da ANCED
Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

ANEXO 04:

Roteiro para Coleta de Dados

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO ROTEIRO DE COLETA DE DADOS	03
SOBRE A ENTREVISTA	04
SOBRE OS OFÍCIOS	07
SOBRE O QUESTIONÁRIO	08
BLOCO 1	15
identificação do questionário	
BLOCO 2	17
identificação pessoal do entrevistado (bloco comum)	
BLOCO 3	18
gestão da unidade de internação (só perguntar à UI)	
BLOCO 4	19
sobre o adolescente internado no sse e vítima de homicídio (bloco comum)	
BLOCO 5	19
identificação do grupo familiar do adolescente internado no sse vítima de homicídio (só perguntar à família)	
BLOCO 6	20
sobre outras mortes nas UI (bloco comum)	

APRESENTAÇÃO DO ROTEIRO DE COLETA DE DADOS

Caro pesquisador,

Nossa pesquisa, após passar pelas fases de construção de instrumentais e constituição do grupo de pesquisa, alcançou a fase da coleta de dados.

Os instrumentais são resultado dos dois dias de trabalho e buscam traduzir nossas experiências e saberes sobre pesquisa e direitos de crianças e adolescentes. Para que este documento permaneça VIVO, na pujança com que foi escrito, é importante que representemos o grupo na execução de nossas funções, do modo que nos for possível.

Este roteiro foi elaborado para servir de memória de nosso encontro preparatório da pesquisa e informar sobre os instrumentais de coleta de dados e tabulação destes.

Este documento não esgota todas as dúvidas que poderão surgir; isto seria impossível. Além disto, na situação da entrevista não é viável recorrer a ele. Entretanto, sempre poderemos conversar através de email ou telefone.

Bom trabalho a todos nós!

Liliane Maria Alberto da Silva
Coordenadora Técnica da Pesquisa

SOBRE A ENTREVISTA

Realizar uma entrevista, com qualquer instrumento de coleta de dados, é sempre uma situação especialmente delicada.

As duas pessoas que aí se encontram em funções tão distintas - a de entrevistador e a de entrevistado - não passarão por esta experiência (ainda que o façam sempre) sem que ela provoque efeitos inesperados de algum grau de ansiedade, idealização, insegurança, esperança, por exemplo. Há sempre um investimento intelectual e afetivo que poderá ajudar ou atrapalhar a obtenção de informações que a pesquisa precisa obter.

Ao pesquisador cabe estar atento a diversos aspectos do que acontece, enquanto realiza a entrevista, de modo que seu principal objetivo seja alcançado.

- **O principal objetivo é obter as informações que compõem o questionário.**
- Desde o início do contato para agendar a entrevista, **tratar a pessoa entrevistada de modo que ela se sinta acolhida e respeitada em seus valores, sentimentos e história.** Não se trata de “fazer de conta”, mas de autenticamente compreender que cada sujeito possui um percurso histórico próprio no qual a verdade de cada um faz sentido. Estamos aqui lembrando os efeitos de mantermo-nos serenos, objetivos e **imparciais** durante a entrevista.
- Ser imparcial neste momento, significa **não confrontar informações recebidas com outras que você possui.** A imparcialidade contribui para a informação legítima; não sustentá-la é desrespeitar o entrevistado.
- **Caso a pessoa não entenda a pergunta, você deve explicar** adequando as palavras ao nível de compreensão da pessoa, mas sempre com a preocupação de não interferir na resposta dada.

- O **Diário de Bordo** é o instrumento para registrar suas impressões e informações sobre o ocorrido durante a entrevista, portanto **esteja atento a todo o contexto da entrevista**. Isto inclui: - informação sobre o espaço físico; - postura do entrevistado; - interferências durante a entrevista; - informações contraditórias às do entrevistador; etc
- Lembre-se que a situação de **uma entrevista, a priori, estabelece uma relação desigual** em que o entrevistador é aquele que “detém um saber e um poder – o do questionário” que o coloca “acima” do entrevistado. Isto poderá estabelecer um jogo de poder perigoso para o trabalho da pesquisa que pode levar a determinadas situações: 1) a pessoa entrevistada se sinta ameaçada e precise se defender (mostrando-se “poderosa” para se igualar ao entrevistador) e com isto omitindo ou modificando informações; 2) a pessoa entrevistadora, inadvertidamente, ocupe o lugar de “mais poderoso” na relação alimentando a desigualdade hierárquica.
- Não vá realizar a entrevista com tempo exíguo para esta. **Reserve em sua agenda cerca de 01 hora para ouvir a pessoa, de modo a fazê-lo com tranquilidade.**
- **Nenhuma pergunta deverá ficar em branco.** Em todas deverá constar pelo menos um dos registro: “não soube informar”, “não se aplica” ou “se recusou a responder” (caso aconteça).
- **Ao terminar a entrevista faça o registro no Diário de Bordo o mais rápido possível;** nossa memória não preservará por muito tempo, detalhes fundamentais para a pesquisa.
- **Caso aconteça do familiar ou do adolescente entrevistados solicitarem algum encaminhamento, tenha sempre em mãos os dados dos atores sociais de defesa locais.**

O passo a passo da entrevista:

- agendamento
- chegar no horário combinado e com disponibilidade de tempo para fazer a entrevista
- apresentar novamente a pesquisa (breve explicação)
- apresentar o questionário (breve explicação)
- recolher a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- iniciar a aplicação do questionário pela primeira pergunta e seguir na ordem das perguntas.
- Ao encerrar, agradecer e reafirmar a divulgação dos dados à toda a sociedade através do Relatório Final pela ANCED.

SOBRE OS OFÍCIOS

Com o objetivo de documentar oficialmente nosso contato com os atores sociais institucionais, serão entregues ofícios.

Isto acontecerá em duas situações:

- visita do entrevistador à instituição para apresentar e solicitar a realização da entrevista
- realização da entrevista (caso esta seja a primeira vez em que você estiver na instituição)

Quanto à produção do ofício a ser entregue, cada pesquisador deve estar atento aos seguintes passos:

3. enviar à coordenação técnica uma lista de atores sociais que receberão o ofício
4. solicitar à coordenação técnica o número do ofício, a cada vez que necessário a reprodução deste. Após recebê-lo, inseri-lo no campo em vermelho: **Ofício**
nºXX/2010 – ANCED
5. inserir os dados de identificação do ator social a ser entrevistado no campo específico (caso não obtenha o nome do ator, endereçar à instituição):
A.....

A cópia do ofício que permanecer com você deverá ser encaminhada à coordenação técnica juntamente com os demais documentos (grampeados aos respectivos questionários /termos de consentimento livre/diários de bordo, caso a entrevista tenha se dado. Grampeados aos respectivos diários de bordo, caso a sua visita não tenha resultado na realização da entrevista).

SOBRE O QUESTIONÁRIO

Este questionário tem o objetivo maior de coletar dados a respeito do adolescente que foi vítima de homicídio em Unidade de Internação, quando cumpria medida socioeducativa. Por isto apresenta questões específicas sobre o fato do homicídio, mas também sobre o entorno deste fato e, principalmente, sobre este adolescente.

Pretendemos conhecer algo deste adolescente, quem era e o modo como viveu antes e durante a sua internação. Também nos são importantes informações sobre os modos como a sua morte foi percebida pelos que faziam parte de sua vida: sua família, a comunidade de que fazia parte, a instituição em que estava acolhido, a rede de proteção e defesa local.

Ele foi dividido em 06 blocos: identificação do questionário / identificação pessoal do entrevistado / identificação institucional do entrevistado (somente para a pessoa que ao ser entrevistada, o faz representando uma instituição) / o adolescente internado em cumprimento de medida socioeducativa e que foi vítima de homicídio / grupo familiar do adolescente / outras mortes de adolescentes e trabalhadores (em horário de trabalho) nas Unidades de Internação.

Alguns destes blocos de perguntas dizem respeito a todos os entrevistados, são os que chamamos BLOCO COMUM. Outros possuem perguntas específicas e que só poderão ser respondidas por aquele tipo de ator social; nestes casos há um parêntesis identificando a quem se destinam aquelas perguntas.

As perguntas

Ao lado das perguntas do Questionário, foram colocados lembretes sobre a sua aplicação, de modo que ele seja autoexplicativo, por isto este Roteiro traz apenas algumas notas breves a respeito de cada bloco de perguntas e da tabulação dos dados que vocês obterão em campo.

Este instrumental é composto de 03 tipos de perguntas:

- Perguntas fechadas: possuem como resposta com algum nível de previsão.
- Perguntas abertas 01: possuem resposta não previsível, mas estas são exatas.
- Perguntas abertas 02: possuem resposta não previsível.

Você observará que **pode acontecer que “uma questão” se desdobre em “algumas perguntas”**, por exemplo:

27) Existem atividades de cultura lazer e esporte? (se não, pular para a pergunta 30)

A-sim **B**-não **C**-não soube responder

28) Quais?(estas atividades deverão ser tabuladas em tabela específica)

29) Quantos adolescentes frequentam? (numerar cada atividade e anotar na frente dela a frequência de adolescentes. Quando o entrevistado não souber informar a frequência, escrever na frente a letra C. Estes dados serão registrados em tabelas específicas)

Figura 01

A **questão** neste grupo de **03 perguntas** (27, 28 e 29) é o atendimento em saúde

que a Unidade de Internação entrevistada oferece aos adolescentes internados aí. Temos, portanto, uma questão em que alguns dados serão obtidos em perguntas fechadas e outros em perguntas abertas.

Para cada tipo de pergunta haverá um tipo de tabulação distinto.

A tabulação

Uma parte dos dados obtidos durante as entrevistas será tabulado por você, outra parte pela coordenação técnica.

Tipo de pergunta	Modo de tabulação	Responsável pela tabulação
Fechadas	Inserção do número da resposta no BANCO DE DADOS 01	Pesquisador
Abertas 01	Inserção da informação em TABELA ESPECÍFICA que você localizará no BANCO DE DADOS 02	Pesquisador
Abertas 02	BANCO DE DADOS 03 Análise de Conteúdo	Coordenação Técnica

Quanto à tabulação sob responsabilidade do Pesquisador, se dará em duas planilhas específicas. Você receberá um documento Excel com estas:

BANCO DE DADOS 01

Este banco de dados se destina às perguntas fechadas. Este documento é organizado do seguinte modo: cada linha é exclusiva para você inserir 01 questionário e cada coluna é exclusiva para você inserir a resposta/dado obtido a uma pergunta do questionário. Cada pergunta do questionário que deverá ser

tabulada neste banco de dados aí encontra localizada pelo seu número e por três letras iniciais que identificam a questão de que se trata:

					
BLOCO 1 QUESTIONÁRIO					BLOCO 2 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO ENTREVISTADO
	Nº	ESTADO	LOC NO EST	TIPO	(2) IDA

Figura 02

Cada resposta possui um número ou letra exclusiva. Também pode ser que a resposta seja o número que a pessoa entrevistada dê como resposta. São estes números ou letra que você deve registrar no banco de dados, na coluna da pergunta. Na Figura 06 foram marcados em vermelho e verde informações que virão para o Banco de Dados 01, então a Figura 02 ficará preenchida do seguinte modo:

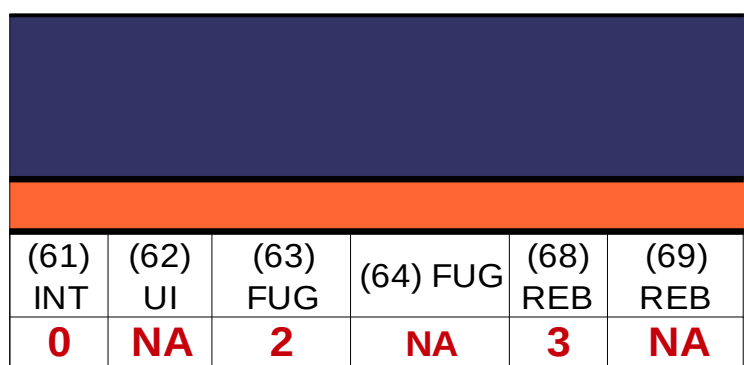
 ANCD Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente • Seção DCI Brasil •					
BLOCO 1 QUESTIONÁRIO					BLOCO 2 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO ENTREVISTADO
	Nº	ESTADO	LOC NO EST	TIPO	(2) IDA
	1	ES	3	3	16

Figura 03

Há alguns códigos universais neste questionário:

NS: NÃO SOUBE RESPONDER (sempre que a pessoa não souber responder marque esta opção e prossiga)
NA: NÃO SE APLICA (sempre que a resposta a uma pergunta invalidar a(s) seguinte(s). Nestes casos o pesquisador não deve fazer a pergunta ao entrevistado)
0: NÃO / NENHUM(A)
1: SIM

Por exemplo:



(61) INT	(62) UI	(63) FUG	(64) FUG	(68) REB	(69) REB
0	NA	2	NA	3	NA

Figura 04

Se cada questionário deve ser inserido em uma única linha, então temos que neste fragmento do BANCO DE DADOS 01 estão registrados dados de um questionário. A tradução dos dados é:

- a pessoa entrevistada afirmou que o adolescente **não** (61) esteve internado antes em cumprimento de medidas socioeducativas (e por isto a pergunta **62 não se aplica** a este adolescente), que ele participou de **02 fugas** (63) nesta unidade (**64 não se aplica** porque ele nunca esteve internado em outra unidade de internação, para de lá fugir), que ele participou de **03 rebeliões** (68) nesta unidade e a **69 não se aplica** a ele, porque ele nunca esteve internado em outra.

BANCO DE DADOS 02:

As perguntas Abertas 01 deverão ser inseridas nas Tabelas criadas especificamente para este tipo de dado. Por exemplo, as perguntas 28 e 29 (marcadas em vermelho e verde na Figura 01) seriam tabuladas do seguinte modo:

(23 e 24) ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM TEMÁTICA EM RAÇA/GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL		
UNIDADE DE INTERNAÇÃO	ATIVIDADE PEDAGÓGICA	Nº DE ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM
x	capoeira	15
	futebol	23
	orientação sexual	6
p	futebol	14
	música	32
n	música	7

Figura 05

BANCO DE DADOS 03

Este é o banco composto pelas perguntas Abertas 02 do questionário. Elas não receberão nenhum tratamento por parte do Pesquisador.

Os dados assim organizados estarão prontos para serem analisados e o Relatório Final produzido. A chegada dos dados ao BANCO DE DADOS GERAL, onde as informações dos 11 Estados serão reunidas e tratadas, é “sinal verde” para a análise final. Não pode haver dúvidas quanto à fidedignidade das informações ali registradas. Portanto, caso haja qualquer dúvida na tabulação de algum dado, entre em contato com a coordenadora técnica, que juntos pensaremos como resolver.

As próximas informações dizem respeito aos Blocos de perguntas do questionário.

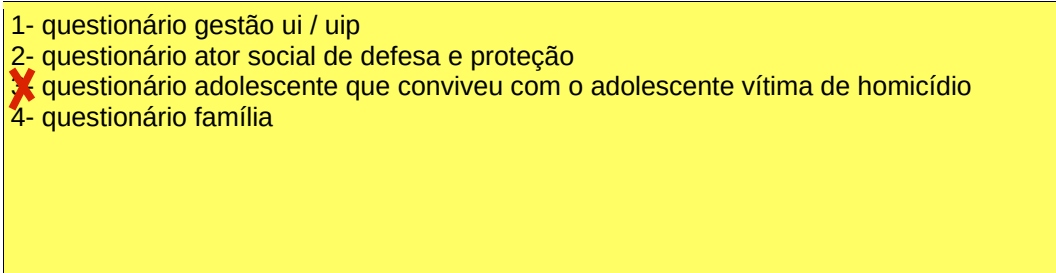
- 
- 1- questionário gestão ui / uip
 - 2- questionário ator social de defesa e proteção
 - ~~3- questionário adolescente que conviveu com o adolescente vítima de homicídio~~
 - 4- questionário família

Figura 06

É imprescindível que durante a tabulação não sejam trocadas informações entre os questionários.

Os atores sociais que serão entrevistados:

Foi selecionado um grupo de atores sociais a serem entrevistados, todos eles diretamente ligados ao adolescente central de nossa pesquisa. Cada ator social definirá um **TIPO** de questionário. São quatro tipos de questionário:

- **Gestão da Unidade de Internação:** procuraremos de modo privilegiado pelo Gestor, mas já antecipamos que ele poderá nos encaminhar a algum funcionário ou convoque outras pessoas para responderem, junto com ele, o questionário.
- **Ator social de defesa e proteção:** estamos assim nomeando toda instituição que trabalhe com crianças e adolescentes, atentas aos seus direitos. Neste grupo aqueles que trabalhem diretamente com Direitos Humanos, provavelmente, são os que maiores informações poderão oferecer, mas isto não é absoluto. Portanto, caso seja encaminhado por alguém a pesquisar um professor, um técnico da saúde ou assistência social e etc, que possam oferecer informações valiosas sobre o adolescente faça a entrevista, registrando-a como sendo deste Tipo.
- **Adolescente que conviveu com o adolescente vítima de homicídio:** o ponto de partida para procurar por um adolescente para ser entrevistado é o

adolescente da pesquisa, portanto ele deverá ter convivido com ele, para que apresente informações sobre este; que é o principal objetivo destas entrevistas.

- **Família:** por família estamos compreendendo não apenas os laços consanguíneos, mas também os laços parentais. Por exemplo, pode ser que a única pessoa encontrada da “**família**” do adolescente seja sua madrinha, seu cunhado ou o pai da irmã; nestes casos e em outros mais que surjam, o mais importante é que a pessoa saiba contar sobre o adolescente, sua internação, o cotidiano que vivia na unidade de internação e sobre sua morte. Portanto, a pessoa será entrevistada e o questionário será tabulado como sendo deste tipo. Outro caso, bastante especial, é a situação em que o adolescente tenha crescido em um abrigo (antigo orfanato). Quando isto ocorrer, procure pelo funcionário de quem o adolescente era mais próximo e entreviste-o, também tabulando o questionário como do tipo família. Em todas as situações **registre exatamente o grau de parentesco** da pessoa entrevistada com o adolescente.

BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO ENTREVISTADO (BLOCO COMUM)

O objetivo deste bloco de perguntas é conhecer o entrevistado. Este bloco possui uma singularidade, pois uma parte é comum e outra é específica. São elas:

PARTE COMUM: **informações pessoais** do entrevistado. A primeira pergunta(o nome da pessoa) não é obrigatório que ela responda, portanto se a pessoa se sentir mais à vontade para responder sem se identificar no questionário, não insista. Mas, isto não a desobriga de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

PARTE ESPECÍFICA: **informações sobre a instituição** que está sendo

entrevistada- estas perguntas devem ser respondidas por ele. Devemos privilegiar a entrevista com o Gestor da Unidade de Internação, mas caso ele nos encaminhe a outra pessoa dentro da instituição, faremos a entrevista do mesmo modo. Também ficou acordado que caso mais de uma pessoa seja convocada para responder ao questionário, todas que participarem devem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por isto já se informe a respeito de quem e quantas pessoas participarão da entrevista, de modo a incluir espaços suficientes para a assinatura de cada um, no documento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No caso de mais de uma pessoa responder ao questionário, irá o nome somente de um deles, de preferência o do Gestor ou da pessoa a quem ele nos encaminhou diretamente. E lembrando: caso a pessoa não saiba informar ou se recuse a responder isto deve ser registrado no espaço da resposta.

BLOCO 3 - GESTÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO (SÓ PERGUNTAR À UI)

O objetivo deste bloco é compreender os modos de funcionamento da instituição na qual o adolescente eixo de nossa pesquisa esteve internado. Elementos da estrutura física são importantes, mas tanto quanto estas, são as práticas e os discursos que circulam entre as pessoas – sejam funcionário entre si, funcionários e adolescentes, adolescentes entre si, funcionários e famílias dos adolescentes.

Para compreender a “verdade” discursiva que permite e legitima o funcionamento cotidiano da unidade de internação é fundamental que deixemos o(s) entrevistado(s) à vontade para se expressarem. E compreender esta “verdade discursiva” é compreender os labirintos nos quais foi possível que um adolescente (ou mais) fosse assassinado entre estes muros.

Pode ser que encontremos representantes da instituição que resistam a prestar

informações, omitindo-as ou deformando-as. Isto não deve constituir motivo de preocupação para o entrevistador, naquele momento.

Atenção, pois há algumas questões que dizem respeito a estrutura e modo de funcionamento atuais e outras que devem ser respondidas com dados da época de quando o adolescente lá esteve internado.

Lembre-se, o Diário de Bordo é o documento em que o pesquisador poderá registrar todas as informações que não couberem no Questionário.

BLOCO 4 - SOBRE O ADOLESCENTE INTERNADO NO SSE E VÍTIMA DE HOMICÍDIO (BLOCO COMUM)

Este é o principal bloco de perguntas e é comum a todos os entrevistados. São 80 perguntas diretamente relacionadas ao adolescente. Se somarmos as perguntas que foram construídas para o grupo familiar deste adolescente, portanto também dizem respeito ao este, serão 112 perguntas (de um total de 172 perguntas) que procuram dar voz ao adolescente que foi vítima de homicídio. Saber dele mais do que o ato infracional pelo qual foi internado, ou quando e como morreu.

Todas as perguntas deste bloco 4 deverão ser feitas a todos, pois nosso objetivo é ouvir as diversas versões sobre as mesmas situações, locais, e, principalmente, sobre o adolescente.

As entrevistas com pessoas mais próximas ao adolescente podem ser especialmente delicadas. Caso a pessoa se emocione e comece a chorar, mantenha tranquilidade e não a apresse. Aguarde ela se tranquilizar e pergunte se já é possível continuarem a entrevista.

Se a pessoa solicitar encaminhamentos e atendimentos particulares, utilize as informações que levou sobre os atores sociais locais de defesa e proteção.

**BLOCO 5 - IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR DO ADOLESCENTE
INTERNADO NO SSE VÍTIMA DE HOMICÍDIO
(SÓ PERGUNTAR À FAMÍLIA)**

Este bloco compõe com o anterior um grande bloco de perguntas diretamente relacionadas ao adolescente eixo de nossa pesquisa. A sua especificidade é porque há perguntas que só a família deste saberá responder.

Há questões sobre a realidade concreta desta família, bem como sobre quem era o adolescente como tal, como sujeito com um percurso, talentos, jeito próprio de levar a vida, de fazer história.

**BLOCO 6: SOBRE OUTRAS MORTES NAS UIS
(BLOCO COMUM)**

Este bloco de perguntas não diz respeito diretamente ao adolescente, motivo pelo qual, a entrevista foi realizada. Ele visa ampliar o espectro dos dados obtidos sobre o fenômeno em si, que é o homicídio de adolescentes em Unidades de Internação, e a lançar luz sobre o cotidiano desta unidade de internação.

Neste bloco é investigada, brevemente, as mortes de dois atores sociais de uma unidade de internação: outros adolescentes que tenham morrido de qualquer outra causa, que não o homicídio; e, os trabalhadores de unidades de internação que tenham sido assassinados durante seu horário de trabalho. Em ambos os casos o período de coleta de dados é de janeiro de 2007 a janeiro de 2010.

ANEXO 05:

Ofício modelo

(documento impresso em papel timbrado da ANCED)

São Paulo, 31 de Julho de 2010.

Ofício nºXX/2010 – ANCED

À.....

ASSUNTO: “PELO DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE” - *pesquisa sobre adolescentes internados no sistema socioeducativo vítimas de homicídio*

Em atendimento à Doutrina da Proteção Integral instaurada pela [Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE – implantado em 2006, dá ênfase à natureza pedagógica da medida socioeducativa, visando, dentre outras coisas, a erradicação de todas as formas de maus-tratos e tortura, com especial comprometimento à preservação da vida.

A ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que atua na defesa dos Direitos Humanos da infância e adolescência brasileira brasileira. A ANCED se faz presente em 15 (quinze) estados brasileiros a partir da ação desenvolvida pelos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECAs - filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes.

A ANCED desenvolve, desde 2009, o Projeto Prioridade Absoluta, em parceria com a Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDCA/SEDH). Entre as atividades deste projeto, está o levantamento dos homicídios de adolescentes privados de liberdade nas unidades socioeducativas do País.

Neste contexto, solicitamos a sua participação no sentido de auxiliar o trabalho do pesquisador local concedendo-lhe uma entrevista, permitindo-lhe acesso às unidades sob sua jurisdição e, se necessário, indicando outros interlocutores que possam contribuir com a pesquisa. As informações levantadas nesta entrevista serão sistematizadas e divulgadas ao final do trabalho de campo, garantido o anonimato dos respondentes.

O resultado deste levantamento será compartilhado junto aos gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e, sobretudo, à sociedade.

Cordialmente,



Fernanda Bastos Lavarello

Coordenação Colegiada da ANCED

ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente